

Anglicanismo

Prefácio e Índice do Livro

O Anglicanismo é um ramo histórico e reformado da Igreja de Jesus Cristo, presente em 164 países, e em dinâmico processo de expansão missionária. É a religião oficial da Inglaterra, e doze dos seus membros ocuparam a Presidência da República dos Estados Unidos da América. É a Igreja de pensadores como John Stott, C.S. Lewis, J.I. Packer, Alister McGrath e N.T Wright. Mas, para muitos leitores brasileiros, ela é *“a religião fundada pelo rei Henrique VIII”*.

Estamos presentes no Brasil desde a Regência, com as Capelarias Consulares Britânicas; chegamos em grande número, com a imigração japonesa para o sudeste e o sul; estabelecemos uma vigorosa missão, de origem norte-americana, no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, e, mesmo assim, para muitos, somos apenas *“a Igreja do bispo gay Gene Robinson”*.

Em nosso País ainda se confunde romanismo com catolicismo, e há, entre os protestantes, preconceitos contra a estética na adoração e contra o governo episcopal. Católicos romanos, desconhecedores da Igreja Celta, e da ampla e complexa realidade da Reforma Inglesa, ainda nos encaram como simples cismáticos.

Este é um livro que procura esclarecer, a partir da ótica Anglicana, e o evangelicalismo nele presente como corrente principal. Surgiu para preencher uma lacuna, sendo primeiramente apresentado como curso no Seminário Anglicano Teológico de Pernambuco (SAT-PE), a cujos professores e alunos agradecemos os enriquecedores debates em sala de aula.

O autor – como tantos – é um anglicano por opção e convicção, convencido de que o mesmo é uma alternativa positiva ao fragmentado e confuso quadro religioso brasileiro.

Uma boa leitura!

Primeiro Capítulo: Uma História em Comum

INTRODUÇÃO

A origem da Igreja está na pessoa histórica de Jesus Cristo, o Messias prometido a Israel para as nações. A base fundacional da Igreja está na “pedra” (afirmativa): “*Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo*” (Mt 16:16), expressada por Pedro, representando o pensamento coletivo do Colégio Apostólico. Sobre essa “pedra” (afirmativa) Ele edificaria a Sua Igreja: “*Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela;*” (Mt 16:18). Após a sua vitoriosa ressurreição, Ele soprou sobre os discípulos, dizendo: “*Recebei o Espírito Santo*” (Jo 20:22). Esse Consolador prometido – Terceira Pessoa da Santíssima Trindade – seria derramado sobre os discípulos atemorizados no Dia do Pentecostes, dando início à Igreja. Cristo é o fundamento, e os Apóstolos os seus instrumentos de expansão, desde Jerusalém até “*os confins da terra*” (At 1:8). Os Apóstolos conviveram com o Senhor por três anos, foram testemunhas da Ressurreição (Lc 24:48; At 2:32), e receberam a tarefa de dar continuidade à obra do Senhor (Mt 10:5-14; Mt 28:18-20; Lc 9:1-6).

Os Apóstolos se espalharam por diversas regiões, estabeleceram centros de irradiação do Evangelho em cidades-chaves, as Sés, ou sedes, lugar das cátedras, do ensino: as Catedrais. São Marcos, por exemplo, inicia a Igreja de Alexandria, no Egito, de onde descende hoje a Igreja Copta, e as Igrejas da Etiópia e da Eritreia, no Leste da África. São Tomé evangeliza em Antioquia, e, segundo a tradição, chega à Índia. Dele descende hoje as Igrejas Ortodoxas Antioquinas, Sirianas e Mar Thoma. A primeira fase de expansão foi no Oriente. As Igrejas Orientais são as primeiras, as mais antigas. Não havia uma autoridade central, mas a instituição se baseava na colegialidade dos bispos, metropolitas ou arcebispos (cidades principais) e patriarcas, reunidos em Concílio, os chamados “*Concílios da Igreja Indivisa*”.

Os discípulos dos Apóstolos foram chamados de Pais Apostólicos, e os discípulos destes de Pais da Igreja. Muitos foram Mestres e muitos foram Mártires. Essa Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica estabeleceu o Cânon (lista oficial) do Novo Testamento, as doutrinas nucleares, nos Credos Apostólico e Niceno, o reconhecimento dos dois Sacramentos instituídos pelo próprio Cristo: o Batismo e a Eucaristia, os primeiros ritos e o estabelecimento universal do Episcopado como forma de governo eclesiástico, com os Bispos sucedendo os apóstolos, ao lado das ordens dos Presbíteros e dos Diáconos. Os Bispos ou eram missionários pioneiros ou eram superintendentes de uma região (Diocese). Os Presbíteros pastoreavam as comunidades locais (Paróquias), sob a autoridade do Bispo, e auxiliados pelos Diáconos (estes voltados prioritariamente para o serviço).

Diferenças culturais, e de aspectos secundários da doutrina, dividiram os cristãos do Oriente em:

- a) **Bizantinos** (a maioria) sob a liderança espiritual do Patriarca de Constantinopla (hoje Istambul, na Turquia);
- b) Os **Pré-Efesianos, ou Nestorianos**, que chegaram junto até o Concílio de Éfeso ([431](#)): Igreja Assíria do Leste, que, em seu apogeu, teve 400 Dioceses;
- c) Os **Pré-Calcedônicos**, que não incorporaram as decisões do Concílio de Calcedônia (realizado entre [8 de Outubro](#) e [1 de Novembro](#) de [451](#)): Igrejas Siriana, Armênia, Copta, Etíope, Mar Thoma (da Índia). Algumas outras Igrejas orientais, como a Maronita, a Melquita e a Caldéia, séculos depois, se uniram à Igreja de Roma, mantendo a sua autonomia, e são denominadas de “*Uniatas*”.

Uma rivalidade maior se estabeleceu entre as Igrejas das duas capitais imperiais: Constantinopla (depois chamada de Bizâncio), capital do Império Romano do Oriente, e Roma, capital do Império Romano do Ocidente, a primeira de cultura grega e a segunda de cultura latina. O Império Romano do Ocidente foi destruído pelos povos ditos “*bárbaros*” no século V, concorrendo para o fortalecimento da Igreja de Roma como força cultural, moral e espiritual re-aglutinadora, do que

seria depois (com hegemonia germânica) denominado de Sacro-Império Germânico Romano, dando lugar ao papado como poder político. O Império Romano do Oriente subsistiu por mais mil anos, até o século XV, com os imperadores mais fortes que os patriarcas, em um sistema conhecido como Césaropapismo.

Um conflito entre o Ocidente e o Oriente se deu em razão da “*cláusula filioque*” no Credo.

No Oriente, a versão original dizia que o Espírito Santo procede do Pai. No Ocidente, posteriormente, foi acrescentado “*e do Filho*” (filioque). O Bispo de Roma nunca foi aceito como chefe pelos bispos e patriarcas de todas as Igrejas orientais por muitos séculos, mas recebia honorificamente um “*primado de honra*”, por ser o Bispo da antiga capital. Seu papel não era maior do que o do Arcebispo de Cantuária hoje, entre os Anglicanos.

A história difundida no Ocidente até os nossos dias, de que a Igreja de Roma é a Igreja Original, fundada por Cristo em Pedro, e que todas as outras se separaram dela, não se sustenta pelas evidências históricas científicas, e nunca foi aceita pelas Igrejas do Oriente.

Para os historiadores das Igrejas orientais, o Bispo de Roma, Patriarca do Ocidente, é que se separou dos seus irmãos, não apenas por razões culturais ou doutrinárias menores, mas por sua pretensão de ser “*a*” Igreja e ele “*o*” “*Vigário de Cristo*”. Lamentamos que a História da Igreja sob uma perspectiva dos seus ramos orientais tão antigos seja, em geral, desconhecida no Ocidente, e que seminários reformados continuem ensinando a mais do que questionável versão romana.

Em resumo: a Igreja é fundada por Jesus Cristo, sobre o seu messiado, pelo poder do Espírito Santo, sob a autoridade dos Apóstolos, e dos seus sucessores, os Bispos, com a doutrina definida nos Credos deliberados pelos Concílios da Igreja Indivisa.

OS ANGLICANOS

Os Anglicanos formam o ramo do Cristianismo Histórico que têm suas raízes na Grã-Bretanha, onde se situa a Inglaterra, cuja região central é denominada de Anglia, a terra dos anglos. A Grã-Bretanha também inclui a Escócia, Gales, Irlanda e a Ilha de Man. A Inglaterra (terra dos anglos) foi conquistada pelo imperador Júlio César no ano 55 a.C., mas Roma levou um século para dominar toda a Grã-Bretanha, com suas colônias, estabelecimentos militares e entrepostos militares, em uma era de prosperidade, que durou três séculos. A Irlanda, a Escócia, Gales, a Ilha de Man e o norte da Inglaterra passaram a ser habitados, permanentemente, pelo povo Celta, originário da Bulgária, no leste, e que se expandiu por toda a Europa, ficando raízes nas Gálias (França), Península Ibérica e Ilhas Britânicas. O sul da Inglaterra conheceu sucessivas levas de invasores.

Podemos dividir a História da Igreja na Ilhas Britânicas em três fases:

1. A Fase Celta;
2. A Fase Católico-Romana;
3. A Fase Reformada.

A FASE CELTA (Séculos I ao VII)

Não houve nenhum esforço missionário formal, nem das Igrejas do Oriente, nem da Igreja do Ocidente, para evangelizar as Ilhas Britânicas. Ela foi o resultado do esforço dos leigos. Soldados, funcionários civis e comerciantes cristãos romanos levaram o Evangelho para aquelas ilhas. Também, no ano 70 d.C., dentre os escravos perseguidos nas Gálias (França) que fugiram para o litoral inglês, estavam grupos de cristãos. Uma tradição atribui à presença de José de Arimatéia, no primeiro século. Há sítios arqueológicos desse período, como uma Capela em Kent, uma Igreja em Silchester e a presença, em vários lugares, de símbolos cristãos, como o XP. Tertuliano afirma a existência da comunidade cristã britânica no ano 200. Três bispos ingleses estiveram presentes ao Concílio de Arles, no sul da França, em 314. Não se sabe se estiveram no Concílio de Nicéia (325), mas Atanásio informa que a Igreja inglesa se submeteu às suas deliberações.

A realidade é que o povo Celta se converteu ao Cristianismo, e teve o seu primeiro mártir na pessoa de Santo Albano, sacerdote morto durante a perseguição do imperador Diocleciano (305). A Irlanda foi marcada pelo ministério de Patrício e Paládio, a Escócia pelo ministério de Nínian e Columba, e Gales pelo ministério de Davi.

A Igreja Celta tinha um forte acento místico, ascético e missionário, sendo influenciado pela contemplação da Igreja Oriental, inclusive pela adoção da sua versão do Credo. Essa contemplação litúrgica, esse sentir da fé, essa valorização da natureza, a diferenciava da visão jurídica, filosófica e institucional da Cristandade euro-ocidental sob Roma. Sua unidade básica era o mosteiro, com uma área de influência, sob a autoridade de um Abade. Alguns abades eram bispos, mas a maioria dos bispos era missionária. Com essas regiões abaciais, eles não conheceram a figura da Diocese, no modelo romano.

A Igreja Celta funcionou até o século VII como um ramo autônomo do Cristianismo, se comportando como parte da Igreja Católica (universal), mas sem vínculos formais ou subordinação à Igreja de Roma.

A partir do século V as regiões sul e centro da Inglaterra foram invadidas por anglos, saxões e jutos, que a descrentificaram ou re-paganizaram. Foi por isso que o Papa Gregório Magno, decidiu enviar uma força missionária para aquelas regiões, formada por 40 monges beneditinos, sob a liderança de Agostinho, que se estabeleceram na cidade de Cantuária (Canterbury) perto do litoral. Além do objetivo de re-cristianizar a Inglaterra, aqueles monges deveriam tentar levar a Igreja Celta a se vincular a Roma, respeitando, tanto quanto o possível, os seus costumes.

Agostinho foi feito Bispo, bem como o seu companheiro Paulinus, responsável pelo batismo do rei Dewin, da Nortúmbria, e pela “conversão” da nação. Nessa época é estabelecido um importante centro monástico na ilha de Iona, sob a liderança de Santo Aidan.

O período da Igreja Celta autônoma chegou ao fim com a convocação, pelo rei Oswy, da Nortúmbria, de delegados celtas e romanos, para um Concílio na cidade de Whitby, em 664, quando os celtas aceitaram a data da Páscoa romana e se submeteram à autoridade papal, apesar de resistências de vários líderes, como São Cutberto, Bispo de Lindisfarne (uma histórica Sé celta). O Papa cria o Arcebispado de York, segundo em honra ao Arcebispado de Cantuária, e símbolo da herança celta. Não houve uma continuidade de sucessão apostólica dos bispos celtas. O Episcopado Histórico Anglicano tem início com Agostinho.

A FASE CATÓLICO-ROMANA (Séculos VII a XVI)

Nos primeiros séculos, após a vinculação com a Igreja de Roma, prosseguiu a vida tradicional da Igreja Celta, mas a criação das Dioceses e a designação de bispos, com a evangelização das áreas mais remotas, e uma maior disciplina para o clero, sendo percebido como líder de toda a Igreja inglesa, foi obra de Teodoro de Tarso, titular de Cantuária por 21 anos. Os papas canalizaram o fervor missionário dos celtas para a evangelização da Alemanha e da Escandinávia. Politicamente, a Inglaterra não era um país unificado, mas um conjunto de reinos e feudos, aos quais se ligavam os párocos de aldeia. Enquanto isso, o monasticismo celta ia adotando a regra beneditina. Os séculos VII e VIII produziram intelectuais de expressão, como Adelmo, Alcuino e o Venerável Beda, autor da “*História Eclesiástica do Povo Inglês*”.

No século IX a Inglaterra foi invadida pelos vikings, que destruíram quase tudo o que tinha sido construído pela Igreja, saquearam Cantuária e incendiaram a Catedral. Alguns desses invasores se fixaram na terra concorrendo para o sincretismo com o cristianismo popular, particularmente a prática de magias. Ironicamente, enquanto os vikings escandinavos estavam destruindo o cristianismo inglês, os missionários ingleses estavam evangelizando a Escandinávia. A resistência aos invasores se fez, principalmente, a partir do reino cristão de Wessex, liderado pelo rei Alfredo, cujas leis se constituíram na base do Direito inglês, e que foi denominado de “o protetor dos pobres”. Outro foco de resistência foi um movimento de reavivamento monástico, liderado por Dunstan, Abade de Glastombury, e, depois Arcebispo de Cantuária. No século X a Inglaterra caminhava para uma maior união política, e a Igreja contava com 18 Dioceses, com todos os cargos paroquiais preenchidos.

Em 1016 a Inglaterra sofreu nova invasão normanda, mas, dessa vez, tendo à frente um cristão convertido, dinamarquês de nascimento, Cnut, que foi proclamado rei do país, aprofundou os vínculos dos cristãos ingleses com a Igreja de Roma, e quebrou o monopólio dos beneditinos, abrindo as portas para outras ordens e congregações.

Já se afirmou que:

“A conquista normanda deu fim a uma era de sete séculos de um cristianismo inglês, que tinha nascido na Britânia romana e tinha passado, sucessivamente, pelas etapas celta, anglo-saxônica e escandinava. Do tempo de Agostinho em diante, por quatro séculos, a Igreja Inglesa tinha estado na órbita papal. Na era normanda, a autoridade papal passaria a ser fortalecida grandemente...”.

Outro autor, comentando esse período, afirmou:

“...sempre houve uma certa insatisfação na Igreja Inglesa, por ter que se submeter a uma Igreja estrangeira (romana). Esta animosidade se intensifica a partir do décimo segundo século, e dá início a tensões que são inegáveis. No século XII, por exemplo, o rei Henrique II limitou o poder do clero inglês, quando lhe proibiu a possibilidade de apelar a Roma, quando limitou a autoridade da Igreja em imprimir censuras, e quando subordinou a permissão ao rei as viagens dos bispos para o exterior. Em 1164, ficou estabelecido, na Dieta de Cheredon, que a eleição dos prelados só se faria com a aprovação do rei, a quem os eleitos antes da sagração deveriam prestar juramento de vassalagem e fidelidade. O Ato de Provisão (1351) e o Estatuto Praemunire (1353) proibem, respectivamente, a entrada em território britânico de qualquer bula ou sentença papais, e impedem a apelação a tribunais eclesiásticos estrangeiros, declarando ilegítimas todas as nomeações feitas pelos papas”.

As tensões entre os monarcas e os papas eram uma marca da Europa daquela época, com o início das consciências nacionais (que resultariam na criação dos Estados Nacionais) e os sentimentos nacionalistas. Um caso dramático foi, primeiro, o exílio, e, posteriormente, o assassinato do Arcebispo de Cantuária Thomas Becket, no reinado de Henrique II.

No século XIII, com a ida para as cruzadas do rei Ricardo, “*Coração de Leão*”, assumiu o trono inglês o seu irmão, João, o “*Sem Terra*”, a que os nobres, reunidos em Parlamento, forçaram a assinar o histórico documento de direitos, a “*Magna Carta*” (1215), onde aparece pela primeira vez a expressão “*Igreja Anglicana*”, na cláusula que diz “*a Igreja Anglicana será livre*”.

O século XIV significou um momento de inflexão na história medieval, com o início da decadência do poder papal, com o chamado “*Cativeiro Babilônico*”, com os papas, de 1309 a 1377, prisioneiros dos reis franceses em Avignon (todos os papas desse período foram franceses...), e o desgaste para a instituição com um papa em Roma excomungando o Papa de Avignon e vice-versa. A eleição de um terceiro papa “*desempassador*” não foi aceita, e somente com a eleição de um quarto papa, com suficiente respaldo dos poderes temporais, houve o regresso a um papado unificado, mas desgastado e fragilizado.

É nesse contexto que a Inglaterra vai ser o lugar para o mais importante episódio da Pré-Reforma, com John Wycliffe (1328-1384), professor da Universidade de Oxford, denominado de “*a estrela matutina da Reforma*”. Wycliffe teceu fortes críticas à instituição do papado, condenou a simonia (compra de cargos eclesiásticos) e as indulgências (anistia de pecados mediante pagamento), negou a doutrina da transubstanciação, defendeu o confisco dos bens da Igreja pelo Estado, e a necessidade do povo conhecer as Sagradas Escrituras em sua própria língua, sendo as mesmas o único fundamento da fé. Suas idéias correram a Europa, e influenciaram Jerônimo, professor da Universidade de Praga (na Boêmia, província Tcheca) e seu jovem discípulo Jan Huss, que, apesar de ter conseguido um Salvo Conduto do Concílio de Constança, foi queimado vivo.

Wycliffe fundou, dentre os jovens alunos de Oxford, oriundos da aristocracia, uma ordem mendicante, conhecida como os “*Lolardos*”, que iam pelas aldeias pregando e distribuindo porções bíblicas, e que foi condenada pelo estatuto “*De Herético Carburnendo*”, que autorizava a

execução dos que não abjurassem. O movimento, mesmo perseguido, permaneceu clandestino por cerca de um século e meio, até a Reforma.

A FASE REFORMADA (Século XVI aos Nossos Dias)

O Sacro-Império Germânico Romano, como unidade política sob a hegemonia papal, estava se desintegrando sob a força do emergente nacionalismo. O feudalismo também iniciava o seu declínio. Dentre as forças políticas medievais, declinavam o Papa, o Imperador e os Barões, e se fortaleciam os Reis e a nobreza. O próximo passo seria a independência dos países, mas romper com o Sacro-Império era, também, romper com o papado. A situação da Inglaterra não era diferente, com a diferença que sua Igreja fora independente no passado, que sempre tinha mantido uma relativa autonomia, e que recebera a influência da Pré-Reforma de John Wycliffe.

Ao contrário de Wycliffe, Lutero e os reformadores tiveram a seu favor a descoberta da imprensa e a conversão do seu inventor, Gutemberg, o que possibilitaria uma rápida disseminação de suas idéias. As 95 Teses foram afixadas por Lutero, em Wittemberg, em 31 de outubro de 1517. Já em 1520 as idéias protestantes eram estudadas pelo clero inglês e por professores e alunos das Universidades de Oxford e Cambridge. Cambridge se tornou, desde cedo, o epicentro da Reforma Inglesa, com as reuniões de debate se dando todas as tardes na Taverna do Cavalo Branco.

Por um lado, temos que desmitificar a versão de que *“a Igreja Anglicana foi fundada pelo rei Henrique VIII”*, pois, como já se disse: *“A Reforma Inglesa viria com Henrique VIII, sem ele ou contra ele”*.

Henrique VIII, a partir de 1509, teve uma gestão positiva como rei, fundando a primeira escola secundária pública do reino, em um anexo à Catedral de Cantuária (o *“King’s School”*), que funciona até hoje. A questão da sucessão dinástica não era, então, um assunto privado, mas uma questão de segurança nacional. Anulações de casamentos, por interesse político, já conheciam precedentes por parte do papado. O que não acontece em seu caso, em razão da sua primeira esposa ser sobrinha do Imperador. O rei era, originalmente, um devoto católico romano, chegando a escrever um texto para refutar as posições de Lutero sobre os Sacramentos, recebendo do papa o título de Defensor da Fé (Defensor Fidei), usado pelos reis ingleses ainda hoje.

O cenário começa a mudar com a posse de Thomas Cranmer como Arcebispo de Cantuária, em 1533. Cranmer, professor em Cambridge, já tinha aderido ao Protestantismo, e era um dos componentes do grupo da Taverna do Cavalo Branco. Ele anula o primeiro casamento do rei, e celebra o novo casamento. O Parlamento – cheio de nacionalistas – aprova essas medidas. O Parlamento agora tratando o papa de *“o Bispo de Roma, também chamado de Papa”*, foi aprovando uma sucessão de leis de afirmação da autonomia da Igreja Inglesa. Os mosteiros foram dissolvidos. As terras da Igreja sofreram uma reforma agrária. Suspendeu-se o envio de impostos para o papa e para o imperador. O rei recebeu, em 1534, o título de *“Governador e Suprema Cabeça da Igreja”*. O Arcebispo de Cantuária é estabelecido como titular da hierarquia. Surgiu a Igreja da Inglaterra como Igreja Nacional.

A Reforma Inglesa se deu por Atos do Parlamento sancionados pelo rei, com o apoio dos intelectuais e da liderança do clero. Embora a Bíblia (secretamente) já fosse distribuída desde Wycliffe, no século XIV, agora o povo a demandava abertamente, o que foi feito com a nova tradução para o vernáculo, liderada por William Tyndale.

De seus casamentos, o rei Henrique VIII, ao falecer, deixara três filhos, de três esposas diferentes, que seguiam a religião de suas mães: Eduardo, o mais velho e Elizabeth, a mais nova, eram protestantes; e Maria, a do meio, era católica romana.

De 1547 a 1553 reinou Eduardo VI, que, por ser menor de idade, foi assessorado por regentes, igualmente protestantes, que aprofundaram a Reforma, com a aprovação pelo Parlamento, em 1549, do Livro de Oração Comum (LOC) compilado pelo Arcebispo Cranmer. Os altares de pedra foram substituídos por mesas de madeira, o celibato clerical foi revogado, o povo passou a receber a Ceia nas duas espécies, foram retiradas as imagens dos altares, a Eucaristia deixou de ter um caráter sacrificial, foi abolida as orações pelos mortos e simplificadas as vestes clericais. São decretados os *“Quarenta e Dois Artigos”*, de forte inspiração calvinista.

De 1553 a 1558 reinou Maria, que se reconcilia com Roma, impõe de volta a religião católica romana, recebendo o epíteto de “*a sanguinária*”, por ter sido responsável pela execução de mais de 300 clérigos, dentre eles o Arcebispo de Cantuária Thomas Cranmer (o pensador principal da Reforma Inglesa) e os Bispos Latimer e Ridley, queimados vivos na estaca no centro de Oxford. Na execução, já queimando, o Bispo Latimer gritou para o seu companheiro de infortúnio: “*Conforte-se, mestre Ridley, e seja homem; devemos encarar esse dia com sendo candelabros da Graça de Deus sobre a Inglaterra, e essa chama jamais será apagada*”.

Segue-se o longo reinado de Elizabeth I, de 1558 a 1603, que rompe, outra vez, com a Igreja de Roma, edita, em 1559, uma nova versão do Livro de Oração Comum (LOC), como única liturgia oficial, reduzindo para 39 “*Os Artigos de Religião*”. Elizabeth sofre pressão; de um lado, do remanescente dos restauracionistas pró-Roma, e, do outro, dos “*puritanos*”, que voltavam do exílio sob forte influência de expressões mais extremadas da Reforma. Ela se mantém fiel ao espírito da Primeira Reforma, fazendo o Parlamento aprovar duas leis fundamentais: O Ato de Supremacia e o Ato de Uniformidade, o que significaria não voltar para Roma e não ceder às pressões de Genebra. Esse “*estabelecimento elizabethano*” forjou a face do Anglicanismo, como Igreja Católica e Protestante. O principal pensador dessa época, e defensor da “*via média*” Anglicana, foi Richard Hooker, autor da obra clássica “*Das Leis da Política Eclesiástica*”, 1594.

Com a morte de Elizabeth, em 1603, assume o trono o rei Jaime I, da Escócia, que autoriza a edição da famosa “*Bíblia King James*”, sendo sucedido, em 1625, por seu filho Carlos I, tentando manobrar no meio do conflito entre romanistas, elizabethanos e puritanos, todos insatisfeitos, e com seus próprios projetos.

Uma Guerra Civil tem início em 1642, vencida pelo exército de hegemonia puritana, que prende o rei Carlos I e o executa, em 1649. A partir de 1643, todo poder permanece com o Parlamento, que estabelece o presbiterianismo como religião oficial, e convoca a Assembléia dos teólogos calvinistas para, reunidos na Abadia de Westminster, redigirem um Guia de Culto, uma Confissão de Fé e um Pequeno e um Grande Catecismo. Em 1648, Oliver Cromwell, máximo dirigente militar, dissolve o Parlamento e dá início a uma ditadura de puritanos, se denominando de “*Protetor*”. Com sua morte, em 1660, o seu filho Richard não consegue segurar o regime. O Parlamento volta a funcionar normalmente, chamando para o trono o filho de Carlos I, Carlos II, restaurando o Episcopado e o Livro de Oração Comum (LOC), retomando a hegemonia Anglicana.

Perto de sua morte, em 1685, Carlos II abraça o catolicismo, e é substituído por seu irmão Jaime II, um católico, que pretendia nova vinculação à Igreja de Roma, o que põe a nação inglesa em ebulição. A aristocracia, respaldada pela maioria do exército, da burguesia e do povo, entra em contato com a princesa Maria, filha de Jaime II, casada com o príncipe holandês, Guilherme de Orange, ambos protestantes, que concordam em derrubar o pai/sogro. Em 18 de dezembro de 1688, o rei Jaime II foge de Londres, e Guilherme e Maria entram, triunfalmente, no que viria a ser denominada de “*A Revolução Gloriosa*”, pelo não derramamento de sangue e pelo alto consenso.

No final do século XVII, 154 anos desde a separação de Roma com Henrique VIII, após avanços e recuos em várias direções, surge uma nova nação inglesa com uma Monarquia Parlamentarista e uma Igreja Nacional, que, com pequenos ajustes, restaura o estabelecimento elizabethano. A Igreja na Inglaterra se torna a Igreja da Inglaterra. O Anglicanismo – católico e reformado – se torna um ramo específico na Igreja de Cristo.

Fixação de aprendizagem:

1. Qual a importância para o Anglicanismo o fato de termos tido uma origem antiga entre os Celtas das Ilhas Britânicas?
2. Qual o legado positivo e negativo do nosso vínculo com a Igreja de Roma entre o Sínodo de Whitby e o Ato de Supremacia?
3. O Anglicanismo, como expressão reformada é resultado de um homem, um ato ou um processo?
4. É o Anglicanismo Protestante? Justifique.

Segundo Capítulo: Da Igreja da Inglaterra à Comunhão Anglicana

INTRODUÇÃO

Terminamos o século XVII com a Reforma Inglesa consolidada, juntamente com um país independente e a monarquia parlamentarista. A velha Igreja dos Celtas, que passara por Roma, se reformara, era outra, e era a mesma, pois não houve uma ruptura ou uma refundação, mas uma Reforma. Ficaria essa experiência restrita apenas à Inglaterra? Acontece que a Inglaterra iniciava uma caminhada na direção de se transformar no maior império da História, em termos de território e de população, atingindo o seu apogeu em meados do século XIX com a rainha Vitória. Fiéis Anglicanos – funcionários civis e militares, comerciantes – iriam se fazer presente em todo o Império e em países fora do Império, onde a presença inglesa seria marcante. E Capelarias Anglicanas iriam se estabelecer nos quatro cantos do mundo, com o envio de clérigos, de início somente para atender os expatriados.

Dois episódios, contudo, seriam ainda mais marcantes para transformar uma experiência localizada em um ramo mundial do Cristianismo: a Igreja Escocesa e as Sociedades Missionárias.

ANGLICANISMO NÃO-INGLÊS

Com a independência do Reino Unido do Sacro-Império Germânico Romano, e do poder temporal do Papa, o novo país incluía a Inglaterra, Escócia, Irlanda, Gales, a Ilha de Man e as Ilhas do Canal, também chamadas de Ilhas Normandas: Jersey e Guernesey. Mas, a Igreja da Inglaterra era apenas a Igreja da Inglaterra e não a Igreja da Grã-Bretanha, porque a Igreja da Escócia (sob a influência de John Knox), como Igreja oficial, tinha optado pelo Presbiterianismo, formando com a Holanda e a Suíça, o trio de países calvinistas. Algumas Paróquias de ingleses na Escócia foram formadas sob a autoridade da Igreja da Inglaterra, mas os escoceses de origem Celta, que apoiaram a reforma inglesa, organizaram o que viria a ser a primeira Província Anglicana fora da Inglaterra: a Igreja Episcopal da Escócia, com sete Dioceses, cerca de 5% da população, com seus próprios Cânones, sob a presidência de um Primus (Arcebispo Primaz) e seu próprio Livro de Oração Comum (LOC).

Os reis ingleses seriam os reis da Escócia, do ponto de vista político, mas não seriam “*Governadores e Cabeça*” da Igreja Episcopal da Escócia, totalmente Anglicana e totalmente independente, reconhecendo apenas a autoridade histórica e moral do Arcebispo de Cantuária. A segunda Província também surgiria de circunstâncias históricas: os Estados Unidos da América.

O Anglicanismo estava presente naquela região desde o final do século XVI, e era oficial em várias das 13 colônias. Tivemos a Guerra pela Independência, dois séculos depois, com a derrota dos ingleses. Os norte-americanos leais à Coroa (cerca de 50 mil) se mudaram para New Brunswick, no Canadá, para continuarem como súditos britânicos. E agora, o que fazer com os Anglicanos, pois os Bispos e o Clero não mais poderiam, no Rito de suas Ordenações, jurar lealdade ao rei e às leis inglesas? Uma assembléia de Anglicanos na América elegeu o reverendo Samuel Seabury para ser o seu primeiro Bispo, fato recusado pelos bispos ingleses. A solução foi apelar para a Igreja Episcopal da Escócia. Em 14 de novembro de 1784, três bispos escoceses Sagraram Samuel Seabury como primeiro Bispo da nova Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América (PCUSA), como seria denominada a segunda Província Anglicana não-inglesa.

A Coroa inglesa havia imposto o Anglicanismo como Igreja Nacional tanto na Irlanda quanto em Gales. Acontece que na Irlanda os Anglicanos nunca passaram de 10% da população, com um norte de maioria presbiteriana e um sul de maioria católica romana. O sul se tornaria, na primeira metade do século XX, um país independente: a República da Irlanda (Eire) e o norte (Ulster) uma região autônoma do Reino Unido. Isso levou a revogação do Anglicanismo como religião oficial e a criação de uma Província Anglicana única para todo o país: a Igreja da Irlanda, sob a Sé

primacial de Armagh. Em Gales, como a Escócia e Irlanda, culturalmente de origem Celta, com o avivamento Metodista, primeiro, e o secularismo, em seguida, os Anglicanos ficaram com cerca de 4% da população, renunciaram ao status de religião oficial e se organizaram em uma Província: a Igreja de Gales, com seis Dioceses.

A Igreja da Inglaterra seria a religião nacional da Inglaterra, Man, Jersey e Guernsey, e responsável pelos Capelães espalhados pelo mundo, dentro e fora do Império. A Escócia, os Estados Unidos, a Irlanda e Gales seriam Províncias Anglicanas, mas não-inglesas, com sua autonomia.

A Igreja da Inglaterra nunca organizou uma Junta de Missões Estrangeiras, para alcançar os nativos sob império ou sob outras bandeiras, e, muitas vezes, a autoridade imperial proibiu a evangelização de algumas áreas. A expansão missionária foi resultado do esforço voluntário de agências missionárias, organizadas por clérigos e leigos, porém, sob a chancela da Igreja (hoje são 14), principalmente no século XIX, sendo a mais antiga a SPG (Sociedade para a Propagação do Evangelho), depois USPG, anglo-católica, seguida da CMS (Sociedade Missionária da Igreja), e da SIM (Missão ao Interior do Sudão), evangélicas, e tantas outras, que escreveram páginas heróicas na África, Ásia, Oceania e Caribe, inclusive em áreas sob colonização francesa, belga e portuguesa, ou em países independentes, como a China.

CRIANDO UMA COMUNHÃO: A EXPANSÃO MUNDIAL

O Anglicanismo, de forma paradoxal, é antigo e muito novo. É antigo porque é herdeiro de dois mil anos do Cristianismo Celta nas Ilhas Britânicas. É novo porque sua organização internacional tem pouco mais de um século.

Do século XVI ao século XIX havia a – reformada e estatal – Igreja da Inglaterra, a Igreja Episcopal da Escócia e a Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos, cada um vivendo a sua vida, centrada nas suas Dioceses, com seus Bispos, seus Livros de Oração Comum (LOC), seus Cânones, seu Clero, suas Paróquias e seus fiéis. O Episcopado era quase-monárquico e os Sínodos compostos apenas pelos Bispos. Com a Convenção Geral da PCUSA e o Sínodo Geral da Escócia, se vai introduzindo a representação do clero e do laicato, na direção da sinodalidade, segundo as heranças das Igrejas do Oriente e dos outros ramos reformados.

O Arcebispo de Cantuária presidia a província interna (com p minúsculo) de Cantuária (sul e centro da Inglaterra), enquanto o Arcebispo de York presidia a província de York (região norte da Inglaterra), ambos – juntamente com os titulares das Sés mais antigas – integrando a Câmara dos Lordes. Apenas no século XX foi criado um Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra, para ambas as províncias internas, com o Arcebispo de Cantuária como presidente e o Arcebispo de York como vice-presidente. Enquanto isso, os Capelães no exterior se subordinavam ao Bispo de Londres (terceira figura na hierarquia anglicana). Ser Anglicano, então, era partilhar de uma herança e reconhecer o Arcebispo de Cantuária como representante simbólico de unidade e identidade.

O termo “*Comunhão Anglicana*” somente passou a ser usado a partir de 1850.

Um conflito entre Bispos na África do Sul (então colônia inglesa) convenceu o Arcebispo de Cantuária de então, Charles Longley, de convidar os demais Bispos do mundo Anglicano (que não eram muitos) para uma consulta no Palácio de Lambeth, sua residência oficial (que não fica em Cantuária, condado de Kent, onde ele tem um apartamento no “*Palácio Velho*”, mas em Londres), quando poderiam trocar informações e idéias sobre aquela situação e sobre o panorama geral da Igreja. Isso veio a ocorrer em 1867, com a presença de apenas 76 bispos, a ausência do Arcebispo de York, e a crítica impiedosa da imprensa inglesa, que achava ser aquela reunião uma perda de tempo, um “*chá de bispos...*”.

Novas reuniões se repetiram a partir de 1878, a cada década, nos anos terminados em 8, e sempre a convite do Arcebispo de Cantuária, agindo como um “*primus inter pares*”, com uma adesão cada vez maior de Bispos, que perceberam a sua importância, passando a ser denominadas de “*Conferências de Lambeth*”, tida, com o lado do Arcebispo de Cantuária, como mais um Instrumento de Unidade da nascente Comunhão Anglicana.

As Conferências de Lambeth nunca foram consideradas um Sínodo ou um Concílio, com poder para emitir decretos, pelo fato de a Comunhão Anglicana não ter jurisdição sobre as Províncias e Dioceses, autônomas e interdependentes, mas, como fórum maior e principal as suas Resoluções passaram a ter um grande peso moral, e dar as coordenadas da vida da instituição, além do valor dos textos teológicos e éticos por elas produzidos, que constituem em um acervo docente de inestimável valor no conjunto da Cristandade.

Nas primeiras décadas do século XX, vários dos antigos “*Domínios*” britânicos se tornaram países independentes, e as suas Igrejas Anglicanas se reuniram em novas Províncias: Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul. Depois da Segunda Guerra Mundial, o processo de descolonização foi estendido aos países da África, Ásia, Oceania e Caribe, multiplicando-se o número de Dioceses e surgindo novas (e, inicialmente, imensas) Províncias. Depois da descolonização, com um clero nativo e um forte processo de inculturação, se verificou uma verdadeira “*explosão*” no crescimento Anglicano, particularmente na África, sendo hoje a Nigéria a maior Província em número de membros.

A consciência de ser minoria divididas e fragilizadas em países solidamente hinduístas, budistas ou islâmicos, e a influência do Movimento Ecumênico, levou denominações asiáticas a uma busca orgânica e institucional pela unidade. Anglicanos, Metodistas, Presbiterianos e Congregacionais se fundiram nas Igrejas Unidas: Sul da Índia, Paquistão e Bangladesh. Somem-se, também, Luteranos, Batistas e Irmãos Livres na Igreja Unida do Norte da Índia. Todas adotaram o Episcopado Histórico, e, uma vez consolidadas, se filiaram à Comunhão Anglicana. Os seus Primazes são chamados de Moderadores (tradição presbiteriana).

Na China, com a Revolução Comunista, em 1948, todas as denominações protestantes foram forçadas a se integrarem em uma única Igreja pós-denominacional: O Conselho Cristão/Movimento Patriótico dos Três Autos (auto-governo, auto-sustento, auto-propagação), os bispos, clero, fiéis e instituições da então Igreja Anglicana deram uma grande contribuição para a nova entidade. Continua a haver a Diocese Anglicana em Taiwan (ligada à TEC), enquanto Hong Kong (com Macau) formam a mais nova Província da Comunhão Anglicana.

Dois outros países, com história própria, que vieram a se integrar ao Anglicanismo foram: Portugal e Espanha. Ali, depois do Concílio Vaticano I (1870) da Igreja de Roma, e o decreto da infalibilidade papal, em movimento simultâneo aos Vêtero-Católicos, sacerdotes e leigos procuram criar uma Igreja Católica, reformada e nacional, resgatando as tradições autonomistas celtas havidas séculos antes (o “*rito mossárabe*”, na Espanha; o Concílio de Elvira, em Portugal). O resultado foi a fundação da Igreja Episcopal Reformada Espanhola e da Igreja Lusitana – Católica, Apostólica, Evangélica, que não receberam apoio da Inglaterra, tiveram seus primeiros bispos, finalmente, Sagrados pelo Episcopado da Igreja da Irlanda, sendo aceitos, na segunda metade do século XX, como Dioceses Extra-Territoriais à Sé de Cantuária.

A América Latina, embora tendo Capelarias em quase todos os países, desde o início do século XIX (a maioria sob a autoridade do Bispo das Malvinas/Falkland), foi o continente onde a evangelização anglicana foi mais tardia e mais débil. Em parte isso se deve à decisão da primeira Conferência Missionária, realizada em Edimburgo, na Escócia, que excluiu nosso continente, considerado já um “*continente cristão*” (desconhecendo o caráter nominal e/ou sincrético de nossas massas). Uma minoria inconformada foi responsável pelo Congresso do Panamá, de 1916. No caso do Anglicanismo, este somente deveria existir para servir cidadãos estrangeiros ou, como aconteceu, posteriormente (Argentina, Chile, Paraguai etc.) para a evangelização de tribos ameríndias. O quadro começou a mudar mais significativamente na segunda metade do século XX, e hoje já temos (mesmo numericamente pouco expressivas) Dioceses Anglicanas em todos os países da América Latina.

ORGANIZAÇÃO: OS INSTRUMENTOS DE UNIDADE¹

Na segunda metade do século XIX surgia a Comunhão Anglicana com dois Instrumentos de Unidade: o Arcebispo de Cantuária, como figura simbólica, e a Conferência de Lambeth, como fórum mundial. As Conferências de Lambeth (que duram, em média, três semanas, e são precedidas pelo estudo dos documentos temáticos), convocadas e presididas pelo Arcebispo de Cantuária, se reuniram no Palácio de Lambeth até 1958. Com o crescimento do número de Bispos, foi realizada em 1968 na Church House, sede da Igreja da Inglaterra, e desde 1978 passou a ter lugar na Universidade de Kent, perto da Catedral de Cantuária, com apenas uma recepção no Palácio de Lambeth, oferecida pelo Arcebispo de Cantuária, e um chá no Palácio de Buckingham, a convite do(a) soberano(a) inglês(a).

Um importante marco, na construção da Comunhão Anglicana, foi a Conferência de Lambeth de 1908, que foi precedida por um “*Congresso Pan-Anglicano*”, com a presença de 7.000 delegados clericais e leigos de várias partes do mundo. Percebeu-se a necessidade de que algo fosse feito no interregno longo (10 anos) entre cada Conferência. Foi criado um comitê que, por carência de verbas, se reunia raramente. Um Secretário Executivo (hoje denominado Secretário Geral) foi contratado, por decisão da Conferência de 1958, para, em tempo integral, assessorar o Arcebispo de Cantuária nas questões internacionais. A Secretaria Geral tem seus escritórios na St. Andrew's House, perto do Palácio de Lambeth.

A Conferência de 1968, por sua vez, criou o Conselho Consultivo Anglicano (ACC), formado por bispos, clérigos e leigos, que se reuniria nos intervalos das Conferências para compartilhar informações, promover pesquisas e relações ecumênicas, criar redes temáticas, assessorar em questões institucionais, particularmente na criação de novas Províncias (que requerem, pelo menos, três Dioceses autônomas). O ACC passou a ser o terceiro Instrumento de Unidade.

Finalmente, um quarto Instrumento de Unidade foi criado pela Conferência de Lambeth de 1978, por proposta do então Arcebispo de Cantuária, Donald Coggan: o Encontro dos Primazes (Bispos Presidentes de cada Província), para “*refletir, orar e realizar consultas profundas*”. O Encontro dos Primazes vem se realizando cada vez com mais frequência, e esse foro de líderes vem adquirindo importância cada vez maior para a condução da Comunhão Anglicana, embora não seja, exatamente, um “*Colégio de Cardeais...*”.

Até 1988, apenas os Bispos Diocesanos (titulares) eram convidados para as Conferências de Lambeth. Por decisão do Arcebispo George Carey, a Conferência de 1998 também incluiu os Bispos Coadjutores (auxiliares com direito a sucessão) e Bispos Sufragâneos (auxiliares sem direito a sucessão), excluindo-se apenas os aposentados e resignatários, o que aumentou, em muito, o número de participantes, e os custos do evento. A esposa do Arcebispo de Cantuária, Sra. Eileen Carey, organizou uma “*Conferência para Cônjuges*”, de inegável conteúdo e valor.

Hoje há 38 Províncias constituindo a Comunhão Anglicana, composta de cerca de 800 Dioceses, presentes em 164 países, com mais de 77 milhões de membros. Algumas Províncias são formadas por um só país como, por exemplo, a Nigéria, e outras são constituídas por vários países, como a Província Sul-Africana: África do Sul, Lesotho, Suazilândia, Namíbia, Moçambique e Angola.

São as seguintes as Províncias da Comunhão Anglicana:

Alguns países são Dioceses Extra-Provinciais (não fazem parte de uma Província): Portugal, Espanha, Bermudas e Sri Lanka.

Um grupo de países forma a IX província interna da Igreja Episcopal (dos Estados Unidos/TEC): Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Honduras, Porto Rico, Venezuela, Taiwan e Ilhas Virgens. Cuba é Extra-Provincial sob um triunvirato de Primazes: Canadá, Estados Unidos e Índias Ocidentais.

¹ Os quatro “*Instrumentos de Unidade*”: Arcebispo de Cantuária, Conferência de Lambeth, Conselho Consultivo Anglicano e Encontro dos Primazes, passaram a ser denominados, recentemente, de “*Instrumentos de Comunhão*”.

A Diocese de Gibraltar é a Sé das Paróquias da Igreja da Inglaterra no continente europeu. Embora haja uma superposição de jurisdições, não apenas em relação a Portugal (Igreja Lusitana) e Espanha (IERE), mas as Paróquias norte-americanas formam uma Convocação (status inferior a Diocese) com um Bispo em Paris.

Uma marca da presença anglicana tem sido a construção de uma imensa rede de obras sociais, muitas vezes pioneiras e únicas, particularmente no campo da saúde e da educação (nos três níveis). Uma das primeiras universidades norte-americanas foi o nosso *“William and Mary College”*, e a pequena Província de Hong Kong (com Macau) possui hoje cerca de 100 estabelecimentos escolares. Muitos líderes das ex-colônias estudaram em Escolas da Igreja, enquanto nos Estados Unidos, doze presidentes da república foram Anglicanos, começando com George Washington (ex-primeiro guardião da sua Paróquia) até Gerald Ford. Na África do Sul, o nosso então Primaz, Arcebispo Desmond Tutu, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, por seu papel no combate ao regime racista do *“apartheid”* e na reconciliação do país democrático e plurirracial.

ANGLICANOS FORA DE CANTUÁRIA?

Dos séculos XVI a XIX o Anglicanismo manteve-se totalmente unido, em sua diversidade interna quanto ao não essencial. Enquanto o período 1850-1950 marca a história do protestantismo (particularmente o norte-americano) com a trágica fragmentação de denominações e sub-denominações, o Anglicanismo apenas conheceu dois cismas localizados e de reduzida expressão: a Igreja Episcopal Reformada (nos EUA) e a Igreja Anglicana da África do Sul (CESA), ambas evangélicas, da *“Igreja baixa”*, que, desvinculando-se de comunhão com Cantuária, se mantiveram fiéis a herança Anglicana em tudo o mais, particularmente no Livro de Oração Comum (LOC) e no Episcopado Histórico.

Na segunda metade do século XX, as controvérsias sobre a Ordenação feminina (anos 80) e sobre a Ordenação de homossexuais praticantes (anos 90), especialmente nos EUA, viram surgir o chamado *“Movimento Anglicano Continuar”*, que não se manteve unido, mas, lamentavelmente, tem-se subdividido em dezenas de jurisdições autônomas, a maioria de corte anglo-católico. Um outro fenômeno católico reformado (também nos EUA) foi o *“Movimento de Convergência”*, reunindo católicos romanos, católicos nacionais, anglicanos, protestantes históricos e protestantes pentecostais, criando duas jurisdições principais: a Igreja Episcopal Carismática (que não ordena mulheres) e a Igreja Episcopal Evangélica (que as ordena), e que hoje, em crise de identidade, têm suas Paróquias, em número cada vez maior, migrando para Províncias da Comunhão Anglicana ou para Igrejas Anglicanas Continuar.

Especula-se que o número total de anglicanos não em comunhão com a Sé de Cantuária, em todo o mundo, aproxima-se de um milhão. A Conferência de Lambeth de 1998 votou uma resolução na direção do diálogo e da reconciliação com esses grupos, o que foi feito em alguns países, principalmente pelo movimento *“Parceiro Por Uma Causa Comum”*, hoje co-participantes (alguns) do processo de realinhamento por que passa a Comunhão Anglicana.

CONCLUSÕES

Em um século e meio a Comunhão Anglicana estava estabelecida em 164 países. A expansão continua. Muitas Províncias e Dioceses, desde a *“Década do Evangelismo”*, votada pela Conferência de Lambeth de 1988, têm priorizado a expansão missionária, visando os povos não alcançados, em seus países e em outros países. A Província do Leste da Ásia, por exemplo, tem enviado missionários para a Indonésia, Tailândia, Vietnam, Laos, Camboja e Nepal, e a Província da África Ocidental já está evangelizando em países vizinhos, como a Guiné-Bissau. Em breve teremos Dioceses em novos países.

Com a crise do secularismo no hemisfério norte, e o rápido crescimento no hemisfério sul, estamos testemunhando um deslocamento no eixo e no epicentro da Cristandade, que é uma realidade muito clara no Anglicanismo, e, em parte, responsável por sua crise atual, cujo novo desenho institucional ainda está, com todas as dificuldades, sendo escrito. Um comentarista observou que um *“anglicano típico”* é uma mulher, não-branca, com menos de 30 anos de idade, vivendo nas periferias pobres do Terceiro Mundo.

A Comunhão Anglicana vive uma dolorosa crise institucional, mas o Anglicanismo, como proposta, conhece um dos seus mais dinâmicos momentos.

Fixação de aprendizagem:

1. O que teria acontecido com o Anglicanismo se não tivesse havido a Igreja Episcopal Escocesa?
2. A Comunhão Anglicana teria existido sem o Império Britânico?
3. É válida a afirmação: o Anglicanismo é missionário?
4. Como você vê o papel dos Instrumentos de Unidade/Instrumentos de Comunhão?

TERCEIRO CAPÍTULO: A DOCTRINA

INTRODUÇÃO

Define um dicionário o conceito de Doutrina como: *“Conjunto de princípios em que se baseia um sistema religioso, político ou filosófico”*. Na realidade, toda instituição possui uma doutrina, seja escrita, seja costumeira, elas se constituem e operam a partir de um núcleo de idéias compartilhadas por seus membros. Sem doutrinas não haveria identidade, organização ou propósitos. Não haveria a instituição. Há, nessa construção (no caso religioso) um elemento subjetivo racional: o pensamento elaborado; um elemento subjetivo místico: a fé, a crença; e um elemento objetivo sistematizado: os textos dos Credos, das Confissões, dos Catecismos e outros. Pensa-se o que se crê, e se crê no que se pensa. Na Idade Média tivemos a controvérsia entre Anselmo e Abelardo sobre o que viria primeiro: o entendimento ou a crença. As fórmulas seriam: *“Creio porque entendo”*, ou *“Entendo porque creio”*. Na realidade, vive-se uma permanente dinâmica no processo de crença e de compreensão da fé.

Embora, como cristãos, creiamos que a mente humana é finita para apreender toda a compreensão sobre o Sagrado, e a partir do Sagrado sobre a Criação, cremos, também, que a *imago dei* (imagem de Deus) nos dotou de razão para apreender o suficiente. Se a mente caída gera reflexões distorcidas, ou falsas, a mente iluminada readquire possibilidades de verdade, pois, como nos diz o apóstolo Paulo *“temos a mente de Cristo”*.

Sendo o Anglicanismo um ramo histórico da Igreja de Jesus Cristo, nossa doutrina é, em muito, compartilhada com os demais ramos. Sendo o Anglicanismo, também, uma Igreja Reformada, nossa doutrina é, em muito, compartilhada com outras Igrejas Reformadas. Mais ainda, sendo a Igreja Cristã, por seu fundamento Jesus Cristo, a culminação das profecias messiânicas e povo da Nova Aliança, do segundo e Novo Testamento, não começamos o nosso corpo doutrinário do zero, mas somos herdeiros de conceitos elaborados pelo povo da Antiga Aliança, do Antigo Testamento, os hebreus.

Há, no cenário religioso, doutrinas de negação, como o ateísmo; doutrinas de indiferença, como o agnosticismo; e doutrinas de outras matrizes, como o politeísmo, o panteísmo ou o animismo. Em nosso caso, somos uma religião de revelação: Deus se comunica com o seu povo, se ex-vela, se re-vela, transmite, explica, preceitua, exorta. Essa tradição semítica é conhecida como *“o Povo do Livro”*.

Não sendo apenas um apêndice ou uma seita judaica, mas se vendo como um desdobramento peculiar, o Cristianismo elabora novas doutrinas, a partir das velhas doutrinas. Ao interagir com o mundo exo-romano, entra em contato com outras formas de pensar e outros conceitos, não mais apenas o que chamaríamos de Teologia, mas da Filosofia. Eles foram úteis para a sistematização doutrinária e para a sua explicação, defesa e contra-ataque em relação ao paganismo, aos cultos de mistério e às seitas heréticas, na tarefa conhecida como Apologética.

Quando um Diácono, Presbítero ou Bispo vai ser Ordenado ou Sagrado, e um Conselho de Missão ou Junta Paroquial empossada, há o compromisso, dentre outros de *“conformação à Doutrina”* da Diocese, Província ou da Comunhão Anglicana. Esse ato, que é falado e subscrito, pressupõe duas coisas: 1. Que o Anglicanismo tem uma Doutrina; 2. Que a pessoa a conhece e está sendo sincera em expressar o seu compromisso de conformação, de adequação, de crer, viver e promover a Doutrina.

Em que consistiria a Doutrina Anglicana?

O LIVRO

Somos herdeiros do Antigo Testamento. Sendo ele uma revelação – conquanto de destinação universal – entregue ao povo hebreu, a Igreja sempre acreditou que o Cânon, ou conjunto de livros do Primeiro Testamento deveria ser definido pelas lideranças religiosas do povo hebreu, a partir da vivência histórica da sua fé. Assim, aceitamos as decisões do Concílio de Jamnia, ano 70

d.C., no estabelecimento, pelos hebreus, desse Cânon de 39 Livros, incluindo a Lei (*Torah*), ou livros históricos, os livros proféticos e a literatura sapiencial. Muito da literatura religiosa judaica foi então descartada, e outros livros reconhecidos apenas como úteis para a instrução e a devoção, mas sem o mesmo status dos demais. Esses Livros foram incluídos no Cânon da Igreja de Roma, no século XVI, pelo Concílio de Trento (1546).

Essa posição, sustentada, inclusive por Jerônimo, o tradutor da Vulgata (Bíblia em Latim), foi mantida pelas Igrejas da Primeira Reforma (Anglicanos e Luteranos): *“a Igreja os lê para exemplo de vida e instrução de costumes, mas não os aplica para estabelecer doutrinas”* (VI Artigo de Religião). Algumas Províncias da Comunhão Anglicana os põe no Lecionário, mas, após a leitura em público não se diz: *“Palavra do Senhor”*, mas, *“Aqui termina a Lição”* ou *“Aqui termina a Leitura”*.

A Igreja, iluminada pelo Espírito Santo, e tomando decisões baseadas em critérios, como antiguidade, coerência e consenso, estabeleceu o Cânon do Novo Testamento, de 27 Livros, acatados por toda a Cristandade: Oriental, Ocidental e Reformada.

Em seu Rito de Ordenação, o Anglicanismo requer dos seus ministros a crença nas Escrituras Canônicas do Antigo e do Novo Testamento como a Palavra de Deus, e que nelas se contêm todas as coisas necessárias para a salvação.

A Bíblia, apesar de escassa e em língua latina (com um povo de maioria analfabeta) esteve presente e foi reverenciada nos períodos Celta e Católico Romano do Cristianismo nas Ilhas Britânicas; foi defendida, traduzida e distribuída na Pré-Reforma do século XIV por John Wycliffe e os Lolardos; e seria popularizada no vernáculo, ocupando um lugar central, a partir da Reforma do Século XVI.

O VI dos XXXIX Artigos de Religião expõe a posição que o Anglicanismo mantém até hoje: *“As Escrituras Sagradas contêm todas as coisas necessárias para a salvação; de modo que tudo o que nela não se lê, nem por ela se pode provar não deve ser exigido de pessoa alguma que seja crido como artigo de Fé ou julgado como exigido ou necessário para a salvação. Pelo nome de Escrituras Sagradas entendemos os Livros canônicos do Antigo e do Novo Testamentos, de cuja autoridade jamais houve qualquer dúvida na Igreja”*.

Esse artigo de fé é central para caracterizar o caráter também Reformado ou Protestante do Anglicanismo: a centralidade e a supremacia da Bíblia como fonte de Revelação e regra de fé e de vida.

Contemporaneamente, o documento conhecido como o *“Quadrilátero de Lambeth”*, deliberado pela Conferência de Lambeth de 1888, tem como seu item primeiro: *“As Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento como contendo todas as coisas necessárias para a salvação, e como sendo a regra e o padrão último de fé”*. O Arcebispo de Cantuária, Donald Coggan, afirmou: *“a Bíblia é o livro através do qual, e através de nenhum outro, o Espírito de Deus fala ao homem”*.

O Relatório da Virgínia nos diz que: *“Os Anglicanos afirmam a autoridade soberana das Sagradas Escrituras como o meio através do qual Deus, pelo Espírito Santo, comunica a sua palavra à Igreja, e, conseqüentemente, capacita as pessoas a responder com compreensão e fé. As Escrituras são testemunho singularmente inspirado da revelação divina... (e) norma fundamental de fé e de vida”*. Essa autoridade das Escrituras e o seu lugar singular na Doutrina Anglicana foi reafirmada por várias Conferências de Lambeth, inclusive pela última, de 1998 (Resolução III.1) e pelo Relatório de Windsor, de 2005.

Apesar de históricas divergências entre correntes internas do Anglicanismo sobre regras de interpretação, e da negação da visão histórica por pensadores dentro e fora do Anglicanismo, essa é a nossa posição oficial e amplamente majoritária. Concordamos com o Rev. Aquino, em sua obra *Anglicanismo: Uma Introdução*, quando sustenta que: *“...a credenda da Igreja, o que ela crê, e a agenda da Igreja, o que ela faz, precisam basear-se na Bíblia, sob pena de transformar-se apenas em pios e infrutíferos clubes religiosos”*.

A Igreja Anglicana é uma Igreja Bíblica!

CREDOS E CONFISSÕES

Herdamos da revelação hebraica – o Antigo Testamento – a crença monoteísta, ou seja, em um só Deus, criador de todas as coisas, soberano, que se comunica, que intervém na História dos povos e dos indivíduos, que prometeu um Messias, que requer louvor e adoração, que responde às orações e que tem a proposta de um Reino.

Tendo que enfrentar as correntes judaizantes, a influência pagã que a cercava, e as seitas e heresias que surgiam periodicamente, com as crenças as mais exóticas, aprovou à Igreja dos primeiros séculos, reunida em Concílios e buscando a iluminação do Espírito Santo, definir o núcleo central da Doutrina cristã em documentos como o Credo Apostólico e o Credo Niceno, adotados, por séculos (salvo a cláusula filioque) por todos os ramos históricos da Cristandade, antes e depois da Reforma.

O segundo item do “*Quadrilátero de Lambeth*” afirma: “*O Credo Apostólico como símbolo batismal e o Credo Niceno como declaração suficiente da fé cristã*”.

E que doutrinas estão contidas nesses Credos?

O Credo Apostólico, com início no século II, e redação final no século IV, à base do sagrado depósito da fé dos Apóstolos e dos Pais Apostólicos, afirma:

1. O monoteísmo, de um Deus criador e Todo-poderoso;
2. O trinitarismo, do Pai, do Filho e do Espírito Santo;
3. A encarnação e o nascimento virginal do Jesus Cristo histórico, sua crucificação, morte e sepultura sob Pôncio Pilatos (pró-consul romano na Palestina);
4. A ressurreição e a ascensão de Jesus Cristo ao Céu;
5. O retorno de Jesus Cristo para julgar os vivos e os mortos;
6. A Igreja, como comunhão dos santos;
7. A remissão dos pecados;
8. A ressurreição do corpo;
9. A vida eterna.

O Credo Niceno foi aprovado pelo Concílio de Nicéia, em 325 d.C., e revisado pelo Concílio de Constantinopla, em 381 d.C., daí ser chamado de Credo Niceno-Constantinopolitano; aprofunda as doutrinas do Credo Apostólico, especialmente as duas naturezas (divina e humana) de Jesus Cristo e o papel do Espírito Santo. A expressão “*e do filho*” (cláusula filioque) somente foi introduzida pelo Concílio de Toledo, na Espanha, em 589 d.C., sendo uma das causas da divisão entre o Oriente e o Ocidente, e a expressão “*Reconheço um só batismo para remissão de pecados*” tem sido entendida como o “*batismo com o Espírito Santo*” que ocorre na conversão de todos os fiéis.

Um outro documento importante, que tem sua redação inicial no século IV e sua redação final no início do século VI foi o Credo Atanasiano, reforçando a cristologia da trindade e das duas naturezas, contra as heresias dos sabelianos, dos apolinarianos e dos arianos. Esse Credo foi estudado ao longo dos séculos, e consta como autoritativo, por quase todas as Confissões de Fé da Reforma, com exceção da Confissão de Westminster.

Os Credos foram usados para definir as doutrinas e para ensinar os fiéis, especialmente na preparação para o Batismo e para a Confirmação (Crisma, Profissão de Fé). Eles eram a base para os Catecismos, textos simplificados, em forma de perguntas e respostas, como instrumentos de popularização dos ensinamentos cristãos.

Os séculos XVI e XVII, com o surgimento do Protestantismo, foram marcados por um confessionalismo, a redação de Confissões de Fé, tanto por Luteranos quanto por Calvinistas (Westminster, Augsburg, Helvética etc.), aprofundando e atualizando os Credos, com ênfases maiores na autoridade das Sagradas Escrituras e na Salvação pela Graça mediante a fé em Jesus Cristo. O Anglicanismo optou por uma Confissão mais concisa – os XXXIX Artigos de Religião – o suficiente para afirmar o seu caráter católico e reformado, o diferenciando da Igreja

de Roma, dos Luteranos, dos Calvinistas e dos Anabatistas, evitando definir aspectos da fé tidos como mistério (como o significado da *“presença real”* de Cristo na Eucaristia).

Os XXXIX Artigos de Religião, de 1562, tratam, dentre outros, dos seguintes temas: Da Fé na Santíssima Trindade, da Descida de Cristo ao Hades, da Ressurreição de Cristo, do Espírito Santo, da Suficiência das Escrituras Sagradas para a Salvação, dos Credos, do Pecado Original, do Livre Arbítrio, da Justificação do Homem, das Boas Obras, das Obras de Superrogação, de Cristo único sem Pecado, do Pecado depois do Batismo, da Predestinação e Eleição, da Obtenção da Salvação Eterna Unicamente Pelo Nome de Cristo, da Igreja, da Autoridade da Igreja, da Autoridade dos Concílios Gerais, da Ministração na Igreja, da Língua Vernácula no Culto, dos Sacramentos, do Batismo, da Ceia do Senhor, da Única Oblação de Cristo Consumada na Cruz, do Casamento dos Ministros, das Tradições da Igreja, das Homilias, da Consagração de Bispos e Ministros, do Juramento de Um Cristão.

Embora nem todas as Províncias da Comunhão Anglicana requeiram a subscrição dos XXXIX Artigos de Religião, este se constitui no mais importante documento doutrinário do Anglicanismo, todos os documentos posteriores têm se harmonizado com ele, e sua influência se projeta no conjunto do Cristianismo: um exemplo – as Bases de Fé da maior denominação protestante do Chile, a Igreja Metodista Pentecostal, formada por 20 dos nossos 39 Artigos.

No campo doutrinário um lugar central é ocupado pelo Livro de Oração Comum (LOC), cuja primeira edição, compilada pelo Arcebispo de Cantuária e mártir Thomas Cranmer, é de 1552, no reinado de Eduardo VI, com revisões posteriores e, em nossos tempos, com edições próprias de cada Província. O LOC não apenas significou colocar uma liturgia simplificada e no vernáculo à disposição dos fiéis, mas representou uma peculiaridade Anglicana, que, no lugar de longas e detalhadas Confissões de Fé, como aconteceu com os outros ramos do Protestantismo, optou pelo que foi conhecido como *“ex orandi, ex credendi”*, ou seja: *“cremos no que oramos”*.

O Livro de Oração Comum (LOC), todo harmonizado com a Bíblia, além dos Ritos e dos 39 Artigos, contém: Orações, o Saltério, o Lecionário, o Ordinal e um Catecismo da Doutrina Cristã, extremamente didático em suas perguntas e respostas, usado para a instrução básica dos neófitos, centrado nos temas do Batismo, do Credo Apostólico, do Decálogo, da Oração do Senhor, dos Sacramentos e do Rito de Confirmação. A solidez ou a fragilidade doutrinária dos espaços anglicanos sempre esteve relacionada com a popularização ou não do uso do Livro de Oração Comum (LOC).

Desde o final do século XIX, a síntese doutrinária mais usada na Comunhão Anglicana tem sido o Quadrilátero de Lambeth (Bíblia, Credos, Sacramentos, Episcopado), embora a preocupação com a continuidade, a compreensão, a atualização e a vivência doutrinária tenha sempre estado presente nas Conferências de Lambeth, e em documentos dos outros Instrumentos de Comunhão (Arcebispo de Cantuária, Conselho Consultivo Anglicano e Encontro dos Primazes). Nas últimas décadas ressaltamos o valor e o conteúdo do Relatório da Virgínia e do Relatório de Windsor, com sua proposta da adoção de um Pacto Anglicano, reafirmador das doutrinas bíblicas e históricas.

OS SACRAMENTOS

O terceiro item do Quadrilátero de Lambeth afirma: *“Os dois Sacramentos ordenados por Cristo mesmo – Batismo e Ceia do Senhor – ministrados com o uso das inexauríveis palavras de Cristo na instituição, e dos elementos ordenados por ele”*. O nosso Catecismo define um Sacramento como *“um sinal externo e visível, de um sinal interno e de uma graça espiritual que nos foram dados e ordenados pelo próprio Cristo”*. O XXV Artigo de Religião assim se posiciona sobre os Sacramentos: *“Os Sacramentos, instituídos por Cristo, não são unicamente designações ou indícios de profissão dos cristãos, mas antes testemunhos certos e firmes, e sinais eficazes da graça e da bondade de Deus para conosco, pelos quais ele opera invisivelmente em nós, e não só vivifica, mas também fortalece confirma a nossa fé nele”*. O termo Sacramento (= *mistério*) foi usado em toda a História da Igreja do Oriente e do Ocidente e pelos Protestantes da Primeira (Luteranos, Anglicanos) e Segunda (Presbiterianos, Reformados) Reformas. A partir da Terceira Reforma (Anabatistas) setores do Protestantismo passaram a negar o entendimento histórico do Sacramento e a denominá-los de *“Ordenanças”* (para nós *“Ordenanças”* são assessores militares...).

Para o nosso Catecismo, o sinal visível do batismo é a *“água, na qual a pessoa é batizada, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”*, e o significado da graça interna e espiritual é *“a morte para o pecado e um novo nascimento em justiça”*.

O XXVII Artigo de Religião entende que o Batismo *“não é só um sinal de profissão, e marca de diferença, com que se distinguem os cristãos dos que não o são, mas também, um sinal de Regeneração ou Novo Nascimento, pelo qual, como por instrumento, os que recebem o Batismo devidamente são enxertados na Igreja; as promessas de remissão dos pecados, e de nossa adoção como filhos de Deus pelo Espírito Santo são visivelmente marcadas e seladas, a Fé é confirmada, e a Graça aumentada, por virtude da oração a Deus”*.

Baseado nas mais antigas tradições e nos mais antigos documentos, os anglicanos tanto batizam os novos convertidos adultos, como as crianças filhas ou netas de crentes, dentro da teologia da aliança, da promessa para a descendência, e no semear da fé, que uma vez regada, a seu tempo dará o fruto das consciências, conversão e profissão de fé. Por julgar sem sentido se pelejar por recursos hídricos, os anglicanos praticam o batismo por imersão, infusão ou aspersão, tanto em mares, rios e lagos, quanto em tanques, piscinas e pias, seja ela corrente ou parada, morna ou quente, com gás ou sem gás, pois a água não salva, mas é um sinal externo para o que realmente conta: a fé no Senhor e Salvador Jesus Cristo. Os relatos históricos atestam a diversidade de formas nos primeiros séculos da Igreja.

Para o nosso Catecismo, o Sacramento da Ceia do Senhor foi ordenado *“para extrair da morte do Senhor uma contínua lembrança de seu sacrifício, e dos benefícios que nós recebemos por ele”*, o seu sinal visível e exterior é *“o pão e o vinho, que o Senhor ordenou serem recebidos”*, significando *“o Corpo e o Sangue de Cristo, que são espiritualmente tomados e recebidos pelos fiéis”*, *“unicamente de maneira espiritual, e o meio pelos quais eles são recebidos é a Fé”*.

O XXVIII Artigo de Religião entende que a Ceia do Senhor *“não é só um sinal do mútuo amor que os cristãos devem ter uns para com os outros, mas antes é um Sacramento da nossa Redenção pela morte de Cristo, de sorte que para os que devida e dignamente, e com fé, o recebem, o Pão que partimos é uma participação do Corpo de Cristo; e, de igual modo, o Cálice da Bênção é uma participação do Sangue de Cristo”*.

O Anglicanismo, enquanto afirma a *“presença real”* de Cristo na Ceia do Senhor, ou Eucaristia, julga que esse mistério não pode ser definido em linguagem humana (transubstanciação, consubstanciação, memorial etc.), mas que deve ser recebido com contrição e fé, para a edificação espiritual. A Igreja Anglicana, ao contrário de outros ramos do Cristianismo, que se afastaram da Palavra, pelo uso de pão fermentado e suco de uva, se mantém rigorosamente fiel à Bíblia, pelo uso do pão não-fermentado e do vinho.

Outros ritos que as Igrejas do Ocidente e do Oriente consideram como Sacramentos (Confirmação, Penitência, Ordens, Matrimônio e Unção dos Enfermos), dentro de uma visão da Reforma, não são aceitos pelos Anglicanos como tais, por não terem sido instituídos pelo próprio Cristo, e não terem a mesma natureza, nem serem parte da economia da salvação. Embora úteis, não podem ser obrigatórios. São eles chamados de *“ritos sacramentais”* ou de *“sacramentos menores”*. Destes, o mais valorizado no Anglicanismo é a Confirmação.

O nosso Catecismo entende que a Confirmação *“não é um Sacramento, mas um antigo rito da Igreja, advindo do costume dos Apóstolos de impor as mãos sobre aqueles que tinham sido batizados... nele os Candidatos ratificam e confirmam os votos feitos sobre o seu comportamento por aqueles que os ensinaram na infância a serem batizados, e, também, proporciona uma oportunidade para aqueles que foram batizados na maturidade para renovar e confirmar os votos que eles mesmos fizeram no batismo... as pessoas confessam e declaram publicamente a Jesus Cristo, o Filho de Deus, como seu Senhor e Salvador”*.

O EPISCOPADO

O quarto item do “*Quadrilátero de Lambeth*” afirma: “*O Episcopado Histórico, localmente adotado nos métodos de sua administração, para as variadas necessidades das nações e dos povos chamados por Deus para a unidade da Igreja*”.

Coerente com séculos de história da Igreja, na Primeira Reforma, o Anglicanismo e o Luteranismo Escandinavo e Báltico mantiveram o seu caráter Episcopal, ou seja, Igrejas governadas por Bispos. Essa é uma marca comum a toda Comunhão Anglicana.

(Esse tema será desenvolvido na aula sobre “*Governo*”).

CONCLUSÕES

O Anglicanismo, mesmo afirmando a licitude de conviver com diferenças quanto a questões secundárias, de forma ou acidentais, sempre foi um ramo da Igreja de Cristo que definiu, se comprometeu e ensinou um sólido Corpo Doutrinário, consoante com a Bíblia e a Tradição Apostólica. A Diocese do Recife se mantém fiel a esse princípio.

A crise ora vivida nas Igrejas Históricas do Ocidente tem como base a negação doutrinária.

(Estudaremos, com mais detalhe, essa questão, na aula “*A Crise*”).

Fixação de aprendizagem:

1. À luz da nossa Doutrina, por que se afirma que somos uma Igreja Católica Reformada?
2. Qual a importância dos Sacramentos?
3. A que você atribui às opiniões incorretas de membros de outras denominações sobre o nosso conteúdo doutrinário?
4. A Doutrina Anglicana é suficiente para enfrentar a Pós-Modernidade?

QUARTO CAPÍTULO: A VIDA

INTRODUÇÃO

A experiência religiosa abrange três áreas principais: a **Mística**, a **Dogmática** e a **Ética**, ou seja, a relação com o Sagrado, a reflexão sobre o Sagrado, e a vivência a partir dessa relação e dessa reflexão. E isso não se restringe ao Cristianismo. Ninguém pode negar que há uma Mística no Bramanismo, uma Dogmática no Mormonismo, e uma Ética no Espiritismo. Por outro lado, no Cristianismo, nem sempre essas três dimensões funcionam adequadamente, harmonicamente ou corretamente, gerando unilateralismos, distorções e danos à experiência da fé. Em muitos capítulos da História da Igreja, encontramos místicos que foram hereges e corruptos, ou pensadores da Dogmática (doutrina), que eram áridos em sua espiritualidade e não-conseqüentes em sua vida cotidiana, ou, ainda, militantes carentes de uma vida devocional regular e de um conhecimento e adequação à Sã Doutrina. A Pré-Modernidade medieval foi cheia de ênfases místicas, enquanto a Cristandade, em geral, professava uma dogmática distante das doutrinas originais e a falta de ética era generalizada, tanto na hierarquia quanto no povo.

A Modernidade, com seu racionalismo, desprezou os aspectos místicos, retirou da Dogmática, a Revelação e o Mistério, com a negação dos milagres, e a afirmativa que a razão humana era o único caminho para se chegar à verdade, e os seus teóricos, encastelados em torres de marfim, terminaram por trazer danos à Missão da Igreja. *“Um Deus sem ira, um Cristo sem Cruz e um Homem sem Pecado”*, foi o cerne de uma mensagem deficiente, cujo resultado concreto são os templos esvaziados de uma Civilização Euro-Occidental em crise de descristianização, depois dos fracassos desumanizantes dos projetos utópicos.

Na Pós-Modernidade que ora estamos atravessando, juntamente com a Globalização assimétrica, um conhecido líder pentecostal brasileiro afirmou, recentemente, que as pessoas não estão interessadas em doutrinas, mas na vida demonstrada pelos religiosos.

Depois da derrocada das propostas materialistas, o retorno do sagrado ou *“reencantamento do mundo”* pós-moderno tem apelado para todo tipo de mística, da oriental à sincrética, passando pela auto-ajuda, descolado das instituições e doutrinas históricas e sem propostas para a História senão a competição do mercado, em um darwinismo social.

Mulheres seminaristas anglicanas nos Estados Unidos são também sacerdotisas do culto Wicca, da religião celta pagã. Uma pastora se disse cristã e muçulmana ao mesmo tempo. Um culto conjunto foi celebrado por um ministro episcopal e um sacerdote bramânico. Um bispo teve um pagé indígena entre os que impuseram as mãos em sua Sagração. Advoga-se a participação na Ceia do Senhor de pessoas não-batizadas, enquanto o Batismo não deveria invocar a Santíssima Trindade. Um deão de Catedral afirmou ter sido um grande equívoco dos discípulos colocar nos lábios de Jesus a expressão: *“Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida, e ninguém vem ao Pai senão por mim”*, tida como politicamente incorreta, imperialista, arrogante e ofensiva aos de outra fé ou aos sem fé. Aquela Província, já há décadas, afirmou em um Tribunal Eclesiástico ser uma Igreja *“sem Doutrinas”*, e os Credos, ou os XXXIX Artigos de Religião são considerados, apenas *“documentos históricos”*.

Com a Igreja considerada apenas um ente social e cultural, onde não deve haver lugar para se definir doutrinas nem normas de comportamento, a Bíblia sendo considerada apenas uma literatura religiosa de origem judaica útil para a devoção particular e para a liturgia pública, de onde não se deve buscar doutrina, nem normas de comportamento, pois todos os ensinamentos éticos eram apenas expressões culturais do contexto dos seus autores, a celebração da liturgia se reduz a um teatro, onde não se crê no que se recita, nem se vive o que se recita.

A ética se torna *“situacional”*, sem normas gerais, dependendo de cada caso, baseada na subjetividade dos sentimentos e *“no mútuo consentimento entre adultos que não cause danos a terceiros”*. Como não crêem no Pecado Original, e que a salvação, universalista em seus efeitos, veio na Encarnação e não na Cruz, afirmam que *“Deus nos criou como nós somos”*, não havendo necessidade de mudança de vida, de transformação, de santidade, mas, apenas da afirmação de

direitos humanos, sem os deveres humanos e os direitos de Deus. O único absoluto é a afirmação de que *“tudo é relativo”*.

Enquanto isso, a construção do novo homem em Cristo, tem sofrido sob o peso ora da repressão ora da permissividade, uma reagindo à outra, se indo de um pólo ao outro, com multidões de *“desviados”* em nosso País, vítimas de *“disciplinas”* mais policiais do que pastorais, enquanto o liberalismo vai introduzindo o pólo do *“vale tudo”*.

Ao longo da sua trajetória, o Anglicanismo tem buscado afirmar uma Espiritualidade Integral e uma Missão Integral. E onde tem ele buscado a fonte para essa construção?

A PALAVRA

O deserto, o batismo, a transfiguração, o Getsêmane, foram momentos de intensa experiência mística para Jesus. Mas, ao reafirmar as Escrituras da Primeira Aliança, ensinar a oração do Pai Nosso, proferir o Sermão do Monte e a Oração Sacerdotal – e nos diálogos com os seus discípulos – Jesus foi alguém que reflexionou profundamente sobre a doutrina, como pedra angular da Dogmática da Igreja. Sua vida, percorrendo as cidades e aldeias, indo ao encontro dos necessitados – a partir do seu esvaziamento e da sua encarnação – foi um exemplo de engajamento conseqüente no projeto do Reino do seu Pai.

Os Evangelhos nos dizem que Jesus pregou, ensinou, curou e expulsou demônios. Ele passava horas em oração. Ainda menino discutiu os textos sagrados com os doutores no templo, citava seguidamente as Escrituras, a lia na sinagoga, e o seu messiado assume a realização do *“Dia do Senhor”*, tanto em seu aspecto de antecipação escatológica, do grande dia final, como de realização histórica do que tinha sido ensaiado no Ano Sabático e no Ano do Jubileu, pela promoção de uma paz que é fruto da justiça. O Espírito que ele envia não somente convence, converte e consola, mas conduz à verdade e à transformação existencial.

Dentro das comunidades de fé os convertidos descobriam e exercitavam os seus dons, para o crescimento mútuo; viam a *“obra da carne”* (marcas da natureza caída) ser substituída pelo *“fruto do Espírito”*; em termos de temperamento e comportamento, seus talentos naturais eram purificados e redirecionados pelo compromisso com o Reino. Eles tinham os seus bens em comum, não os considerando como se seus fossem, mas apenas mordomos do que lhes foi confiado por Deus.

Os apóstolos exortavam para que não fossem enganados pelos falsos mestres, pelos falsos ensinamentos, mas que, conhecendo a Palavra, fossem firmes na verdade. Exortavam para que eles fossem praticantes, e não apenas ouvintes, que não eram salvos pelas obras, mas que eram salvos para elas, e que a fé sem obras era morta.

O exemplo e os ensinamentos de Jesus e dos apóstolos apontam para uma Espiritualidade Integral, onde a relação com Deus, a mística, não aliena nem isola, que, tendo a mente de Cristo, conhecemos a vontade de Deus *“pela renovação do nosso entendimento”*, sabendo *“dar razão da fé que há em nós”*. Jesus demonstrou o valor da experiência de subir ao monte, ser cercado pela nuvem, ouvir a voz de Deus, conviver com os trasladados, mas se recusou a ficar ali *“acampado”*, fugir das multidões carentes e evitar a cruz. Esse exemplo e esses ensinamentos também apontam para uma Missão integral, onde há lugar para o anúncio, o ensino, a comunhão, o serviço e a denúncia profética aos pecados sociais e estruturais.

CONSTRUÇÃO

O Livro de Oração Comum (LOC) se constitui, sem sombra de dúvidas, em um modelo de Espiritualidade Integral. Suas orações nos levam a Deus, seus ritos nos trazem Deus, seus ensinamentos equipam os fiéis para serem *“fortes e corajosos”* para viver o Evangelho no mundo, entre as pessoas. O LOC atesta a realidade das hostes espirituais da maldade nas regiões celestes, quando, na Confirmação, pede ao novo profeta a renúncia a satanás e a todas as suas obras. Várias das orações tratam da ministração aos enfermos, da vida profissional, das autoridades civis, e da santidade como caminho para os justificados pela Graça mediante a fé, os salvos, os eleitos.

Os Artigos de Religião tratam tanto da dinâmica do pecado dos crentes, quanto da necessidade das boas obras como evidência da fé. Senão vejamos:

O Artigo XVI trata *“Do Pecado Depois do Batismo”*, e afirma:

Nem todo pecado mortal, voluntariamente cometido depois do Batismo é contra o Espírito Santo, e irremissível. Pelo que não se deve negar a graça do arrependimento aos que tiverem caído em pecado depois do batismo. Depois de termos recebido o Espírito Santo, podemos nos apartar da graça concedida, e cair em pecado, e, pela Graça de Deus, nos levantar de novo, e corrigir nossa vida. Devem, portanto, ser condenados os que dizem que já não podem pecar mais, enquanto aqui vivem, ou os que negam a oportunidade de perdão às pessoas verdadeiramente arrependidas.

Enquanto isso, o Artigo XII trata *“Das Boas Obras”*, e ensina:

Ainda que as boas obras, que são fruto da fé, e seguem a Justificação, não possam expiar os nossos pecados, nem suportar a severidade do juízo de Deus, são, todavia, agradáveis e aceitáveis a Deus em Cristo, e brotam, necessariamente, de uma verdadeira e viva fé, tanto que por elas se pode conhecer tão evidentemente uma fé viva como uma árvore se julga pelo fruto.

A Espiritualidade Integral, que procura conhecer a realidade, discernindo-a, intercedendo por ela e nela intervindo, tornando cada um agente da concretude da oração *“seja feita a Tua vontade, assim na terra como no céu”*, se relaciona com uma visão também integral da Missão, conforme definida pela Conferência de Lambeth, de 1988, como constando das seguintes dimensões:

a) Proclamar as Boas Novas do Reino de Deus; b) Ensinar, Batizar e Instruir os novos crentes; c) Responder às necessidades humanas por serviço em amor; d) Procurar transformar as estruturas injustas da sociedade; e) Defender a vida e a integridade da criação.

As próprias Conferências de Lambeth são microcosmos dessa Espiritualidade Integral e dessa Missão Integral, com seus Cultos (Orações Matutinas e Vespertinas e Eucaristias), seus estudos bíblicos, seus grupos de compartilhar e orar, seus grupos de estudos temáticos, e suas resoluções sobre os temas que desafiam os cristãos em cada geração e conjuntura (da guerra à eutanásia, do meio ambiente à sexualidade), em um total de 94 na última Conferência, de 1998, trazendo subsídios e orientações valorosas para a espiritualidade da nossa comunidade mundial.

O Anglicanismo tem profundo interesse com os temas da Ética, da Santidade e da Disciplina, conforme veremos no documento elaborado por este autor, e aperfeiçoado por debates em sala de aula e em plenário de Concílio, hoje um dos documentos doutrinários oficiais de nossa Diocese, e que incorporamos a presente aula.

CONCLUSÕES

Ao longo da sua História, o Anglicanismo tem procurado conciliar Ortodoxia com Ortopraxia. A Ortodoxia tanto significa a adoração correta (ao Deus Triuno, em espírito e verdade) quanto a elaboração correta (Sã Doutrina); e a Ortodoxia pode ser entendida como a vivência coerente da adoração e da elaboração.

Lembramo-nos do século XVII, após a Reforma Protestante, que foi denominado de o século da *“Ortodoxia Fria”*, pois a vida cristã se centrava no conhecer e no concordar, intelectualmente, com as doutrinas contidas nas *“Confissões de Fé”*. O Pietismo reagiu corretamente, enfatizando uma *“religião do coração”*, que incluísse a devoção, as emoções e a santidade. Mas, ao desvalorizar a doutrina, concorreu para abrir caminho para o Liberalismo, pois (apenas para citar um exemplo) foram os Quackers liberais que trouxeram a Teosofia para o Ocidente.

Quando o pensador pentecostal citado no início desta aula, diz que o homem pós-moderno não está interessado em doutrinas, mas na vida coerente, nos perguntamos: coerente com o que? Por

outro lado, outro pensador pentecostal afirmou que seja a pré-modernidade, a modernidade ou a pós-modernidade – ou outra coisa que vier – elas são “o espírito do século”, e deve ter dos cristãos uma atitude crítica e não uma adesão acrítica.

Fala-se muito em “diálogo”, “conciliação”, “amor”, e muito pouco sobre a verdade e a santidade, quando, o que aconteceu foi que a adoração foi sincretizada (“macro-ecumenismo”), a doutrina desvalorizada e a ética relativizada. Os documentos das Conferências de Lambeth, e da grande maioria de Províncias e Dioceses Anglicanas estão cheios de referência ao compromisso e à coerência, com o Senhor da Igreja e com a Igreja do Senhor. O mesmo se diga dos nossos autores, que têm edificado o conjunto de toda a Igreja: John Stott, C.S. Lewis, J.I. Packer, Michael Greene, Alister McGrath, e tantos outros.

Por fim, não posso deixar de citar Stott, em seu devocionário: “A Bíblia Toda, o Ano Todo” (Ed. Ultimato, Viçosa, MG), quando, escrevendo sobre “Marcas de Uma Igreja Viva”, afirma que elas são:

a) “...seus membros estão comprometidos com o ensino dos apóstolos, e se submetem a ele”; b) “...manter comunhão... Amavam uns aos outros... é interessada em pessoas”; c) “...é uma igreja adoradora”; d) “...é uma igreja evangelizadora”.

No mesmo livro, ele afirma, muito apropriadamente, sobre a Igreja Primitiva como paradigma:

Observe que esses novos convertidos, cheios do Espírito Santo, não desfrutaram de uma experiência mística que os levou a negligenciar o intelecto, desprezar a teologia, ou parar de pensar. Ao contrário, eles se dedicaram ao ensino dos apóstolos. Não hesito em afirmar que anti-intelectualismo e plenitude do Espírito Santo são mutuamente incompatíveis, pois, que é o Espírito? Jesus o chama de “o Espírito da Verdade”, pois onde quer que ele atue, a verdade prevalece.

Fixação de aprendizagem:

1. Você prefere uma santidade passiva ou uma santidade ativa, como caminho para o crescimento espiritual, aliando a ortodoxia com a ortopraxia?
2. O que difere a Disciplina Anglicana das disciplinas de outras denominações?
3. O Conselho de Missão/Junta Paroquial tem autoridade para disciplinar um membro?
4. Você é favorável ou contrário à suspensão da participação eucarística como forma de disciplina? Justifique.

QUINTO CAPÍTULO: OS MINISTÉRIOS

INTRODUÇÃO

Recém empossado como Bispo Diocesano, fui a uma confraternização evangélica em uma capital do Nordeste. Aproximou-se um jovem universitário evangélico que me interpelou: “*Eu tenho dificuldade de entender esse negócio de Bispo. O senhor é Bispo como Dom Amaral (o Arcebispo Católico Romano daquela cidade) ou como o Bispo Macedo?*”. Ao que respondi: “*Nenhum dos dois!*”. O que não ajudou muito, pois o mesmo (como a grande maioria dos brasileiros) não conhecia senão aqueles dois modelos. Isso não teria acontecido nos muitos países onde a maioria das Igrejas é de governo Episcopal, mas em nosso País, onde fora o Episcopado monárquico e distante da Igreja de Roma (o Episcopado Ortodoxo Oriental é de pouca expressão, localizado e étnico), durante muito tempo apenas tínhamos os Bispos Anglicanos (Episcopado histórico) na região sul, ou os Bispos Metodistas (Episcopado administrativo) no sul e sudeste.

Houve, durante século e meio desde os seus primórdios, uma clara predominância no Protestantismo Brasileiro – “*tradicional*” e “*renovado*” – de Igrejas de governo congregacional e presbiteriano, embora tenha havido, também, algumas expressões de um “*episkopé sem episkopos*” (Episcopado sem bispos), como na Assembléia de Deus, Igreja do Nazareno, Igreja Luterana etc., com seus pastores-presidentes, superintendentes, pastores sinodais ou pastores distritais exercendo funções típicas de um Bispo, porém sem o título ou a legitimação do ministério. Um dado novo é que hoje, com o questionável (em sua identidade protestante) neo/pos/iso/pseudo-pentecostalismo, se adiciona novas formas de Episcopado monárquico “*de facto*”, com “*bispos*”, “*missionários*”, e, até, “*apóstolos*”, aut nomeados.

Como Anglicanos, nos deparamos, quase sempre, com um misto de desinformação histórica e preconceito eclesiológico, não somente de parte dos de fora, mas, inclusive dos de dentro dos nossos arraiais (inclusive ministros) que trazem o “*ranço*” das suas antigas denominações, ou são influenciados pela literatura e pela mídia de outras correntes. O individualismo secular, o egocentrismo pós-moderno e o estrelismo e caudilhismo religioso autocráticos são obstáculos adicionais para uma internalização e vivência funcionais da nossa teologia de ministério.

O irônico é que o modelo Episcopal e as três Ordens – **Bispos, Presbíteros e Diáconos** – estão aí por dois mil anos. O congregacionalismo e o presbiterianismo é que são frutos tardios de teóricos do século XVI, com leituras equivocadas da Igreja Primitiva, mil e seiscentos anos depois, e sob outra ótica cultural e de outro modo de produção.

O Episcopado Histórico participativo (colegial, conciliar, sinodal) da Comunhão Anglicana evita os extremos do clericalismo romano e do populismo ministerial do protestantismo posterior.

Vejamos uma breve retrospectiva histórica:

OS PAIS APOSTÓLICOS

Embora tenha sido um assunto presente em vários textos e escritores dos primórdios, três foram os autores principais, dentre os Pais Apostólicos, que se dedicaram ao tema do Episcopado: *Inácio de Antioquia*, *Irineu de Lyon* e *Cipriano de Cartago*.

Inácio de Antioquia – Como sabemos, a Igreja, nos finais do primeiro século, havia deslocado o seu centro irradiador de Jerusalém para Antioquia, e é um dos seus primeiros bispos, sucessor dos apóstolos, *Inácio*, que será o grande pioneiro na reflexão eclesiológica daquele período. Titular de um profícuo Episcopado, *Inácio* seria martirizado (entre os anos 107 e 110 ad). Antes, porém, escreveu sete Cartas: a Policarpo de Esmirna, aos Efésios, aos Magnesianos, aos Trabelianos, aos Romanos, aos Filadelfenses, e aos Esmirnionitas, onde exorta as Igrejas à perseverança na doutrina apostólica, condenando as heresias nascentes, e que o compromisso com a verdade deveria se dar em unidade: unidade para com Deus em Jesus Cristo, unidade entre si como comunidade de fé, e unidade com os seus dirigentes – os Bispos, os Presbíteros e os Diáconos. Em seus textos já há um reconhecimento explícito das três Ordens.

Ensina *Inácio*:

...convém caminhar de acordo com o pensamento do vosso bispo, como já o fazeis. Vosso presbitério, de boa reputação, está unido ao bispo (aos Efésios 4.1).

...eu vos felicito por estardes unidos a ele, assim como a Igreja está unida em Jesus Cristo como o Pai (ibid, 5.1).

...devemos olhar ao bispo como ao próprio Senhor (ibid, 3.1).

....por isso vos peço que estejais dispostos a fazer todas as coisas na concórdia de Deus, sob a presidência do bispo, que ocupa o lugar de Deus, dos presbíteros que representam o colégio dos apóstolos, e dos diáconos que são muito caros para mim, aos quais foi confiado o serviço de Jesus Cristo (ibid, 6.1).

...uma voz de Deus: permanecei unidos ao bispo, ao presbitério e aos diáconos (aos Filadelfenses 7.1).

E, ainda escreve:

...foi o Espírito que me anunciou dizendo: ...não façais nada sem o bispo, guardai os vossos corpos como templos de Deus, amai a união, fugi das divisões, sede imitadores de Jesus Cristo, como ele também o é o do seu Pai (ibid, 2.2).

...sem o bispo ninguém faça nada do que diz respeito à Igreja (aos Esmirniotas, 8.1).

...é bom reconhecer a Deus e ao bispo. Quem respeita o bispo é respeitado por Deus; quem faz algo às ocultas do bispo, serve ao diabo (ibid, 9.1).

Inácio de Antioquia põe particular ênfase na Eucaristia como celebração de unidade, e é o primeiro escritor cristão a usar a expressão “*Igreja Católica*”: “...onde aparece o bispo, aí esteja a multidão, do mesmo modo onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja Católica” (ibid, 8.2). Ele é também, enfático em afirmar que o modelo de governo episcopal não é algo peculiar à Antioquia, ou de algumas Igrejas, mas que era algo já estabelecido por toda a Igreja “*até os confins da terra*” (aos Efésios, 3.2).

Irineu de Lyon – Na geração seguinte, ainda no primeiro século, destaca-se a figura de *Irineu*, Bispo de Lyon, discípulo do mártir Policarpo, que, reafirmando o legado doutrinário dos apóstolos, elaborou um notável trabalho apologético contra as heresias dos gnósticos e dos montanistas, com uma mensagem cristocêntrica (com as duas naturezas), e o caráter canônico dos quatro evangelhos. Suas obras principais foram: “*Contra os Hereges*” e “*Demonstração da Pregação Apostólica*”.

Irineu elabora a compreensão da Tradição Apostólica:

...poderíamos enumerar aqui os bispos, que foram estabelecidos nas Igrejas pelos apóstolos, os seus sucessores até nós, e eles nunca ensinaram, nem conheceram nada, que se parecesse com o que essa gente está delirando... com efeito, queriam que os seus sucessores, os quais transmitiam a missão de ensinar... (Adversus Haereses, III, 3:1).

...os bem aventurados apóstolos que fundaram e edificaram a Igreja, transmitindo o governo episcopal a Lino (...) Lino teve como sucessor Anacleto. Depois dele, em terceiro lugar, depois dos apóstolos, coube o episcopado a Clemente, que tinha visto os próprios apóstolos e estivera em relação com eles, que ainda guardava viva em seus ouvidos a pregação deles e diante dos olhos a tradição (...) A este Clemente sucedeu Evaristo, Alexandre; em seguida, sexto depois dos apóstolos foi Sisto; depois dele, Telésforo, que fechou a vida com glorioso martírio; em seguida Higino, depois Pio, depois dele Anicleto. A Anicleto sucedeu Sóter, e, presentemente, Eleutério, em décimo segundo lugar na sucessão apostólica... com esta ordem e sucessão chegou até nós, na Igreja, a tradição apostólica e a pregação da verdade. Esta é uma demonstração mais plena de que uma e idêntica fé vivificante que, fielmente, foi conservada e transmitida, na Igreja desde os apóstolos (ibid, 3.3.).

Irineu enfatiza a ligação entre a sucessão apostólica nos bispos e a sucessão da doutrina dos apóstolos, e a importância das Sés Episcopais (Igrejas-Mães, onde o Bispo tem assento, ou Cátedra = Catedrais).

Por desconhecimento, ou preconceito, há quem pense que o Episcopado foi uma construção muito posterior, medieval, e não algo estabelecido já no final do primeiro século e início do segundo século, na transição entre os Apóstolos e os Pais Apostólicos; ou que o Episcopado era uma das formas de governo encontradas naquela época, e não a única forma, como podemos ver, pois não há nenhum trabalho, de nenhum pensador, defendendo outra forma; ou que o Episcopado era algo localizado, e não algo universalmente aceito, adotado e ensinado, pela Cristandade do Ocidente e do Oriente.

Cipriano de Cartago – O terceiro grande sistematizador da eclesiologia Episcopal foi *Cipriano de Cartago*, em meados do terceiro século. *Cipriano* (Thascius Caecilius Cyprianus), convertido do paganismo com paixão pelo Senhor e por sua Palavra, em apenas dois anos após o seu batismo, era eleito Bispo de Cartago, a potência do norte da África que rivalizava com Roma, e de que seria, posteriormente, derrotada nas “*Guerras Púnicas*”. Foi ele quem convocou dois importantes Concílios de Bispos daquela região. Escreveu 81 epístolas e 11 monografias, destacando-se: “*A Unidade da Igreja Católica*” (De Catholicae Ecclesiae Unitate), onde defende a unidade, a verdade e a santidade como marcas da Igreja. Foi martirizado (degolado), em 14.09.249 ad, durante a perseguição do imperador Valeriano.

A Igreja de Cristo – a Igreja Católica – para *Cipriano*, deve ser uma, e é uma, pois procede de Cristo e de um só núcleo, confessando a ortodoxia herdada dos apóstolos, e sob a autoridade da sua liderança: os Bispos. O Episcopado seria uma providência divina para preservar a unidade da Igreja. Os apóstolos foram escolhidos por Cristo, e os Bispos estão no lugar dos apóstolos, como seus sucessores, e ocupam esse lugar por decisão de Deus:

...ao largo dos tempos, vai-se continuando a sucessão dos Bispos e a administração da Igreja, de sorte que a Igreja sempre esteve estabelecida sobre os bispos, e todo ato da Igreja era dirigido por estes propósitos (De Unitate, 23.4).

Para *Cipriano*, os Bispos presidem as suas Dioceses e se mantêm em comunhão com outros Bispos, como uma só Ordem, preservando a unidade. Sendo o Bispo símbolo da unidade e guardião da fé, se requer do clero e dos fiéis, submissão à sua autoridade. São dele as conhecidas frases: “*Não pode ter Deus como Pai quem não tem a Igreja como mãe*”, e “*Ninguém se salva fora da Igreja*”.

Ele não somente reafirma a existência de três Ordens de ministros na Igreja: os Bispos, os Presbíteros e os Diáconos, mas compreende essas Ordens como cumulativas. Identifica os Bispos como os apóstolos (apóstolos, it est episcopos), e

se preocupou com a seriedade, inclusive do processo de Sagração Episcopal, que deveria se dar.

...com toda diligência; é preciso guardar a tradição divina e as práticas apostólicas, e é preciso atentar para o que se faz entre nós, que é o que se faz em quase todas as Províncias do mundo, a saber, que para haver uma ordenação bem feita, os bispos mais próximos da mesma Província se reúnam com o povo a frente de estar o bispo ordenado (Epístola 67.5).

A referência ao termo **Igreja** é sempre em seu sentido geral: a Igreja Católica. Os conceitos de “*Igreja Particular*” ou “*Província*”, para suas expressões regionais mais amplas, e de Diocese, para suas expressões regionais mais restritas ou locais, já era de uso corrente.

Estávamos, então, no terceiro século de existência da Igreja, e a compreensão e a prática do governo episcopal estava estabelecida e consolidada em todo o mundo. Não seria mais uma preocupação, nem dos Concílios, nem da terceira geração, dos Pais da Igreja, nem das gerações posteriores. Estávamos diante de uma clara percepção da “*mente da Igreja*”, do “*consenso dos fiéis*”, percebida como uma resposta iluminada pelo Espírito Santo, como a velha fórmula “*pareceu-nos bem ao Espírito Santo e a nós*”. Esse sistema estava mencionado no mais antigo texto de instrução da Igreja: o *Didaké*, e registrado nos mais antigos dos seus historiadores, como Eusébio de Cesaréia (História Eclesiástica), e tomado por sentado pelos Pais da Igreja.

Em meados do segundo século, todos os centros de liderança do Cristianismo apareciam com os seus próprios bispos, e, desde então, até a Reforma, o Cristianismo em toda a parte estava organizado sob uma base episcopal (The Oxford Dictionary of the Christian Church).

OS ANGLICANOS

Desde a sua primeira edição inglesa, até as edições mais recentes de outras Províncias, o Livro de Oração Comum (LOC) tem uma de suas secções denominadas de Ordinal, com os Ritos Sacramentais de Ordenação às três Ordens históricas: Bispos, Presbíteros e Diáconos. Sempre temos sido, tanto nos períodos Celta e Católico Romano quanto no atual período Reformado, uma Igreja Episcopal. No início dos Ritos de Ordenação é lido um Prefácio, também denominado de “*Prefação*”, onde se encontra uma síntese da nossa visão do ministério:

As Sagradas Escrituras e os antigos escritores cristãos expressam com clareza, que, desde os tempos do Novo Testamento, têm existido diversos ministérios na Igreja. A Igreja Cristã tem sido caracterizada por apresentar três ordens distintas de ministérios ordenados: a Ordem do Episcopado, a Ordem do Presbiterado e a Ordem do Diaconato. Os Bispos continuam a obra apostólica de dirigir, supervisionar e unir a Igreja. Os Presbíteros e os Diáconos, juntos com os Bispos, participam do governo da Igreja, em seu

trabalho missionário e pastoral, e na pregação da Palavra de Deus. Aos Presbíteros cabe a função de ministrar os Santos Sacramentos e liderar as congregações locais em seu crescimento espiritual e na realização da Missão. Aos Diáconos cabem: a função litúrgica de assistir aos Bispos e Presbíteros na ministração dos Sacramentos; a função de liderar o povo nas orações e na leitura da Palavra de Deus; e a função de buscar compreender e interpretar os anseios e necessidades do povo em seu contexto, levando essas necessidades ao Bispo e à Igreja, e liderando a Igreja na resposta a essas necessidades. É responsabilidade especial dos Diáconos ministrar, em nome de Cristo, às pessoas pobres, excluídas, enfermas, às que sofrem e às abandonadas. As pessoas escolhidas e reconhecidas pela Igreja como chamadas por Deus ao Ministério Ordenado são admitidas a estas Sagradas Ordens por meio da oração solene e imposição de mãos do Bispo. Tem sido, e é intenção e propósito desta Igreja, manter e continuar essas Ordens e, para isso, os Ritos de Ordenação e Sagração são estabelecidos. A nenhuma pessoa é permitido o exercício das funções de Bispo, Presbítero e Diácono nesta Igreja a menos que tenha sido Ordenado com imposição de mãos de Bispos devidamente qualificados. É também reconhecido e afirmado que estes ministérios não são propriedades exclusivas deste ramo católico e reformado da Igreja de Cristo, mas Dom de Deus para o crescimento do Seu povo e proclamação do Seu Evangelho por todos os lugares. Conseqüentemente, o modo de Ordenar nesta Igreja há de ser, como tem sido, reconhecido por todo povo cristão como adequado para conferir as Sagradas Ordens do Episcopado, do Presbiterado e do Diaconato.

O “*Quadrilátero de Lambeth*”, depois de afirmar as Sagradas Escrituras, os Credos e os Sacramentos, conclui com seu quarto item:

O Episcopado Histórico localmente adotado nos métodos de sua administração, para as variadas necessidades das nações e dos povos chamados por Deus para a unidade da sua Igreja.

Várias Conferências de Lambeth têm-se ocupado de tratar o tema do Episcopado como pastor chefe, superintendente, administrador dos Sacramentos, mestre, defensor da fé, guardião dos Cânones e da liturgia, e missionário. O Episcopado Histórico é o termo Anglicano para indicar um Episcopado com Sucessão Apostólica ininterrupta. A Conferência de Lambeth de 1988 se expressa a respeito do bispo como:

Símbolo da unidade da Igreja em sua missão; mestre e defensor da fé; pastor dos pastores e do laicato; capacitador da pregação da Palavra e da ministração dos Sacramentos; líder na missão e iniciador da mesma no mundo em que a Igreja se encontra; médico a que as feridas da sociedade são trazidas; voz da consciência da sociedade em que a Igreja Local se situa; profeta que proclama a justiça de Deus no contexto do Evangelho da redenção; o cabeça da família como um todo, em sua miséria e alegria.

Como afirmou o Primaz de Uganda, *Arcebispo Henry Orombi*:

Na Igreja de Uganda, o Anglicanismo tem sido construído sobre três pilares: os mártires, o avivamento e o Episcopado. E cada um deles se refere à Palavra de Deus, a base sobre a qual nos edificamos.

É sabido que com a Reforma Protestante do Século XVI, e a fragmentação da Cristandade Ocidental tivemos a manutenção do Episcopado Histórico por Anglicanos e Luteranos Escandinavos e Bálticos; a criação do Episcopado Administrativo (sem Sucessão Apostólica) por Luteranos Germânicos e pelos Moravianos (posteriormente adotado na dissidência Metodista); e a criação pela Segunda Reforma (Calvinista) do governo presbiteriano, aplicando à Igreja a democracia indireta de Genebra, com a hegemonia da nova classe burguesa e o individualismo no modo de produção capitalista e, na Terceira Reforma (Anabatistas, Batistas, Congregacionais) do governo congregacionista, atribuindo idealisticamente à Igreja Primitiva as regras do Parlamento de Westminster. No primeiro, o poder está nas mãos dos Conselhos de Presbíteros Regentes (o pastor é um Presbítero Docente), e nas unidades regionais, ou Presbitérios; e, no segundo, o poder reside nas assembléias das comunidades locais independentes.

Como um ser em evolução tem três estágios distintos: embrião, feto e nascituro, assim, também, as instituições em suas origens (inclusive a Igreja Antiga). No breve período de institucionalização, deslocando-se do mundo judaico para o mundo greco-romano, com seus modelos de organização, houve um processo, denominado por um teólogo de “*cristalização*” dos papéis dos Bispos, dos Presbíteros e dos Diáconos, já claramente definido, em todo o mundo cristão, no final do século II (e, assim, permanecendo até o século XVI). O equívoco dos congregacionais foi tomar como paradigma o ainda embrião; o equívoco dos presbiterianos foi se fixar no ainda transitório feto. Os Anglicanos esperaram o nascimento do novo ser...

OS MINISTÉRIOS

Como Igreja Reformada, afirmamos e encorajamos o “*sacerdócio universal de todos os crentes*”, com o Espírito Santo derramando os seus dons sobre todos os convertidos, para a edificação conjunta do Corpo. Como Igreja Católica, afirmamos o papel especial de coordenação, ministração e manutenção da unidade e da verdade que é confiado ao ministério Ordenado, como tem sido por vinte séculos: os Bispos, os Presbíteros e os Diáconos, vocacionados, reconhecidos e selados, indelevelmente, pelo Rito Sacramental.

Dentre os fiéis, temos, ainda, além dos Ministérios Ordenados, os chamados Ministérios Instituídos, não sacramentais nem permanentes: os Ministros Locais (Ministros Leigos/Leitores), os Evangelistas, os Catequistas e os Acólitos (que servem ao altar), além das funções ministeriais específicas: louvor, juventude, visitação, serviço etc.

O laicato anglicano também é mobilizado em Sodalícios: movimentos de homens, mulheres e juventude, movimentos culturais, evangelísticos e de serviço e em atividades de Capelania (hospitalar, prisional etc.), bem como nas Juntas Paroquiais/Conselho de Missões, e outras Juntas ou Comissões Paroquiais, Diocesanas ou Provinciais, em instituições mantidas pela Igreja, como creches, escolas, ambulatórios, e em movimentos ligados a organizações ligadas às diversas correntes internas do Anglicanismo (anglo-católicos, anglo-evangélicos, anglo-carismáticos etc.) ou a entidades ecumênicas.

Um outro espaço para o desenvolvimento da espiritualidade e desenvolvimento dos dons são as Ordens Religiosas, residenciais ou dispersas, por gênero ou mistas, contemplativas e/ou missionárias. Na Conferência de Lambeth, de 1998, tínhamos cerca de 100 Ordens Religiosas na Comunhão Anglicana, todas registradas em uma Diocese-sede e sob Autoridade Episcopal.

O alvo do Anglicanismo sempre foi “*o ministério de todos os cristãos*”, com criatividade e flexibilidade, ao mesmo tempo mantendo a ordem bíblica e histórica.

CONCLUSÕES

Somos um ramo da Igreja de Jesus Cristo com dois mil anos de História, quando nos identificamos com a concepção e as expressões do ministério estabelecidas nos primórdios, mantida por um milênio e meio, e ainda amplamente majoritária no conjunto da Cristandade até os nossos dias. Sob a iluminação do Espírito Santo, e respondendo aos tempos e lugares, temos feito ajustes e aperfeiçoamentos nesse modelo, sem descaracterizá-lo. A trágica fragmentação denominacionalista sofrida pelo Cristianismo Ocidental, desde, principalmente, o século XVIII, e atingindo uma situação dilacerante em nossos dias, teve origem, maiormente, em espaços de governo congregacionalista, e, em grau mais reduzido nos espaços de governo presbiteriano.

O “*ranço*” da origem denominacional da maioria dos anglicanos brasileiros de primeira geração, deve ser assumido para ser superado por um convencimento profundo do que somos e do que cremos. Isso nos possibilitará um olhar crítico, e “*anticorpos*” diante do diverso e do exótico representado na literatura e na mídia que nos cercam. O individualismo moderno, o egocentrismo pós-moderno, com sua rejeição às instituições e às autoridades constituídas, são marcas do pecado que se expressam no “*espírito do século*”, e devem ser vencidos em nossas lutas espirituais, pela Palavra e pelos Sacramentos, para a harmonia do Corpo, a disciplina, e a construção do Anglicanismo como uma opção de maturidade para o confuso quadro da Cristandade na Terra da Santa Cruz.

Um corpo de fiéis mobilizados, sob a autoridade do seu Bispo, e dos seus representantes: os Presbíteros e os Diáconos, integrados à Diocese como Igreja-local, vivenciando as suas expressões localizadas: Paróquias, Missões, Pontos Missionários, eis o modo de vida eclesiástica, segundo a Tradição Histórica e o ensino dos órgãos oficiais da Comunhão Anglicana.

Fixação de aprendizagem:

1. Diferencie as formas de governo eclesiástico: Episcopal, Presbiteriano e Congregacional.
2. Por que o Anglicanismo manteve a forma de governo Episcopal?
3. Qual a função dos Bispos, dos Presbíteros e dos Diáconos?
4. Como compatibilizar os Ministérios Ordenados e os Ministérios Instituídos com o sacerdócio universal de todos os crentes? Como o laicato pode exercitar os seus dons?

SEXTO CAPÍTULO: A ORGANIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

Todas as instituições se estruturam em torno de normas, procedimentos e formas de organização. Elas somente subsistem se sua *forma de ser* for aceita por todos os seus integrantes, o que garante não somente a sua legalidade, mas, igualmente, a sua legitimidade. Nenhuma instituição subsiste de forma anárquica (= sem governo), e entra em crise se há uma maioria de infratores. A Igreja, divinamente criada pela perfeição de Deus, e humanamente constituída por seres imperfeitos, é um organismo vivo e uma organização social sujeita aos mesmos processos históricos e sociológicos de qualquer instituição social, necessitando de normas jurídicas e formas organizacionais. O plano de Deus de um só povo em uma só instituição não se realizou em virtude do pecado, tanto na limitada divisão dos ramos históricos, quanto na ilimitada divisão das “denominações” recentes.

O Anglicanismo, como ramo histórico do Cristianismo, possui, semelhantemente, suas normas e formas de organização, que foram sendo construídas historicamente, têm subsistido pela adesão dos seus fiéis às mesmas, e sofre crises quando são contestadas ou desobedecidas.

Ser Anglicano não é apenas compartilhar de uma História em comum, de uma Doutrina em comum, de uma Vida em Comum, de uma Liturgia em comum, mas, também, de Normas e Formas de Organização em comum, o que o torna peculiar, que forma o nosso *ethos*. Como instituição civil, as pessoas são livres para se filiar e se desfiliar, mas são obrigadas, contudo, enquanto membros forem, de se adequar ao seu sistema normativo, organizacional e à autoridade das deliberações de seus órgãos constitutivos legítimos.

COMUNHÃO

Ao contrário das Igrejas Orientais ou da Igreja de Roma, com o seu Patriarcado, ou dos conglomerados protestantes com suas Federações ou Alianças, o Anglicanismo constitui uma Comunhão, onde a História, a Doutrina, a Liturgia e os Laços de Afeição contam mais que os vínculos institucionais formais. Esse é um sistema único, relativamente novo na História, e, de certa forma, ainda em construção.

No topo simbólico desse edifício está o **Arcebispo de Cantuária**, titular da Sé Diocesana continuamente mais antiga, Primaz da Província denominada de Igreja da Inglaterra, designado pelo Chefe de Estado daquele país, em lista apresentada pelo Chefe de Governo, em processo que envolve a Igreja e o Estado. Ele é o líder espiritual da Comunhão Anglicana, símbolo de unidade, e presidente dos seus organismos internacionais. Para auxiliá-lo nesse ministério internacional, conta com o apoio técnico de uma Secretaria Geral.

O fórum mais importante da Comunhão Anglicana é a **Conferência de Lambeth**, que reúne todos os bispos ativos de todas as Províncias e Dioceses do mundo a cada dez anos, para troca de informações, estudos e deliberações. Essas deliberações não possuem força de Lei, mas de recomendações com força moral, como expressão da “*mente da Igreja*”.

Um fórum menor e mais recente, e cada vez mais importante, que se reúne durante o intervalo entre as Conferências de Lambeth é o **Encontro dos Primazes**, dos bispos presidentes das 38 Províncias da Comunhão Anglicana, e que, convocado pelo Arcebispo de Cantuária, acompanha e orienta a vida da instituição.

Uma quarta expressão desses Instrumentos de Unidade/Instrumentos de Comunhão, é o **Conselho Consultivo Anglicano (ACC)**, que promove estudos, apóia redes e programas específicos e dá pareceres sobre a formação de novas Províncias. Ele é não somente de Bispos, mas inclui outras ordens de clérigos e leigos, sugeridos pelas Províncias ao Arcebispo de Cantuária.

PROVÍNCIAS

As Dioceses Anglicanas de todo o mundo são agrupadas em 38 entidades regionais denominadas de Províncias. As Províncias (formadas por um mínimo de três Dioceses) são regidas por dois documentos legais básicos: a Constituição, registrada perante o Estado, com seus objetivos gerais e organização, e os Cânones Gerais, de direito interno, mais detalhado, que estabelece a competência e atribuições dos organismos constitutivos. Estes podem, por sua vez, ser regido por seus Estatutos.

Cada Província tem como titular um dos Bispos ativos, denominado de Arcebispo Primaz, Bispo Primaz, Bispo Presidente (EUA) ou Primus (Escócia), eleitos por um órgão legislativo principal denominado de Sínodo, Sínodo Geral ou Convenção Geral (EUA). Têm assento no Sínodo Geral todos os Bispos e uma delegação de clérigos e de leigos das diversas Dioceses, em número previsto nos Cânones Gerais. A Nova Zelândia é dirigida por um triunvirato de Primazes (um branco, um maori e um polinésio), com presidência rotativa. Dioceses como Portugal, Espanha e Bermudas não são membros de uma Província, mas vinculadas diretamente ao Arcebispo de Cantuária, e são denominadas de “*extra-provinciais*”. Cuba, também “*extra-provincial*”, é regida por um triunvirato formado pelos Primazes do Canadá, dos Estados Unidos e das Índias Ocidentais.

Os Primazes representam a Província perante o Estado e a Sociedade Civil, preside o Sínodo Geral, a Câmara dos Bispos e a Comissão Executiva (formada por Bispos, Clérigos e Leigos) eleita pelo Sínodo e que rege a administração provincial no interregno das reuniões sinodais. Eles exercem a função de supervisão geral e de pastoral das lideranças, e prolata as sentenças disciplinares recomendadas pelo Tribunal Superior Provincial, que aprecia os recursos dos Tribunais Eclesiásticos Diocesanos, ou os processos disciplinares contra os Bispos. As Câmaras dos Bispos, em seu papel de colegiado pastoral superior, também se reúnem nos interregnos entre os Sínodos Gerais. Com exceção dos EUA, onde têm direitos plenos, os Bispos Aposentados têm apenas residência canônica, assento e voz nas Câmaras dos Bispos e nos Sínodos Gerais.

A maioria dos Sínodos adota o sistema bi-cameral: uma Câmara dos Bispos e uma Câmara de Clérigos e Leigos. Alguns Sínodos são tri-camerais: uma Câmara de Bispos, uma Câmara de Clérigos e uma Câmara de Leigos. O Sínodo se reúne em assembleias conjuntas ou por Câmaras, e algumas votações são tomadas “*por ordens*”, ou seja, bispos, clérigos e leigos votam em urnas separadas, e as deliberações somente serão válidas de obtiverem maioria nas três urnas.

Os Sínodos das Províncias, além de elegerem os Primazes e os Bispos das Dioceses Missionárias, homologam ou elegem os ocupantes dos seus cargos dirigentes: Juntas, Comissões, Procuradoria, Tribunal etc., além de fazer pronunciamentos públicos oficiais e traçar as políticas regionais em áreas como: educação teológica, missões, serviço etc.

Embora o termo “*Província*”, “*Igreja Particular*” ou “*Igreja Nacional*” tenha aparecido muito cedo na História da Igreja, tanto no Ocidente quanto no Oriente, ele nunca foi encarado como uma dimensão eclesiológica, mas, apenas, geográfica e administrativa.

No caso do Anglicanismo, as Províncias são autorizadas a serem desmembradas de outras pelo Arcebispo de Cantuária, atualmente mediante Parecer do Conselho Consultivo Anglicano (ACC). Algumas Províncias são subdivididas em províncias (com “*p*” minúsculo), como sub-regiões internas (Inglaterra, Canadá, EUA, Austrália e Nigéria).

Além das verbas de doações especiais ou de convênios, as Províncias são sustentadas pelas “*cotas provinciais*” pagas por cada uma de suas Dioceses, mediante percentual dos respectivos ingressos.

DIOCESES

A unidade eclesiológica básica do Anglicanismo (e dos demais ramos históricos do Cristianismo) é a **Diocese**, denominada de Igreja-Local (conceito histórico e usado em todos os documentos

eclesiológicos oficiais da Comunhão Anglicana e das Províncias), formada por um determinado território e dirigida por um Bispo, tendo como Sé, ou Igreja-Matriz, uma **Catedral**, gozando de ampla autonomia, e regida pelos Estatutos Sociais, Cânones Diocesanos e Estatutos de suas organizações internas.

O fórum principal de uma Diocese é o seu **Concílio** (também denominado de Sínodo Diocesano ou Convenção Diocesana), onde tem assento os Bispos e os delegados de suas Paróquias e Missões, e observadores dos Pontos Missionários. O Concílio é um espaço de confraternização, intercâmbio de idéias, apreciação de propostas, recebimento oficial de relatórios e homologação e eleição de cargos. O Bispo Diocesano preside o Concílio. Há votações por todo o plenário, e votação “*por ordens*”, como ocorre nos Concílios Extraordinários para a eleição dos Bispos. A frequência aos Concílios é uma obrigação de todo clero ativo, salvo por razões de força maior, mediante a apresentação de justificativa.

O Concílio elege, dentre os membros em plena comunhão da Diocese, os integrantes do Conselho Diocesano, que assessora o Bispo no interregno das reuniões dos Concílios, é de composição paritária de clérigos e leigos, e substituição periódica. O Concílio toma ciência da designação dos cargos de assessoria direta dos bispos, homologa os cargos designados (como Arcediagos e Secretários) e elege, além dos membros do Conselho, os membros de Juntas e Comissões Diocesanas.

O Conselho elege, anualmente, um **Presidente**, dentre os seus membros clericais e um Secretário, clérigo ou leigo. O Presidente do Conselho Diocesano substitui o Bispo em suas funções administrativas, em caso de impedimento, vacância, licença ou ausência. Substitui o Presidente do Conselho o “**clérigo sênior**”, ou seja, o Presbítero de maior tempo de Ordenação integrante daquele colegiado superior.

As Dioceses poderão ser divididas em circunscrições internas denominadas de **Arcediagos**, dirigidas por um Arcediago, representante do Bispo, para a coordenação das questões sub-regionais e seus empreendimentos missionários.

Cada Diocese deverá ter uma **Igreja-Matriz** (ou Sé = Sede) denominada de **Catedral**, por ser o lugar da Cátedra do bispo, em seu simbolismo de mestre da doutrina e da fé, dirigida por um **Deão**, e tendo como órgão colegiado dos atos simbólicos um **Cabido**, que inclui, além da Junta Paroquial, os Arcediagos e os Cônegos (residentes, efetivos ou honorários), que são cargos honoríficos e de colaboração com a Catedral, como centro irradiador da vida diocesana, principalmente no campo litúrgico. As Dioceses possuem um escritório denominado de “*Centro Diocesano*”, em geral em espaço contíguo à Catedral.

O termo **Arcipreste** (que, como os Arcediagos, levam o título de “*venerável*”) é concedido pelo Bispo a Presbíteros Aposentados que tenham tido vida exemplarmente piedosa e relevantes serviços prestados.

De acordo com a legislação provincial, cada Diocese, além do seu Bispo titular, denominado de **Bispo Diocesano**, poderá ter um **Bispo Coadjutor** (que é um auxiliar com direito a sucessão) e **Bispos Sufragâneos** (auxiliares sem direito a sucessão). Algumas Províncias e Dioceses podem ter Bispos Auxiliares, que são aposentados ou resignatários, que prestam serviços técnicos, de assessoria, ou exercem funções delegadas pelo Bispo Diocesano. Os Ritos Sacramentais de Ordenação e de Confirmação, no Anglicanismo, são privativos dos Bispos. Os **Diáconos** são Ordenados pela imposição de mãos apenas dos Bispos, e os **Presbíteros** são Ordenados pela imposição de mãos dos Bispos e dos Presbíteros.

O tratamento *Reverendíssimo*, que é uma única palavra em português, representa palavras diversas na língua inglesa para cargos diversos (Most Reverend = Arcebispos/Primazes; Right Reverend = Bispo; Very Reverend = Deões). Aos Presbíteros e Diáconos deve-se o tratamento de *Reverendos*. O Presbítero deverá por uma cruz (+) após a sua assinatura; os Bispos uma cruz antes de sua assinatura (+) e os Arcebispos/Primazes, duas cruzes (++) , como símbolos que facilitam a identificação e o seu lugar na hierarquia.

O **Clero Diocesano** é integrado pelos Presbíteros Regulares, pelos Presbíteros do Ministério Ordenado Auxiliar (MOA), pelos Diáconos Transitórios (a caminho do Presbiterado) e pelos Diáconos Permanentes, como vocação particular. Aos Presbíteros Regulares (dentre os quais são eleitos os Bispos) se exige, como mínimo, o Bacharelado em Teologia ou programa especial equivalente.

Os Arcediagos, as Secretarias, o Conselho Diocesano, as Juntas e Comissões Diocesanas, os Sodalícios e as Ordens Religiosas são os instrumentos institucionais para promover a integração diocesana.

As Dioceses, afora doações e verbas especiais, são mantidas pelas “*cotas diocesanas*”, ou seja, 10% (dez por cento) da arrecadação de cada Paróquia ou Missão.

No Anglicanismo (como em outras Igrejas Históricas) ninguém é membro de uma Paróquia ou Missão, e, sim, membro da Diocese, mas arrolado em uma Paróquia ou Missão. A transferência se dá de Diocese para Diocese, e o arrolamento de Paróquia para Paróquia, mediante pedido à primeira ou comunicação à segunda (que notificará a primeira).

Em todo o mundo os principais eventos e movimentos são promovidos, prioritariamente, ao nível diocesano ou arcediagal, e somente de forma secundária ao nível paroquial. Há autores e correntes minoritárias e periféricas no Anglicanismo (por influência do Puritanismo do século XVI, e de contextos congregacionalistas posteriores) que advogam a primazia do paroquialismo, mas o fazem sem o amparo do entendimento eclesiológico histórico e dos documentos oficiais.

COMUNIDADES

A Diocese como Igreja-Local é representada, nas diversas cidades e/ou bairros, por suas Paróquias, Missões e Pontos Missionários. Um **Ponto Missionário** é qualquer grupo de anglicanos que se reúne regularmente, em local e horário definido, para o Culto ao Senhor, tendo, para tanto, recebido autorização do Bispo ou do Arcediago. Os Pontos Missionários podem estar vinculados a Paróquias ou, diretamente, à Diocese. No caso – majoritário – de vinculação paroquial, seus membros são arrolados naquela Paróquia, estando sob a orientação direta do seu Pároco, e para onde devem enviar os seus dízimos e ofertas. Os Pontos Missionários podem enviar observadores ao Concílio Diocesano. Os Ministros Locais, Evangelistas, Candidatos, Postulantes, ou outros leigos autorizados podem ser encarregados pela condução de um Ponto Missionário.

Uma **Missão** é um antigo Ponto Missionário que atingiu estabilidade, organização, tem um mínimo de membros Confirmados e em comunhão (vinte em nossa Diocese), Estatutos e um Conselho de Missão (em geral, de três membros) eleito por seus membros, com os cargos clássicos de: *Guardião, Secretário e Tesoureiro*. Uma Missão que se torna um ente diocesano pleno, poderá fazer parcerias com outros entes, mas não pode ser considerada uma congregação de uma Paróquia. O seu dirigente tem o título de **Ministro Encarregado**, podendo ser exercido por um Diácono, devidamente designado pelo Bispo e sob a supervisão do respectivo Arcediago. Uma Missão poderá ter um **Ministro Auxiliar ao Ministro Encarregado**. As Missões têm o direito de enviar um delegado ao Concílio Diocesano.

Uma **Paróquia Subvencionada** é uma comunidade que atingiu um número maior de membros Confirmados e em comunhão (quarenta em nossa Diocese), conta com maiores recursos humanos e financeiros e uma Junta Paroquial (em geral, de seis membros) embora a maioria ainda funcione em espaços alugados. O seu dirigente tem o título de **Pároco**, e será designado pelo Bispo dentre os Presbíteros. Os auxiliares de uma Paróquia são denominados de Coadjuutores. Uma Paróquia Subvencionada tem direito a dois delegados ao Concílio Diocesano.

Uma **Paróquia Emancipada** é uma comunidade que, além de possuir prédio próprio e auto-sustento, atingiu a marca de mais de sessenta Membros Confirmados e em Comunhão, e uma Junta Paroquial (em geral de nove membros). O seu dirigente tem o título de **Reitor**. O Reitor e/ou o Coadjuutor de uma Paróquia Emancipada será eleito, por votação secreta, pela Junta Paroquial, em eleição autorizada pelo Bispo, que, também homologará a lista de candidatos e a eleição, designando e empossando os eleitos, pelo mandato e condições estabelecidas pela Junta

Paroquial quando da convocação da eleição. Uma Paróquia Emancipada tem direito a três delegados ao Concílio Diocesano.

As **Juntas Paroquiais** e os **Conselhos de Missão** são eleitos pela assembléia das Paróquias e Missões, pelos Membros Comungantes maiores de dezesseis anos, e dentre os membros em plena comunhão (comungantes, contribuintes financeiros e maiores de dezoito anos) e têm um terço dos seus componentes renovado anualmente, tendo autoridade em assuntos administrativos, patrimoniais e financeiros, auxiliando os Ministros Ordenados na Missão, conforme forem demandadas pelos mesmos.

Uma ampla parcela das Dioceses, em diversas Províncias, ainda mantém o dispositivo canônico da territorialidade paroquial, ou seja, só se pode arrolar na comunidade em cujo território está a residência do fiel. Reconhecendo o fenômeno da conurbanização, das afinidades e vínculos afetivos, a Diocese do Recife, em seu Concílio de 1999, eliminou esse dispositivo. É, porém, recomendável que se viva a fé e se dê o testemunho cristão na comunidade onde se reside e onde, em princípio, também se deve congregiar, evitando-se os riscos da perda do caráter pluriracial e pluriclassista que deve marcar o Cristianismo.

O Bispo é o **Pastor** de toda a Diocese, e os Reitores, Deões, Párcos, Ministros Encarregados, Coadjuutores, Ministros Auxiliares e demais integrantes de Equipes Pastorais locais serão seus representantes locais (Vigários = *Vicarius* = representante, o que está no lugar de), não "*pastores de Igrejas locais*" (como nas eclesiologias congregacional ou presbiteriana). Todos os Reverendos e Reverendas – Presbíteros e Diáconos – que integram a Diocese e a Equipe Pastoral Diocesana, sob a autoridade e liderança do Bispo, e, com as especificidades locais, devem adequar a vida das comunidades sob a sua responsabilidade delegada, aos Cânones, Resoluções do Concílio e do Conselho, e às Diretrizes do Bispo Diocesano.

Além das visitas rotineiras do Bispo Diocesano, as Paróquias e Missões deverão, pelo menos uma vez a cada dois anos, preparar uma Visitação do mesmo, ocasião em que lhes serão mostrados os livros de registros e apresentado relatórios por todos os segmentos da comunidade, para que o mesmo tenha uma visão mais profunda e de conjunto, e possa melhor exercer a sua supervisão e ensino para o conjunto da Diocese e para cada comunidade em particular.

CONCLUSÕES

Quando os ministros anglicanos são Ordenados, como Bispos, Presbíteros e Diáconos, ou quando sua liderança leiga é empossada nas Juntas Paroquiais ou Conselhos de Missão, eles se comprometem com a doutrina, o culto e a disciplina desse ramo do Cristianismo. A **Doutrina** é o nosso conjunto de crenças, o **Culto** a nossa expressão litúrgica, e a **Disciplina** com as nossas normas e procedimentos organizacionais vigentes.

Como os cidadãos, em relação ao Estado, se aplicam também aos fiéis o princípio de que "*a ninguém é lícito desconhecer a Lei*", o desconhecimento não pode servir de escusa para o descumprimento. Nenhuma instituição pode subsistir se cada um dos seus integrantes avocar o direito de escolher que normas vai ou não seguir. Um cristão maduro é sempre alguém presente nos processos decisórios: assembléias paroquiais, concílios diocesanos, sínodos provinciais etc., como demonstração de maturidade, que se expressa em compromisso e participação.

As normas e procedimentos anglicanos são um rico somatório de práticas costumeiras (consuetudinárias), que foram sendo construídas, ao longo dos séculos, pela catolicidade da Igreja, desde os séculos primeiros, passando pela Reforma Protestante, e chegando aos nossos dias, em uma convergência entre o antigo e o novo, o universal e o local.

Usamos as expressões "*poder partilhado*" ou "*autoridade dispersa*" para o nosso sistema de governo anglicano, com quatro esferas verticais: **Comunhão Anglicana**, **Província**, **Diocese** e **Paróquia/Missão**, e, cada uma delas, com várias esferas horizontais, envolvendo o Episcopado, o Clero presbiteral e diaconal, e o laicato. Há uma hierarquia sacerdotal em cooperação com a conciliaridade e a sinodalidade, como assembléias de todos os fiéis. Tem sido chamado de "*episcopalismo participativo*", em contraste com o episcopalismo monárquico e com basismo

populista. “*Episcopalmente dirigidos; conciliarmente governados*” é uma outra expressão descritiva do nosso modo de administrar os negócios do Reino.

Para esse conjunto de normas e procedimentos, escritos ou costumeiros, se usa a expressão inglesa de “*church order*”, a ordem na/da Igreja, como ela se ordena, se estrutura, estuda, debate, planeja, decide, implementa. Isso implica em continuidade e mudança, em rejeição ao imobilismo tradicionalista e ao radicalismo mudancista, pois cremos que o Espírito Santo tem sido invocado por nossos dirigentes por dois mil anos, e não esteve surdo ou ausente, mas em escuta e presente. É verdade que nem sempre tivemos o discernimento para escutá-lo ou, em o escutando, para obedecê-lo.

Por um lado, cremos que as normas e os procedimentos estabelecidos, bem como as autoridades deles decorrentes, se constituem em meios, em canais, para a boa implementação da Missão da Igreja, e nunca fins em si mesmos. Por outro lado, devemos rejeitar como anti-históricos, anti-providência e irresponsável todo neo-platonismo pretensamente espiritualizante, que negue o valor do institucional, que esteve no coração de Deus quando concedeu à humanidade um mandato cultural, ou quando concedeu aos apóstolos a tarefa de organizar a Igreja.

Fixação de aprendizagem:

1. Quais as funções dos Instrumentos de Unidade / Instrumentos de Comunhão na Comunhão Anglicana?
2. Como se dá o funcionamento de uma Província? E qual a diferença entre uma Província e uma província?
3. Por que se diz que, no Anglicanismo, a Igreja-Local é a Diocese?
4. Diferencie: Ponto Missionário, Missão, Paróquia Subvencionada, Paróquia Autônoma.

SÉTIMO CAPÍTULO: A ESTÉTICA

INTRODUÇÃO

Sendo Deus o único ser incriado e perfeito, Ele é portador – em perfeição – de todos os atributos. Dentre estes, podemos afirmar que Deus é, também, o Sumo Belo. Em decorrência, toda a Criação é Bela. Qualquer limitação, distorção ou ausência de beleza, é uma decorrência da Queda, que trouxe a entropia física, espiritual e moral à natureza. A Beleza marcou o Jardim do Éden e marcará a Nova Jerusalém. Embora pecadores, resta a nós seres humanos a capacidade de valorizar a beleza, no que podemos denominar de sensibilidade estética, e a capacidade de criar a beleza, que poderíamos denominar de capacidade artística, malgrado as diferenças culturais.

Estética é percepção, é sensação. Os gregos a sistematizaram como um ramo da Filosofia, sempre vinculada não só à Lógica, mas à Ética, quando a obra ideal e a visão ideal da obra devem compatibilizar o belo com o bom, a estética com os valores. Tendo Deus atribuído à humanidade um mandato cultural, que inclui a intervenção na natureza e na criação, a Estética tanto é uma percepção do belo criado diretamente pelo Criador, como do belo criado pelas criaturas. Os pensadores gregos, por meio da Estética, pensavam os objetos belos criados pela cultura, como harmonia, simetria, definição. No século XVIII, o autor alemão Alexander G. Baumgarten, com sua obra *Aesthetica*, procurou destacar a Estética como disciplina autônoma do conjunto da Filosofia, tendo como objeto “o estudo das obras de arte e o conhecimento dos aspectos da realidade sensorial classificáveis em termos de belo e feio”.

A produção estética é a arte, seja plástica, dramática ou musical. E elas tanto podem ter uma temática “*natural*” (impropriamente tida como “*secular*”) quanto religiosa. Os registros históricos mais antigos atestam manifestações artísticas de temas religiosos, nas mais diversas épocas e culturas: a arte na adoração e nos ritos sagrados de passagem. E aqui se faz uma diferenciação entre a “*Arte Religiosa*”: toda aquela que trata de temas religiosos; e a “*Arte Sacra*”: aquela destinada especificamente ao culto. Daí o paradoxo que um artista não religioso (em virtude da Graça Comum) é capaz de criar um objeto inspirativo para decorar um templo, enquanto um artista religioso pode tanto criar uma obra apenas “*religiosa*” e não “*sacra*”, ou, ainda, uma obra “*natural*” (ou secular).

A arte sacra, além do prazer estético, conduz o pensamento e as emoções em direção ao sagrado, ao místico, ao transcendente, ao mistério divino, tanto em seus temas como em suas expressões. Ela não somente é um canal na direção criatura-divindade, mas, ao transmitir verdades e valores (Estética + Ética) na direção divindade-criatura. A arte sacra se destina a um fim litúrgico, se vincula à Liturgia, colaborando para a adoração dos fiéis, para uma atitude de contrição, de respeito, de adoração, no contexto do culto divino.

A arte sacra inclui a arquitetura dos templos e os objetos de sua decoração, os utensílios do culto, as vestes dos ministros, a música ou a dança, as cerimônias, os símbolos e os ritos, ou seja, a Liturgia, o trabalho religioso do povo, que os gregos redefiniram como ofício religioso.

Embora o homem natural seja dotado de inatas sensibilidades e capacidades artísticas, tanto essa sensibilidade, quanto essa capacidade, podem ser aprimoradas com a educação, reduzindo o que vulgarmente é denominado de “*grossura*”, ou de expressões mais simples, e menos refinada (o “*brega*”), concorrendo para a polidez e a gentileza dos seres humanos, sua civilidade, sua humanização, sua espiritualidade.

Estética, arte religiosa, arte sacra, liturgia, são encontradas em todas as épocas e culturas, e em todas as manifestações, correntes e instituições religiosas, de modo assumido ou não, cultivado ou não, valorizado ou não. O seu cultivo adequado concorre para a edificação e amadurecimento dos fiéis, além de comunicarem socialmente um conteúdo, uma mensagem e uma identidade (p.ex.: símbolos, logomarcas).

Uma das características do Anglicanismo, como ramo histórico, católico e reformado da Igreja de Jesus Cristo, é a sua valorização da Estética.

ISRAEL

Sabemos que os céus e o firmamento proclamam, explicitam à humanidade a glória e o poder de Deus. Cedo, Ele aceitou o primeiro rito no sacrifício de Abel, e na rejeição do sacrifício de Caim, evidenciando que nem todas as formas de culto são aceitáveis. Ele usa da beleza do arco-íris, em sua policromia, para selar o pacto com Noé. Na Era patriarcal, vemos Abraão, em sua peregrinação de Ur a Canaã ir erguendo altares (Livro de Gênesis).

O Livro de Êxodo nos descreve o processo de libertação do exílio no Egito, e nele a primeira Páscoa é um rito com todos os seus elementos requeridos. A escultura da serpente como símbolo de vitória sobre as falsas serpentes dos sacerdotes egípcios é destruído, porque o povo no lugar de ver no símbolo algo que lhe lembrasse o Deus libertador, estava começando a adorar o próprio símbolo, no mecanismo que denominamos de idolatria. Esta também vem com qualquer objeto, ser ou sistema que tome o lugar de Deus como centro da vida dos seres humanos. A idolatria é uma manifestação de pecado, uma relação incorreta com os objetos da arte sacra, ou a criação de objetos artísticos incorretos em si mesmo, como no episódio da confecção do bezerro de ouro.

A idolatria (expressa ou sutil) é sempre um risco na Arte Sacra, mas nunca foi razão suficiente para Deus condenar esta *per se*, ou em sua totalidade, antes Ele sempre continuou a promovê-la. Porque a destruição da serpente, ou do bezerro de ouro, não impediu a construção da Arca que levaria as tábuas da Lei na peregrinação do povo, o propiciatório (inclusive com o detalhe da escultura dos anjos), a mesa, o candelabro, as cortinas do tabernáculo, a cobertura de pele e de tábuas, os véus, o reposteiro, as colunas, o altar do holocausto, o átrio do tabernáculo, o azeite para o candelabro, a instituição do sacerdócio dentre os filhos de Arão, as vestes sacerdotais: o peitoral, a estola sacerdotal, a sobrepeliz, a túnica bordada, a mitra e o cinto. E, ainda, as cerimônias de consagração e de sacrifícios, as ofertas contínuas, o altar do incenso, a bacia de bronze, o óleo da santa unção, o incenso sagrado (Ex caps. 26 a 30).

Todos esses detalhes arquitetônicos, de decoração e ritual, foram expressamente comunicados por Deus mesmo a Moisés. A beleza do Tabernáculo deveria trazer consciência da presença do Criador e a lembrança da glória do céu. Os artistas que os confeccionariam não deveriam ser simples "*profissionais competentes*", mas pessoas especiais, chamadas e unidas para essa obra:

Disse mais o Senhor a Moisés: Eis que chamei pelo nome a Bezalel, filho de Uri, filho de Hur, da tribo de Judá, e o enchi do Espírito de Deus, de habilidade, de inteligência e de conhecimento, em todo artifício, para elaborar desenhos e trabalhar em ouro, em prata, em bronze, para lapidação de pedras de engaste, para entalho de madeira, para toda sorte de labores. Eis que lhe dei por companheiro Aoliabe, filho de Alsamaque, filho de Dã; e dei habilidade a todos os homens hábeis para que me façam tudo o que tenho ordenado: a tenda da congregação, a arca do Testemunho, e o propiciatório que está de cima dela, e todos os pertences da tenda; e a mesa com seus utensílios, e o candelabro de ouro puro com todos os seus utensílios, e o altar de incenso, e o altar do holocausto com todos os seus utensílios, e a bacia com seu suporte, e as vestes finamente tecidas, e as vestes sagradas do sacerdote Arão, e as vestes dos seus filhos, para oficiarem como sacerdotes, e o óleo da unção e o incenso aromático para o santuário; eles farão tudo que tenho ordenado (Ex 31:1-11).

Com o estabelecimento do reino, é Davi quem leva a arca em festiva procissão para Jerusalém, a capital, e seu filho Salomão (século X a.C.) quem edifica o primeiro Templo, com uma planta específica, a decoração das paredes e das portas, as colunas, e os utensílios, trazendo, por fim, a Arca para o Templo. Deus aprova aquela obra de arte e a relaciona com a vida espiritual e a obediência, como requisitos para a sua presença:

Então veio a palavra do Senhor a Salomão, dizendo: Quanto a esta casa que tu edificas, se andares nos meus estatutos, e executares os meus juízos, e guardares todos os meus mandamentos, andando neles, cumprirei para contigo a minha palavra, a qual falei a

Davi, teu pai. E habitarei no meio dos filhos de Israel e não desamparei o meu povo (I Rs 6:11-13).

Houve, durante toda a história dos hebreus, uma íntima relação entre a observância da Lei, o cuidado com o culto, a vida espiritual e moral, a independência nacional e a valorização do Templo, com a sucessão de reis desobedientes e de reis piedosos. Podemos destacar, como exemplo, o contraste entre os reinados de Acáz e de Ezequias. Em virtude de um acordo político com o rei da Síria, Acáz ofereceu sacrifício a seus deuses, e profanou o Templo: *“Ajuntou Acáz os utensílios da Casa do Senhor, fê-los em pedaços e fechou as portas da Casa do Senhor; e fez para si altares em todos os cantos de Jerusalém. Também, em cada cidade de Judá, fez altos para queimar incensos a outros deuses; assim, provocou a ira o Senhor Deus dos seus pais”* (II Cr 28:24-25). Em contraste, Ezequias: *“No primeiro ano do seu reinado, no primeiro mês, abriu as portas da Casa do Senhor e as reparou, denunciando os que voltaram as costas à Casa do Senhor, a profanaram”... “...pelo que veio grande ira do Senhor sobre Judá...”* (II Cr 29: 3-11).

O Templo foi destruído pelos babilônios, em 586, a.C. Sob as profecias de Ezequiel, Ageu e Zacarias, foi reconstruído em 520 a.C. Ele foi profanado por Antioco Epifanes, em 167 a.C., e rededicado dois anos depois por Judas Macabeus. A última versão do Templo foi erigida por Herodes, o Grande (o da época de Jesus), sendo destruído pelos romanos no ano 70 a.D., e nunca reconstruído, encerrando a dispensação da Lei. Jesus foi apresentado no Templo, ali teve, no início da adolescência, o seu colóquio com os doutores, o frequentou e o purificou.

Os Ritos e as Cerimônias judaicas, além do Templo, eram praticados nos lares (Culto do Shabath, Páscoa, Casamentos) e nas sinagogas de cada cidade ou povoados (maioridade, circuncisão, Louvor, Liturgia da Palavra). As sinagogas haviam surgido durante o exílio babilônico (século VI a.C.). Com a diáspora do primeiro século a.D., o Calendário e a Liturgia judaica estavam tão arraigados como parte da cultura e da identidade do povo, que têm subsistido, por vinte séculos, nos lares e nas sinagogas, até o presente.

Se, de um lado, em nossos dias, é compreensível que os chamados *“judeus messiânicos”* (judeus convertidos a Cristo) procurem compatibilizar a sua fé com as suas tradições, por outro lado, a adoção de práticas judaizantes por outros grupos cristãos é apenas um atestado da necessidade de se preencher um vácuo deixado pelo desconhecimento ou desvalorização do nosso calendário e dos nossos símbolos, dos ritos e cerimônias históricas da Igreja.

Antes do que a forma, os Anglicanos – que valorizam a Palavra de Deus também do Antigo Testamento, e o lugar da tradição na espiritualidade cristã – procuram levar em conta a verdade central: de que o nosso Deus se comunica com o seu povo na História valorizando a Estética e a santidade de lugares, utensílios, vestes e liturgia.

IGREJA

Em seus primórdios, a Igreja, formada por judeus e prosélitos, manteve vínculos com o Templo (até a sua destruição e a diáspora) e com as sinagogas, tanto na Palestina, quanto nas localidades com colônias judaicas no Império Romano. Os convertidos gentios, por sua vez, abandonam os templos pagãos, e não foram encorajados a se vincular às sinagogas. O próximo passo foi procurar lugares estáveis para suas reuniões e cultos, tantas vezes sob a perseguição imperial. As reuniões nos lares, às margens dos rios, ou nas catacumbas, não foi uma opção (muito menos opção definitiva), mas uma resposta contingencial e emergencial, e não podem ser tomadas por norma ou paradigma.

O peixe, o alfa e o ômega, e outros símbolos passaram a ser usados, e a grande revolução cultural foi a transformação da Cruz, de símbolo de execução criminal (como a forca) em sua maior identificação, e de toda uma civilização que seria erigida com a mesma no topo dos templos, que passaram a ser construídos, no Oriente e no Ocidente, nos tempos de liberdade. Nos diversos ramos da Cristandade e nos diversos locais e culturas, foram surgindo estilos arquitetônicos e escolas de arte sacra na decoração, e nos utensílios dos mesmos: vitrais, azulejos, ícones, altares, púlpitos, batistérios etc. As Catedrais, em sua grandeza e beleza, foram monumentos à fé, ou como já se afirmou *“Orações em forma de pedra e cal”*. Por sua vez,

fórmulas, como os ritos do Batismo e da Eucaristia foram elaborados muito cedo, sendo o primeiro atribuído a Tiago, o irmão do Senhor, e, até hoje, base da liturgia siriana.

Se fizermos uma “viagem” no tempo e no espaço, dos sirianos de Kerala, na Índia, aos nestorianos, na Pérsia (Ásia) aos caldeus, no Iraque, aos coptas, no Egito e na Etiópia (África), à mui antiga Igreja Armênia, ao amplo espaço bizantino, ou às diversas regiões européias sob a Igreja de Roma, o que vamos constatar é uma variedade de estilos arquitetônicos, musicais, litúrgicos, de decoração ou de vestes, mas nunca a sua ausência.

A História da Igreja Cristã, por dois mil anos, é, simultaneamente, a História da Arte Sacra Cristã, a História da Liturgia Cristã, enfim, a História da Estética Cristã, pois os cristãos celebram a beleza do Deus da Criação e da Criação de Deus e, no exercício do seu mandato cultural, procuram expressar esse sentimento e essa sensibilidade ao belo, exceto episódios localizados de fanatismo iconoclasta.

Essa unanimidade de atitude se rompe quando da Reforma Protestante do Século XVI. Na Primeira Reforma, os Luteranos combateram vigorosamente os desvios das indulgências, da superstição e da idolatria; foram igualmente firmes em manter o legado estético da Cristandade, e acrescentar seus próprios estilos, na Alemanha, Escandinávia e no Báltico. Uma ruptura e uma desvalorização da Arte já é, porém, evidente com a Segunda Reforma, o Calvinismo, e ela se aprofunda com a Terceira Reforma, Anabatista, com a leitura do passado como uma “*apostasia geral da Igreja*”, uma identificação da Arte como sendo sempre idolatria, e uma rejeição aos artistas como “*preguiçosos*” ou “*perigosos*”, e a predominância do princípio extremista do templo e do culto como: “*Quatro Paredes Caiadas e Um Sermão*”.

Para Lutero, como os protestantes estavam reformando a mesma e única Igreja de Cristo, assistida pelo Espírito Santo em séculos de cultura, deveriam preservar todo esse rico legado, menos seus aspectos ou expressões que se chocassem com as Sagradas Escrituras. Conforme, ensinava Melancton, há aspectos da cultura que não são nem revelação, nem pecado, mas adiáforas, ou seja, indiferentes ante o juízo de Deus. Enquanto isso, as expressões radicais da Reforma não trabalharam com o conceito de adiáfora e raciocinaram de forma inversa a Lutero: tudo aquilo que não estivesse prescrito pelas Sagradas Escrituras deveria ser eliminado. Os resultados foram trágicos para a Cultura, para a Arte e para a saúde espiritual da Igreja, além de ser a primeira porta aberta para o Secularismo que seguiria o Iluminismo.

O Anglicanismo, com sua herança celta e romana, e seu forte intercâmbio com os pensadores luteranos, apesar das marchas e contramarchas ocorridas entre Henrique VIII e a Revolução Gloriosa, sábia e sensatamente, optou por preservar e promover a estética do sagrado, sendo hoje uma das suas marcas mais evidentes, a despeito dos pequenos bolsões de herdeiros do Puritanismo, que permaneceram, tencionando, na periferia da instituição.

ANGLICANISMO

Quem visita as quarenta e quatro Catedrais inglesas, suas Abadias e as Capelas de suas Universidades, se depara com construções de rara beleza, onde, desde o estilo do edifício a cada detalhe da decoração, dos móveis e dos utensílios (o altar, o púlpito, o atril, o presbitério, a cátedra, as cores das estações, os instrumentos musicais, o espaço para os cantores etc.) formam uma harmonia, porque foram pensados como expressão do culto. O mesmo se pode dizer de templos de vários estilos, refletindo diversas épocas, estilos e culturas, da Catedral Nacional de Washington às Capelas no interior da África, da Ásia ou da Oceania. Essa harmonia estética, histórica e inculturada, revelam a piedade anglicana e sua seriedade e, especialmente, reverência diante de Deus. Os santuários são lugares separados (santos) para o serviço a Deus, desvinculados do uso comum, e devem criar uma atmosfera propícia ao recolhimento espiritual e à comunicação com o Senhor.

Não se pode negar, também, a beleza do processional e do recessional dos cultos, precedidos pelo cruciferários, seguindo-se o coro, os acólitos e outros ministérios instituídos (catequistas, evangelistas, ministros leigos/locais), membros de Ordens Religiosas, Diáconos, Presbítero e Bispos, com suas vestes (cassoques, sobrepeliz, alva, faixas, estolas, típete, capa etc.) respectivas e diferenciadoras, em um raro momento de polifonia e de policromia.

Salta aos olhos a estética dos paramentos do altar, com a Toalha Encerada, o Frontal, o Véu de Seda do Cálice, a Toalha de Linho Branco, a Bolsa, o Cálice, a Patena, as Galhetas, a Caixa de Obréias e o Lavabo, seus linhos, como o Corporal, a Pala, o Véu da Pós-Comunhão, o Purificador, o Manustérgio, a Toalha Batismal, bem como os seus ornamentos, como a Cruz, os Castiçais e a Salva, o Antepêndio do Púlpito, o Antepêndio do Atril, os Marcadores dos Livros, os Estandartes etc., (com maior ou menor ênfase entre as alas da “*Igreja alta*” e da “*Igreja baixa*”), variando com as cores litúrgicas das estações (Advento, Natal, Epifania, Quaresma, Pentecostes) e datas ou ocasiões especiais: o **Roxo**: penitência, recolhimento; o **Verde**: esperança, regeneração, imortalidade; o **Vermelho**: Espírito Santo, martírio, amor de Deus, e o **Branco**: pureza, perfeição.

Quanto à Liturgia, devemos diferenciar os Símbolos (objetos), as Cerimônias (gestos) e os Ritos (palavras). Na lícita diversidade anglicana (inclusividade limitada), tem sempre havido lugar para diferenciação e criatividade quanto aos Símbolos e Cerimônias, preservando-se, contudo, o Rito. Este não é estático, e o Culto não tem que se limitar unicamente ao que prescreve o Livro de Oração Comum (LOC), mas, por outro lado, não se deve omitir do texto, que não foi escrito pelo Arcebispo Cranmer, mas compilado e sistematizado por ele, de uma rica tradição de séculos. O correto é manter todo o texto e intercalá-lo com orações e falas improvisadas, músicas instrumentais e/ou vocais, danças etc., harmonizando-se, assim, a história e a universalidade, com a localidade e a atualidade. O importante é que cada fiel possa seguir um Culto Anglicano onde estiver, em qualquer parte do mundo, e que os Ministros, em idênticas circunstâncias, estejam em condição para celebrá-lo.

Quanto aos Ritos: Batismo, Confirmação, Orações Matutinas, Vespertinas, Completas, Eucaristia (Ceia do Senhor), Matrimônio, e outros, a História da Igreja Cristã registra uma longa e diversa elaboração, desde o primeiro e o segundo século (*Carta de Clemente Romano aos Coríntios*, 96 d.C.; *Carta de Plínio ao Imperador Trajano*, 112, d.C.; *Didaquê*, 110-140 d.C.; *Relato de Justino, o Mártir*, 150 d.C.), e, no terceiro século, partes da Liturgia, como o “*Corações ao Alto*” (*Sursum Corda*), a Instituição, a Anamnese, a Epiclese, estão registradas em obras como *A Tradição Apostólica* de Hipólito e as *Catequeses Mistagógicas* de Cirilo.

Vai-se dando somatórios, sínteses, criatividade, das diversas fontes, tanto orientais: São Tiago, São João Crisóstomo; quanto ocidentais: Romana, Ambrosiana, Hispânica, Celta e Galicana; e, no caso inglês, mais tarde, o Rito de Sarum (da Catedral de Salisbury, no século XI). Na época que antecede a Reforma Inglesa, vários Ritos eram usados nas ilhas britânicas e na língua latina. Cranmer os unifica, os simplifica e os reforma, particularmente sob a influência dos liturgistas luteranos. A semelhança litúrgica entre o Luteranismo e o Anglicanismo permanece até hoje.

Esses Ritos, comunitários, com sua seqüência, sua “*lógica*”, preservam a tradição e se centram na Bíblia, levando os fiéis à adoração, ao louvor, à contrição, ao arrependimento, à edificação para a vida, pela leitura e exposição da Palavra e pela ministração dos Sacramentos e Ritos Sacramentais, acordes com a Palavra, superando o mágico medieval sem cair no mero discursivo centrado na figura do pastor, típicos das manifestações extremadas posteriores do Protestantismo.

Sabemos que não há Igreja sem Liturgia, e que o Anglicanismo se caracteriza pelo caráter bíblico, histórico, sistemático e estético da sua Liturgia.

OBSTÁCULOS

Todas as outras manifestações religiosas diversas da Igreja de Roma no Brasil foram duramente perseguidas no período Colonial, inclusive com a Inquisição. Com a vinda da Família Real e o Reino Unido (1808), e posteriormente, com a Constituição Imperial (1824), mantida as discriminações legais, foi promovida uma política de “*tolerância*” (não de liberdade religiosa), com os outros cultos a terem lugar em espaços privados, ou que não tivessem sinais exteriores de templo, mesmo aqueles permitidos aos súditos de Sua Majestade Britânica (Anglicanos), em língua inglesa e aos imigrantes luteranos, em alemão. Essas restrições permaneceram até a Proclamação da República e a Constituição de 1891.

Missionários protestantes que aqui chegaram tinham receio de afrontar a Lei, “*perturbar a ordem pública*”, podendo ser expulsos do País, fazendo o seu trabalho evangelístico de forma discreta, inclusive construindo os templos sem cara de templo.

Grande parte das novas comunidades protestantes era formada por gente simples, carente de maiores recursos, realizando os seus cultos nos lares, em salões alugados ou em construções rústicas.

Missionários estrangeiros e pastores nacionais integravam, em sua maioria, instituições herdeiras da Segunda e da Terceira Reforma e – salvo exceções – eram defensores de um radicalismo litúrgico anti-tradição e anti-símbolos.

A identidade protestante no Brasil (e na maior parte da América Latina) foi construída não pela afirmação dos seus próprios princípios, mas pela negação de qualquer marca associada à Igreja de Roma, desvalorizadas todas, preliminarmente.

O resultado dessa polarização e imaturidade foi a ausência de uma arquitetura protestante, ou de expressões de arte plástica na decoração e utensílios dos templos, nas vestes dos Ministros, ou na elaboração da Liturgia. Houve uma ruptura absoluta com a História da Arte Cristã, um bloqueio à criatividade, um empobrecimento estético evidente, quando se confundiu o legado “*católico*” (patrimônio comum) com o apenas “*romano*”.

Com a República, tanto as Capelarias Consulares no Brasil construíram os seus templos, como réplicas inglesas, como as colônias anglicanas de imigrantes japoneses e a Missão Episcopal de origem norte-americana (bispos Kinsolving e Thomas) foram responsáveis pelos primeiros templos protestantes com cara (e interior) de templos no Brasil (bem como as colônias rurais luteranas alemães e suíças), principalmente nas regiões sul e sudeste.

Foi na região Nordeste, porém, onde a polarização (e a perseguição) entre católicos romanos e protestantes encontrou suas expressões mais extremadas, com danos à estética religiosa evangélica que persistem até o presente, e que, lamentavelmente, tem afetado a consolidação do anglicanismo na região.

CONCLUSÕES

A cura emocional e espiritual do Protestantismo brasileiro passa pela re-inclusão da estética no sagrado, com a apropriação do legado artístico histórico e a liberdade para a criação autóctone, liberto do medo de se parecer “*católico*” (ou, mais exatamente, “*romano*”). O uso de símbolos (como a cruz de pescoço ou lapela, ou o colarinho eclesiástico) são elementos facilitadores à missão, pela explicitação do seu conteúdo e estabelecimento de diálogos. O Anglicanismo, ortodoxo, da Diocese do Recife, deve dar exemplo dessa libertação de preconceitos, para o bem do Reino de Deus, como uma alternativa compatibilizadora entre o Bem (a Sã Doutrina) e o Belo (a Arte Sacra, a Liturgia), que uma parcela crescente da população brasileira, insatisfeita com as expressões polares encontradas, está (ainda que inconscientemente) a buscar.

Por último, vale a pena chamar a atenção para a agressividade da ideologia Secularista, que quer eliminar todos os símbolos e valores religiosos do espaço público, encetando, na realidade, um novo ciclo de perseguição religiosa no Ocidente. Nesse conflito de propostas que se expressa em símbolos, que o preconceito, as neuroses ou a estreiteza mental de cristãos evangélicos (Anglicanos, inclusive) não termine por colaborar com o inimigo. Resgatemos a Beleza!

Fixação de aprendizagem:

1. O que você entende por: Estética, Arte Religiosa, Arte Sacra e Liturgia?
2. Que lições você tira da Bíblia para a Arte Sacra?
3. Por que se diz que a Igreja Anglicana é uma Igreja litúrgica? As outras Igrejas também não são?
4. Por que há barreiras à Arte Sacra e à Liturgia no Protestantismo Brasileiro?

OITAVO CAPÍTULO:

AS TENDÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Com sua História específica, a Igreja da Inglaterra – e, por extensão, o Anglicanismo – desenvolveria uma identidade peculiar. A influência celta, católica romana, da pré-reforma de Wycliffe; a influência luterana e calvinista, a luta pela independência contra o domínio do Sacro-Império Germânico Romano, a dubiedade religiosa de Henrique VIII (apesar da independência nacional e o estabelecimento de uma Igreja nacional), as marchas e contramarchas das preferências religiosas dos seus três filhos e herdeiros: o protestantismo de Eduardo, o catolicismo romano de Maria e o estabelecimento de um modelo próprio – católico/protestante – por Elizabeth. E, ainda, os sinais contraditórios de Jaime I e Jaime II; Carlos I e Carlos II, passando pelos regimes presbiterianos do Parlamento e dos Cromwell (Oliver e Richard).

Havia o desafio de não voltar a Roma, nem ser uma mera continuação do romanismo sem vínculos com Roma, sendo católica, mas não romana, com continuidade, mas com reforma. Havia o desafio da pressão por radicalização por parte dos Puritanos, tanto presbiterianos quanto congregacionais. Do continente chegavam os ecos de Lutero, de Calvino e dos Anabatistas. O Ato de Supremacia e o Ato de Uniformidade foram diplomas legais autoritários, mas inevitáveis no contexto da época, como se teve que apelar para a autoridade do Estado, tanto no estabelecimento elizabethano, quanto no estabelecimento posterior da Revolução Gloriosa.

A Igreja da Inglaterra se tornou uma Igreja-encruzilhada, caminho por onde todos passaram, e uma Igreja-síntese, onde se procurou consolidar o que se julgou ser o melhor de cada proposta. Assim, se conseguiu um alto grau de consenso na Doutrina e na Ordem, em torno do conteúdo do Livro de Oração Comum (LOC), mas não se evitou que ela se tornasse, também, até certo ponto, uma Igreja-frente, com suas alas ou tendências internas, ora em cooperação, ora em conflito.

O Anglicanismo terminaria por adotar o princípio herdado da Patrística: *“No Essencial Unidade; no Não-Essencial Diversidade; em Tudo Caridade”*. Momentos históricos e realidades regionais (Províncias/Dioceses) implicaram na hegemonia de uma ou outra corrente. Mas, como uma *“via média”* entre extremos, e com essa diversidade interna, o Anglicanismo sobreviveu, e se expandiu, por cinco séculos. Hoje esse princípio está seriamente ameaçado por aqueles que negam qualquer item *“essencial”*. O desafio deles, por outro lado, também tem concorrido para uma maior cooperação e intercâmbio entre correntes históricas, com desdobramentos ainda imprevisíveis.

CONSENSO

Do triunfo da Revolução Gloriosa, de Guilherme e Maria (1688), ao surgimento do Movimento de Oxford (1838) viveu a Igreja da Inglaterra um período que foi denominado de Consenso Protestante. O Anglicanismo se via como uma Igreja Nacional resultante do fenômeno sócio-político-econômico-cultural-religioso conhecido como a Reforma Protestante do Século XVI. Uma Igreja Reformada, Protestante, que afirmava a autoridade das Sagradas Escrituras, popularizado o seu uso e *“livre exame”* no vernáculo entre o povo, com uma fé centrada na Graça de Deus manifestada no sacrifício de Cristo, e cujo conteúdo doutrinário, litúrgico e teológico estava expresso no Livro de Oração Comum (LOC), edição de 1662. Doutrinas tidas como *“irracionais”*, como a transubstanciação, ou extra-bíblicas, como o purgatório, o papado, o celibato obrigatório do clero foram combatidas, bem como práticas como a venda de indulgências, a veneração de relíquias, a adoração do sacramento ou das imagens e o excesso de ritualismo. Procurou-se ensinar uma religião mais simples, pessoal e espiritual, que facilitasse o acesso do fiel a Deus.

Com a escassez de Presbíteros, e visitas apenas ocasionais dos Bispos, grande parte das Capelas (especialmente na zona rural), eram dirigidas por *“Leitores”* (Ministros Leigos) ou por Diáconos, com uma estética mais despojada e uma liturgia mais simples, com uma ênfase na

celebração dominical da Oração Matutina, e mensal da Oração Eucarística, ausente o uso de candelabros, nos altares, capas, mitras ou estolas. Essa tônica de simplicidade seria conhecida como algumas das marcas do que foi denominado de “*Igreja Baixa*”.

Nesse período existiam, também, setores minoritários que defendiam uma maior ênfase no passado pré-reformado, como os Teólogos Carolíngios (surgidos nos reinados de Carlos I e Carlos II), origem do que seria posteriormente conhecida como “*Igreja Alta*” cuja influência foi grandemente diminuída pelo surgimento do movimento dos Non-Jurors (Não-Juradores), primeiro cisma anglicano, quando 9 (nove) Bispos e 400 (quatrocentos) sacerdotes foram afastados por se recusarem a jurar lealdade a Guilherme e Maria. Levou quase duzentos anos para que esse movimento fosse reabsorvido pela Igreja instituída, e o seu maior legado foi contribuir para garantir a sucessão apostólica da Igreja Episcopal Escocesa.

Igualmente, nesse período, encontramos outra minoria, mais racionalista, influenciada pelo Iluminismo, que viria a ser a origem do que depois seria conhecido como “*Igreja Larga*”.

TENDÊNCIAS

A – IGREJA ALTA

A expressão “*Igreja Alta*” (High Church) foi cunhada no final do século XVII para se referir à ala da Igreja da Inglaterra que, desde o período elizabethano resistia às investidas dos reformadores puritanos, enfatizando a continuidade histórica com a Cristandade Católica pré-reformada, o que implicava em um conceito “*alto*” sobre a autoridade da Igreja, especialmente no que diz respeito ao Episcopado e aos Sacramentos. No século XVI Bancroft e Hooker, e, no século XVII Andrewes e Laud, são tidos como representantes desse pensamento. Alguns aderiram ao cisma dos “*Non-Jurors*”, e outros permaneceram na Igreja Estabelecida, havendo um declínio dessa proposta no século XVIII, apesar da influência de nomes como Butler e Johnson. A tendência da “*Igreja Alta*”, de certa forma, veio a renascer, na terceira década século XIX, com o Movimento de Oxford, conhecido, também, como Tratarianismo ou Anglo-Catolicismo.

B – IGREJA BAIXA

A expressão “*Igreja Baixa*” (Low Church), por sua vez, foi usada para se referir ao outro extremo do espectro eclesial inglês, àqueles herdeiros da tradição Reformada, mais influenciado pelos Puritanos, dando menor importância ao Episcopado, ao Sacerdócio e aos Sacramentos, cujas crenças se aproximavam, muitas vezes, dos Protestantes Não-Conformistas. O termo foi cunhado no século XVIII, em contraste com a “*Igreja Alta*”, e foi reavivado, no século XIX, em setores do Evangelicalismo.

C – IGREJA LARGA

Uma terceira designação aparece no século XIX, com a “*Igreja Larga*” (Broad Church), com autores como Arnold, Hampden, Clough e Stanley, que contribuíram para a publicação “*Ensaio e Revisões*” (1860). Eles opunham objeções a definições positivas na teologia, buscando interpretar as rubricas e formulários anglicanos de um modo “*largo*” ou “*amplo*”. Foram, depois, chamados de “*modernistas*”, precursores do Liberalismo. Na realidade, se pode traçar uma relação entre a “*Igreja Larga*” e os Latitudinarianos do século XVII, que emprestavam pouca importância à verdade dogmática, a organização eclesiástica e à liturgia, representados, por exemplo, pelos “*Platônicos de Cambridge*”, arminianos, e que influenciaram a atmosfera “*morna*” do Anglicanismo do século XVIII.

CORRENTES

1. CATÓLICAS

Os segmentos tidos como mais “*Católicos*” do Anglicanismo são aqueles que enfatizam o papel dos Pais da Igreja, dos Pais Apostólicos e dos Concílios da Igreja Indivisa, a Tradição, o Episcopado, os Sacramentos (dando aos Ritos Sacramentais quase o mesmo status de

sacramentos plenos), a Liturgia, minimizando a importância da Reforma (“*Somos uma Igreja Católica que passou pela Reforma, ou que recebeu sua influência*”). Não gostam de ser chamados de “*protestantes*”, nem de considerar o Anglicanismo como um mero ramo ou “*denominação*” do Protestantismo, e desenvolveram a teoria dos “*Três Ramos do Catolicismo: Roma, Bizâncio e Cantuária*”, que, ironicamente, não é aceita nem por Roma nem por Bizâncio, além de deixar fora os outros ramos do Catolicismo, tanto no Oriente quanto no Ocidente. Podem ser classificados, grosso modo, em quatro grupos: 1. Anglo-Católicos; 2. Moderados; 3. Liberais; 4. Carismáticos.

1.1. ANGLO-CATÓLICOS

O Anglo-Catolicismo, também chamado de “*Movimento de Oxford*”, ou “*Tratarianismo*”, tem o seu ponto de partida com a publicação, a partir de 1838, da série denominada: “*Tratados sobre os Tempos*”, condenando o estado de apatia espiritual e moral em que se encontrava a Igreja da Inglaterra, e enfatizando os aspectos dogmáticos e sacramentais da vida eclesiástica. Os seus principais expoentes foram J. H. Newman, autor de *Apologia Pro Vita Sua*, J. Keble, E. B. Pusey, dentre outros. O Movimento teve um forte impacto na renovação litúrgica (apesar das controvérsias e a acusação de “*papistas*”) e nos pontos missionários nas favelas das grandes cidades inglesas, mas sofreria uma crise que o dividiu, com um ala, liderada por Newman (que seria feito Cardeal) indo para a Igreja Romana, e outra permanecendo no interior da Igreja da Inglaterra.

O Anglo-Catolicismo veio a ser um movimento muito forte na segunda metade do século XIX e início do século XX, contribuindo para a expansão missionária do Anglicanismo (Caribe, partes da África e da Oceania, com sociedades como a USPG), e para a revitalização das Ordens Religiosas, mas a sua rigidez tradicionalista e hierárquica, o surgimento em seu meio de grupos mais extremados (marianismo do santuário de Walshingham), concorreu para que surgissem outras expressões na ala católica, como os moderados, os liberais e os carismáticos, que o levou a um crescente isolamento e declínio. Com a controvérsia da Ordenação feminina, foi do Anglo-Catolicismo que saiu o maior número de clérigos e leigos para Roma, para as Igrejas Orientais e para as Jurisdições Anglicanas Continuanes.

Para pessoas – inclusive no Brasil – que de modo precipitado e sem maior conhecimento, se intitulam, de “*anglo-católicos*” (confundindo anglo-catolicismo com catolicismo nacional ou cismático), vale a advertência do Rev. J. Aquino: “*...Ser anglo-católico não significa de alguma forma ser um católico romano. Em que pese haver semelhanças nas tendências e nas ênfases... um anglo-católico continua a ser um protestante*”. O principal movimento Anglo-Católico hoje é o “*Foward in Faith*”.

1.2. MODERADOS

Há hoje, em muitas Províncias e Dioceses Anglicanas, paróquias e clérigos que, embora reconhecendo o valor da contribuição histórica do Anglo-Catolicismo, e mantendo, no geral, seu estilo de culto e ênfases teológicas, rejeitam a rigidez e o tradicionalismo que veio a marcar esse movimento. Eles se denominam de “*católicos*”, mas não de “*anglo-católicos*”, também se percebendo como “*moderados*” ou “*middle-of-the road*” (católicos centristas), se recusando a participar de qualquer movimento organizado e militante do Anglo-Catolicismo. Essa corrente, embora expressiva numericamente, não parece ser articulada em torno de pensadores ou organizações específicas. Podem ser tidos, vagamente, como meros tradicionalistas, ou institucionalistas, tendendo a aceitar a Ordenação feminina e contribuições de outras correntes.

1.3. LIBERAIS

O termo Liberalismo (conhecido na Igreja de Roma por Modernismo) foi uma corrente de pensamento protestante do século XIX, influenciado pelo Iluminismo e pelo Racionalismo, presente em diversas Igrejas Históricas, inclusive no Anglicanismo que, no campo político, defendia a democracia, o progresso e a liberdade, mas que, no campo teológico tendeu para a crítica racional das Escrituras (crítica bíblica) uma tendência anti-dogmática (negação das doutrinas), uma soteriologia universalista, um relativismo moral, e um humanismo social otimista, julgando que, com a negação dos milagres estaria tornando o Cristianismo mais aceitável ao homem moderno, e que a “*cristianização*” do mundo, como processo civilizatório, em uma perspectiva pós-milenista, transformaria o século XX no “*Século Cristão*” (título de uma de suas mais influentes revistas).

O Anglo-Liberalismo, também conhecido como corrente Liberal-Católica ou Catolicismo Liberal, originário do Latitudinismo e da “*Igreja Larga*”, surgiu no final do século XIX na Igreja da Inglaterra, com pensadores como F. D. Maurice, e a revista “*Lux Mundi*”, em que se mantinham as exterioridades herdadas do Anglo-Catolicismo (cerimônias, vestes), mas sem o seu conteúdo doutrinário ortodoxo, antes compatibilizando com as idéias liberais. Essa corrente conheceu uma rápida expansão na primeira metade do século XX, principalmente nas Províncias anglo-saxãs, substituindo, crescentemente, o Anglo-Catolicismo, principalmente nos Estados Unidos (e, países sob a sua influência direta, como o Brasil).

Os princípios do Liberalismo foram assim resumidos por Cauthen:

1. “O **Princípio da Continuidade**, que desfaz a relação entre o natural e o sobrenatural, explicando todo e qualquer milagre um uma perspectiva racional;
2. O **Princípio da Autonomia**, que prega a completa autonomia da razão e da experiência religiosa em relação à religião e ao dogma;
3. O **Princípio do Dinamismo**, que afirma ser o mundo um sistema aberto e em desenvolvimento e que, portanto, qualquer afirmação inflexível, absoluta, fixa ou inegociável, não é digna de confiança”.

O Liberalismo, em muitas Províncias e Dioceses, tem concorrido para o declínio do evangelismo e para a prática do “*macro-ecumenismo*”, com uma visão apenas cultural e social da missão. Hoje o Liberalismo pode ser dividido em dois subgrupos: o mais antigo, ou “*moderno*”, privilegiando a Razão e a Ciência, e o mais recente, ou “*pós-moderno*”, ensinando a impossibilidade de se atingir a verdade por qualquer via, restrita esta ao relativismo subjetivista, diversa, e apenas descoberta por um processo interminável de “*discernimento*”. O principal movimento aglutinador do Liberal-Catolicismo é o “*Affirming Catholicism*”, sendo um dos seus fundadores o teólogo galês Rowan Williams, que viria a ser Arcebispo de Cantuária.

A ironia é que, com o passar do tempo, a tolerância liberal tem dado lugar a uma intolerância, discriminação e perseguição às demais correntes, no que foi denominado de “*fundamentalismo liberal*”. No caso do Anglicanismo (como em outros ramos do Cristianismo Histórico) há, por parte deles, uma negação da unicidade e da autoridade de Cristo, das Escrituras e da Igreja, das doutrinas e de princípios éticos universalmente válidos.

1.4. CARISMATICOS

Embora que os episódios históricos que o precederam (Avivalismo, Movimento de Santidade, Pentecostalismo, Movimento de Renovação Espiritual) tenha se dado no espaço protestante, a partir dos anos 1970, o Movimento de Renovação Carismática surge na Igreja de Roma, no Luteranismo e no Anglicanismo. No caso dos Estados Unidos da América (onde as tradições da “*Low Church*” e do Evangelicalismo tinham quase que desaparecido), o Movimento Anglicano de Renovação Carismática teve um impacto significativo nas alas católicas: anglo-católicos, moderados, e, até liberais (que se converteram, no processo), conciliando a herança litúrgica e sacramental católica com uma pneumatologia de corte mais pentecostal, sem provocar rupturas institucionais, pregando a santificação, mas não o legalismo, adotando novos instrumentos e novos estilos musicais em um culto mais espontâneo, com uma revalorização da Bíblia junto com a experiência e uma volta à ênfase no evangelismo (quase desaparecida naquela Província).

O apogeu do movimento se deu entre meados dos anos 70 e meados dos anos 90. Deixou uma marca, tem alguma influência, mas declinou bastante, com a morte, enfermidade ou aposentadoria dos “*super-pastores*” personalistas e centralizadores, em suas grandes Paróquias. Os Carismáticos tanto “*Católicos*” quanto “*Protestantes*”, no Anglicanismo, tendem a um trabalho conjunto. O seu principal movimento aglutinador é o SOMA, com sede nos EUA.

2. PROTESTANTES

As correntes Protestantes do Anglicanismo, embora reconhecendo valores nos períodos antecedentes, tanto Celta quanto Católico Romano, e a rica herança que a Cristandade possui (malgrado seus erros e desvios) da Antiguidade até a Pré-Reforma, reputam de especial valor os episódios e as ênfases da Reforma Protestante, particularmente o lugar central das Sagradas Escrituras e da Salvação pela Graça mediante a Fé. Essas correntes têm mais afinidades com

outros ramos do Protestantismo, do que com as Igrejas não-reformadas do Oriente e do Ocidente, com o princípio dinâmico que *“A Igreja Reformada sempre está se Reformando”* (Ecclesia Reformada Semper Reformanda), pelo sacerdócio universal de todos os crentes. Evangélicos, Carismáticos, Fundamentalistas e Liberais são expressões que têm estado nesse lado da Comunhão Anglicana. Se a Igreja Anglicana é uma *“via média”* entre Roma, Genebra e os Anabatistas, para as correntes protestantes, ela é uma *“via média”* Reformada, conforme atestam o Livro de Oração Comum (LOC), o pensamento de Cranmer e os XXXIX Artigos de Religião.

2.1. EVANGÉLICOS

O Evangelicalismo tem sido uma escola de pensamento na Igreja da Inglaterra, que traça suas origens à Pré-Reforma de Wycliffe, e às ênfases reformadas do século XVI, particularmente, a salvação pela fé na morte redimidora de Jesus Cristo. Ele também enfatiza a inspiração e a autoridade das Sagradas Escrituras, a crença no retorno de Cristo para redimir os eleitos, a importância central da pregação (com uma liturgia mais simples), negando a regeneração batismal e a Eucaristia como sacrifício, afirmando a necessidade da experiência de conversão, ou *“novo nascimento”*, e da santificação, e a urgência missionária, em histórico conflito com os Tratarianos e as doutrinas da *“Igreja Alta”* (Anglo-Catolicismo). Até poucas décadas (e ainda hoje em muitas regiões) a veste padrão dos evangélicos era o cassoque preto, a sobrepeliz longa e o típete (em contraste com a batina romana, a sobrepeliz curta e a estola dos Anglo-Católicos).

No Evangelicalismo, tanto tem havido uma ala calvinista, de herança puritana, como uma arminiana, de herança metodista. O movimento teve uma forte expressão no século XVIII (*“Evangelical Revival”*) e primeira metade do século XIX, com nomes como Fletcher, Venn, Newton (*“Maravilhosa Graça”*), e, por sua influência sobre os estudantes universitários, Charles Simeon, Capelão de Cambridge. A piedade e a ortodoxia foram seguidas de um forte ardor missionário e de um engajamento social, com a fundação de sociedades missionárias, nacionais e estrangeiras (CMS, SAMS, SIM) e de inúmeros projetos entre os pobres, e mobilização por legislações sociais. O movimento de intelectuais e políticos ligados à Paróquia de Clapham, teve em Williams Wilberforce o denodado parlamentar contrário ao tráfico negreiro e à escravidão no Império Britânico, às condições desumanas de trabalho no início da Revolução Industrial (especialmente crianças e mulheres) e as condições prisionais.

Um problema recorrente no Evangelicalismo inglês tem sido a tensão entre aqueles que optaram conscientemente, e de forma comprometida, pelo Anglicanismo, e uma minoria periférica extremada, herdeira dos puritanos, que não saiu da Igreja da Inglaterra, mas que nela permaneceu apenas por conveniência, rejeitando o Episcopado e a Liturgia, desinteressada da vida institucional. Aproveitando-se da crise atual, eles retornam, tanto em sua expressão tradicional: com *“cultos batistas”* de paletó e gravata, como em sua expressão renovada, com *“cultos pentecostais”* de manga de camisa. Rebelados contra as normas e as autoridades constituídas, esses segmentos se constituem em um problema a mais a ser enfrentado pelos comprometidos com nossa herança, nosso *ethos*, e nossa identidade.

O principal movimento atual aglutinador dos Evangélicos é a EFAC – Evangelical Fellowship in the Anglican Communion, organizada pelo Rev. John Stott, com organizações regionais e locais espalhados por todo o mundo. Sem dúvida, o Evangelicalismo, com suas variações, é hoje a corrente majoritária, e mais articulada no conjunto do Anglicanismo, hegemônico nas Províncias maiores e mais dinâmicas.

2.2. FUNDAMENTALISTAS

Hans Kung afirmou que uma das marcas do Anglicanismo era a moderação, e Alistair McGrath diz que: *“Os historiadores estão de acordo em que o Fundamentalismo nunca achou um lugar significativo no Anglicanismo”*. O Fundamentalismo foi um fenômeno inicialmente localizado nos Estados Unidos, de reação ao Liberalismo e de reafirmações de verdades consideradas *“fundamentais”* para o Cristianismo: nascimento virginal, milagres, expiação, ressurreição, segunda vinda, mas, que, posteriormente, se transformou em uma expressão extremada do Evangelicalismo, uma ideologia racista, sectária e anti-intelectual. Esse fenômeno não se reproduziu na Inglaterra, e teve escasso impacto sobre o Anglicanismo mundial. O que os liberais

denominam hoje de “*fundamentalistas*” na Comunhão Anglicana são os contrários à Ordenação feminina, os defensores de uma liturgia mais “*baixa*”, de uma teologia mais calvinista, os conservadores políticos ou, até os que são contrários à Ordenação e bênçãos sobre uniões de homossexuais.

2.3. LIBERAIS

Por muito tempo temos tido em diversas Províncias e Dioceses Anglicanas os chamados “*low church liberals*” (liberais da Igreja Baixa), ou seja, integrantes das alas protestantes influenciados pelo pensamento liberal de outros ramos históricos reformados (onde esse pensamento surgiu). Na Inglaterra, de 1906 a 1967, existiu um movimento denominado de Grupo Anglicano Evangélico, ou Grupo da Irmandade (J. C. Wright, F. S. Guy Warman, J. E. Watts-Dithcfield e outros) que pretendia um “*Liberalismo Evangélico*”, preocupados com as implicações sociais do Evangelho e com uma abertura para com a ciência e a crítica da verdade. O movimento terminou por se dissolver, por não ser nem suficientemente evangélico, nem suficientemente liberal... Hoje, tanto os antigos liberais “*modernos*” quando os novos liberais “*pós-modernos*” (revisionistas) da ala protestante se alinham com os seus correspondentes da ala católica no conjunto do Liberalismo.

2.4. CARISMÁTICOS

É no Protestantismo contemporâneo que vamos encontrar os Avivamentos e o Movimento de Santidade (que sai do Metodismo na segunda metade do século XIX) como antecedentes dos acontecimentos da Rua Azusa, em Los Angeles, Califórnia, EUA, onde na Igreja pastoreada por W. J. Seymour (oriundo do Movimento de Santidade), se inicia, em 09 de abril de 1906, o Movimento Pentecostal, evidenciado pela glossolalia (falar em línguas estranhas) como sinal do “*batismo com o Espírito Santo*”. Nos anos 60 do século XX, em alguns países e denominações (batistas, presbiterianos, metodistas, congregacionais) veio a se dar o Movimento de Renovação Espiritual, que as divide institucionalmente entre “*tradicionais*” e “*renovados*” (os que aceitam os princípios pentecostais). Nos anos 70 ocorre o Movimento de Renovação Carismática, que, no caso do Anglicanismo inglês, se dá em sua ala Protestante, com figuras como os Reverendos Michael Harper (então Coadjutor do Rev. John Stott, na Paróquia de All Souls) e David Watson, um evangelista itinerante.

A permanência no interior da instituição, uma visão menos legalista e uma visão menos centrada na glossolalia, diferenciaram esse “*carismatismo anglicano*” dos seus congêneres pentecostais, embora se reconheça seu impacto na consagração de vidas, na flexibilização e inculturação litúrgicas e no fervor missionário. Com a questão da Ordenação feminina um grupo expressivo, liderado pelo Rev. Michael Harper deixou o Anglicanismo pela Igreja Ortodoxa Antioquina, e o Rev. David Watson morreu prematuramente (vale a pena ler o livro que escreveu durante a sua enfermidade: *Fear no Evil*). Os carismáticos protestantes anglicanos tanto têm trabalhado junto com os evangélicos não-carismáticos, quanto com os carismáticos das alas católicas, no interior do SOMA. Muitos anglicanos, católicos e protestantes, que não aderiram à Renovação Carismática, incorporaram algumas das suas influências, reconheceram a contemporaneidade dos dons espirituais, mas com reservas quanto ao lugar das experiências e revelações particulares em relação às Escrituras e o aparente débil compromisso sócio-político dessa corrente.

MUDANÇAS

O cenário anglicano atual evidencia que a era dos grandes conflitos entre as tendências católicas e protestantes é coisa do passado, embora essas tendências continuem, e mantenham suas peculiaridades. O conflito externo com o Secularismo, e interno com o Liberalismo sinalizou para a necessidade do estabelecimento de um clima mais fraterno e de cooperação, já que as tradições católicas, protestantes e carismáticas prezam a Palavra de Deus e a Tradição Apostólica. A constituição de movimentos e entidades “*frente*” com essas tendências tornou possível a vitória da ortodoxia na Conferência de Lambeth, de 1998. Essas tendências convergem para uma concepção de uma inclusividade limitada, o que não inclui o nihilismo, a ausência de verdade e o relativismo absoluto do Liberalismo Pós-Moderno Revisionista (e a sua defesa de uma inclusividade ilimitada).

Essa convivência tem sido fecunda, em termos de intercâmbio e de aprendizagem mútua. Muitas Paróquias norte-americanas são hoje uma combinação de liturgia católica, soteriologia evangélica e pneumatologia carismática. As Redes Anglicanas e os Movimentos *Parceiros Por Uma Causa Comum*, nos Estados Unidos e no Canadá, ou o Anglican-Mainstream, na Inglaterra são alguns desses foros aglutinadores, bem como o próprio movimento internacional do Sul-Global, de cuja ação, em muito, dependerá o futuro do realinhamento da Comunhão Anglicana.

CONCLUSÕES

O Anglicanismo, por cinco séculos, foi um admirável exemplo de coexistência de diversidades acidentais e convergências essenciais: direita e esquerda política, calvinistas e arminianos, sacramentalistas e conversionistas, aspersionistas e imersionistas, tradicionais e inovadores, formalistas e informais. A História, a maneira de fazer teologia e pastoral, o Livro de Oração Comum, as Escrituras Sagradas, os Credos, os Sacramentos, o Episcopado Histórico, a legislação Canônica diocesana e provincial, e os Instrumentos de Unidade/Instrumentos de Comunhão (Arcebispo de Cantuária, Conferência de Lambeth, Encontro dos Primazes, Conselho Consultivo Anglicano) tinham sido suficientes para manter não um Papado, um Patriarcado, uma Federação ou uma Aliança, mas uma Comunhão, marcada pelos laços de afeição.

A realidade da presença do Liberalismo Pós-Moderno (com seu ideário completamente destoante) nos diversos níveis das instâncias decisórias se constitui uma ameaça, demonstrando que o atual modelo não está mais respondendo aos novos desafios. É papel prioritário das diversas correntes históricas ortodoxas o repensar e o redesenhar o Anglicanismo. O nosso futuro vai depender da contribuição e da cooperação de todas elas.

Fixação de aprendizagem:

1. Por que se diz que a Igreja Anglicana é inclusiva? Qual a diferença entre Inclusividade Limitada e Inclusividade Ilimitada?
2. Por que se pode dizer que um Anglo-Católico é um protestante e um Anglo-Evangélico é um católico?
3. Em que o conjunto histórico das tendências ou correntes anglicanas se diferencia do Liberalismo Pós-Moderno?
4. Por que se diz que a Diocese do Recife é de hegemonia evangélica? Diferencie **Hegemonia** de **Exclusividade**.

NONO CAPÍTULO: A PRESENÇA NO BRASIL

INTRODUÇÃO

A exceção das presenças francesa no Rio de Janeiro e no Maranhão, e do breve domínio holandês no Nordeste, as Igrejas reformadas estiveram ausentes do Brasil no período Colonial, inclusive a Igreja Anglicana. Tentativas infrutíferas de Missões Anglicanas ocorreram no século XIX, mesmo período em que aqui se estabeleceram as Capelarias Consulares inglesas. Nos primórdios do século XX tivemos a imigração de anglicanos japoneses. Mas a consolidação de uma presença permanente anglicana no Brasil somente se dará após 1890, com a chegada dos missionários norte-americanos no Rio Grande do Sul, oriundos do Seminário de Virgínia.

CAPELANIAS

A presença de navegadores e comerciantes ingleses no território do Reino de Portugal já era uma realidade no início do século XIX. Em 1800, um decreto real os proibiu de se reunirem para culto, bem como o direito de terem cemitérios próprios. A situação muda completamente com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, fugindo do imperador francês Napoleão, e protegida pela armada britânica. Em 1810, foi assinado entre os dois países o Tratado de Comércio e Navegação, que incluía cláusulas que permitiam o Culto em língua inglesa e espaços que não tivessem formas exteriores de templo, o direito de residência e o direito de terem seus cemitérios e clubes.

Em 1819 teve início, na cidade do Rio de Janeiro, a construção do primeiro templo não Católico Romano em território brasileiro, denominado de Christ Church, tendo sua inauguração se dado em 26 de maio de 1822, sob o patrocínio do Cônsul britânico, sob proteção policial, e contando com a presença de diversas autoridades governamentais. Essas capelarias eram mantidas por sociedades civis registradas no país, estando, até 1869, sob a supervisão episcopal do Bispo de Londres, e, após essa data, do Bispo para as Ilhas Falklands (Malvinas) e América do Sul, com Catedral em Port Stanley, naquelas ilhas, mas residência em Buenos Aires. Antes da designação de Capelões para cada comunidade, os ofícios eram dirigidos pelos Capelões dos navios ingleses que aqui aportavam.

Capelarias foram instaladas, além do Rio de Janeiro, em Niterói, São Paulo, Santos, Nova Lima (MG), Recife e Salvador, e, posteriormente, em Belém (PA). Seus cultos, seguindo o BSB (Book of Common Prayer) da Igreja da Inglaterra não eram vedados aos raros brasileiros que falassem a língua inglesa, mas o tratado proibia a tentativa de sua conversão. Embora a presença de comunidades de língua inglesa no Brasil fosse crescente, com a propriedade de companhias de gás, trem, bondes, eletricidade, telegrafia, telefonia, siderurgia e comércio de exportação e importação, as Capelarias se mantiveram como clubes religiosos fechados, de impacto nulo sobre a realidade religiosa nacional.

Os ingleses resistiram quanto puderam a uma integração com o anglicanismo nacional, fruto dos missionários norte-americanos, somente ocorrendo, progressivamente, após longas e difíceis negociações, a partir de 1955, a exceção da Christ Church (que, em razão de reformas urbanas) seria transferida do Centro para o Botafogo), que não tem vínculos com a Província do Brasil (IEAB) até hoje, embora hospede, nos horários vagos, uma das suas comunidades, a Paróquia São Lucas.

No Recife, a Holy Trinity Church foi estabelecida em 1822, tendo o seu templo construído na então Rua Formosa, esquina com a Rua da Aurora (futuro local do Cinema São Luís), sendo transferida, na década de 1940 (com o alargamento da agora Avenida Conde da Boa Vista) para a Rua da Matinha (depois Carneiro Vilela), no Bairro dos Afritos, e apenas se filiaria à Igreja Episcopal Brasileira em 1976, integrando a Diocese do Brasil Central, com sede no Rio de Janeiro, sob o Bispo Edmund Knox Sherrill. Em Salvador os cultos tiveram início em 1815, e o templo do Campo Grande foi inaugurado em 1853.

Com a nacionalização de várias empresas, após o vencimento dos períodos de concessão, com a hegemonia inglesa sendo substituída pela norte-americana, após a Segunda Guerra Mundial, como retorno crescente dos ingleses para o seu país, com os falecimentos, casamentos e adesão ao catolicismo romano por parte dos seus descendentes, as Capelanias foram entrando em declínio, apesar do compromisso da Província do Brasil em prover assistência espiritual e cultos em inglês para os remanescentes. Com exceção da Christ Church (que permanece autônoma) há, ainda hoje, cultos em inglês em São Paulo, Santos, Niterói e Brasília (comunidade de funcionários das Embaixadas).

Os pioneiros da evangelização protestante no Brasil sempre se queixaram da completa falta de apoio dos anglicanos aqui residentes, e diziam que os ingleses quando saíam de sua terra deixavam lá três coisas: seu clima, seu sobretudo e sua religião. O que parece dar razão ao Bispo da Igreja de Roma no Rio de Janeiro, *Dom José Caetano da Silva Coutinho*, que, defendendo, na época, o direito dos ingleses terem suas Capelanias (contra a opinião do Núncio Apostólico *Lourenço Collepi*), afirmava, então: “*Os ingleses realmente não têm religião, mas são um povo orgulhoso e obstinado. Se houver oposição, eles persistirão e farão disso assunto de máxima importância; mas se atender seus desejos, a Capela será construída e ninguém chegará perto dela*”.

MIGRAÇÃO

Uma segunda experiência de presença anglicana no Brasil foi a imigração japonesa, um século após o início do estabelecimento das Capelanias inglesas, após a Primeira Guerra Mundial. Cerca de 200 mil nipônicos se mudaram para o nosso País naquela época, principalmente para os Estados de São Paulo, Paraná e Pará. Embora os cristãos, no conjunto de suas denominações, seja uma pequena minoria naquela nação asiática, o próprio governo, visando facilitar a integração dos imigrantes à sua nova terra, dava preferência a candidatos membros de Igrejas cristãs, inclusive da Igreja Anglicana (Santa Igreja Católica Japonesa), a segunda presença cristã mais antiga no país, e possuidora de uma rede de instituições sociais, inclusive de uma Universidade.

Um outro fato foi a abertura dos japoneses que aqui chegaram a tudo o que dizia respeito ao nosso modo de vida, inclusive à fé cristã. A Igreja Romana, e, depois, grupos como os Metodistas Livres e a Igreja Evangélica Holiness, trouxeram missionários do Japão, e terminaram por consolidar uma forte presença nas suas colônias.

A aglutinação dos japoneses anglicanos e a evangelização dos não-cristãos tiveram como grande apóstolo o *Reverendo João Yasoji Ito*, formado pelo Seminário Teológico de Tóquio, e que aqui começou a trabalhar, realizando o seu primeiro culto em 25 de novembro de 1923. Esse empreendimento missionário foi bem sucedido, com muitas conversões e o estabelecimento de inúmeros Pontos Missionários, principalmente no interior, e o despertamento de vocações, com um número crescente de Ordenações.

Ao contrário dos ingleses, além do fervor missionário, os japoneses trabalharam dentro das estruturas anglicanas nacionais, como a bênção e o apoio do primeiro Bispo Anglicano no Brasil, *Lucien Lee Kinsolving*. Com o passar dos anos, a maioria das Paróquias, Missões e Pontos Missionários Anglicanos em São Paulo e no Paraná era formada por japoneses e seus descendentes, com o seu próprio clero, inclusive deles saíram dois dos Bispos da Diocese de São Paulo (*Sumio Takatso* e *Hiroshi Ito*).

Como a maioria das comunidades era formada por agricultores e situada na zona rural, o fenômeno da migração cidade-campo e a industrialização, a busca por oportunidades de estudo e trabalho por parte das novas gerações provocou, nas últimas décadas do século XX, um crescente esvaziamento das Paróquias de origem japonesa, algumas hoje em processo de extinção. Além do mais havia nas comunidades uma resistência a ter os cultos em língua portuguesa para os filhos e netos, que manejavam cada vez menos o idioma dos seus antepassados, concorrendo para a perda das novas gerações. Apesar do estabelecimento de Paróquias nos centros urbanos, nem todos os migrantes do interior a elas se filiaram, optando por

se integrar a outros ramos cristãos de sua vizinhança, ou dos seus cônjuges, buscar religiões orientais ou, simplesmente, se secularizar.

A experiência da evangelização anglicana japonesa no Brasil está cheia de belas páginas, de grandes feitos, com a vida sacrificial dos missionários adentrando os nossos grotões, mas se constitui hoje, cada vez mais, em um episódio histórico, embora com comunidades remanescentes.

TENTATIVAS

Além da Capelarias Inglesas e da Migração Japonesa, registramos intentos missionários anglicanos aos brasileiros não bem sucedidos, no século XIX.

O primeiro clérigo anglicano a por os pés em nosso solo, o fez de passagem para a Índia, para onde ia como missionário que foi *Henry Martin*, cujo navio passou quinze dias em Salvador, BA, em 1805. Como falava, também, francês e latim, manteve contato com autoridades locais e clero romano. Ao final do período, escreveu, profeticamente, em seu diário: “*Quem será o ditoso missionário que irá trazer o nome de Cristo a esta região ocidental? Quando será este belo país libertado da idolatria e do cristianismo espúrio? Cruzes há em abundância, mas quando será aqui anunciada a doutrina da Cruz?*”. *Henry Martyn*, um discípulo do Capelão evangélico da Universidade de Cambridge, *Charles Simeon*, foi evangelista da Índia e na Pérsia, morrendo aos 31 anos, após abrir Igrejas, fundar escolas e traduzir a Bíblia e o Livro de Oração Comum, em apenas sete anos.

Em 1853, a pedido dos anglicanos norte-americanos residentes no Rio de Janeiro, a Sociedade Missionária da Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América (PCUSA) enviou o primeiro missionário para o Brasil, na pessoa do *Reverendo William Cooper*. O seu navio naufragou, ele voltou aos Estados Unidos, e desistiu de ser missionário.

A Sociedade Missionária, posteriormente, enviou o Reverendo escocês de nascimento *Richard Holden*, que trabalhou aqui por doze anos (1860-1872), primeiro em Belém, PA, e depois em Salvador, BA, onde foi levado a travar fortes polêmicas com o clero da Igreja de Roma pela imprensa. Apesar de ter feito amizades com políticos e maçons (tendo participado, no início, da chamada “*Questão Religiosa*”), foi duramente perseguido em ambos os lugares. A Sociedade Missionária o desvinculou, e ele foi trabalhar no Rio de Janeiro com a Sociedade Bíblica, colaborando com a Igreja Evangélica Fluminense, liderada pelo pastor e médico congregacional escocês *Robert R. Kalley*. Ele faleceu em Lisboa, aos 58 anos, colaborando com os Irmãos Livres, deixando um legado e poesias, hinos (inclusive usado em hinários brasileiros), e, principalmente, a primeira tradução do Livro de Oração Comum (LOC) para a língua portuguesa.

MISSÃO (1890-1907)

Nas últimas décadas do século XIX o Seminário de Virgínia, da PCUSA, na cidade de Alexandria, era de linha evangélica, e entre os seus estudantes havia uma forte motivação para as missões nacionais e mundiais, inclusive com a criação de uma Associação Missionária. Dali saíram os primeiros missionários para a Grécia, a China, a África e o Japão.

Nas vizinhanças do Seminário vivia a filha de Ashbel G. Simonton, fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil, e suas duas tias, cujo lar sempre recebia seminaristas, motivando-os sobre o campo brasileiro. Um grupo de recém-formados e recém-Ordenados, formado por *James Watson Morris*, *Lucien Lee Kinsolving*, *John Gaw Meem* e *William Cabell Brown* formou o núcleo dos primeiros missionários anglicanos no Brasil.

Kinsolving e *Morris* vieram na frente, chegando ao Rio de Janeiro em 1889, passaram alguns meses em São Paulo estudando a língua portuguesa com os presbiterianos, que apoiaram a sua ida para o Rio Grande do Sul, onde passariam, posteriormente, para os mesmos sua única congregação naquele Estado, e o seu seminarista Vicente Brade, que se tornaria o primeiro brasileiro a ser Ordenado como Ministro Anglicano.

Em 01 de junho de 1890, às 3h da tarde foi realizado, na cidade de Porto Alegre, o primeiro Culto em língua portuguesa, sendo criada a Igreja Protestante Episcopal no Sul dos Estados Unidos do Brasil. Logo os missionários estavam evangelizando em várias cidades, como Rio Grande, Santa Rita e Pelotas, sofrendo perseguições e agressões.

A estratégia dos missionários era sempre começar pela cidade pólo de cada região, alugando um imóvel em uma área central, de preferência em frente à Igreja Matriz romana. Organizavam grupos que visitavam a maioria de residências possíveis, onde oravam, liam a Bíblia, cantavam hinos e convidavam para o Culto de Inauguração, quando expunham a história e o caráter do Anglicanismo e pregavam um sermão evangelístico. Conferências evangelísticas e a Escola Bíblica Dominical para todas as idades, eram outros dos meios de evangelização.

Com fervor evangelísticos, os missionários foram sendo instrumentos de conversões cada vez em maior número, abrindo Pontos Missionários, um Seminário, um jornal e várias obras sociais. Como não se constituía uma Diocese, mas apenas uma Missão, não havia Concílios, mas Convocações regulares, a partir de 1892.

Estas sentiram a necessidade de se vincular a uma Província e a um Bispo. Em 1907 a Convenção Geral da PCUSA deliberou criar um Distrito Missionário no Brasil. Em 17 anos a Missão já constava com trabalhos organizados em 13 municípios, 25 Escolas Dominicais, com mais de mil alunos, 13 clérigos e 1366 membros comungantes.

DISTRITO (1907-1949)

Com o status de Distrito Missionário da PCUSA a obra missionária continuou a crescer no sul do Brasil. Os brasileiros escolheram o *Rev. Lucien Lee Kinsolving* para ser o seu primeiro Bispo. Essa escolha foi oficializada pela Província dos Estados Unidos, sendo o mesmo sagrado em 06 de janeiro de 1899, na Paróquia de São Bartolomeu, em Nova Iorque. O *Bispo Kinsolving*, incansável, viajava todo o tempo, visitando o máximo de localidades. Era um homem piedoso, ortodoxo, erudito, bom orador, de fácil comunicação e capacidade de liderança.

Em 1910 foi realizada a famosa Conferência Ecumênica de Edimburgo, na Escócia, onde os anglo-católicos e os sacramentalistas luteranos conseguiram passar uma resolução excluindo a América Latina por ser este já “*um continente cristão*” (por ter a sua população batizada). Na mesma época o anglo-catolicismo substituiu o evangelicalismo como tendência hegemônica na PCUSA. Como, a partir de então, os Anglicanos somente poderiam evangelizar os indígenas e os descendentes de ingleses, o *Bispo Kinsolving* se tornou em um batalhador pela evangelização deste continente de cristianismo nominal e sincrético, na linha do Congresso Missionário do Panamá, de 1916.

Além da expansão dentro do Estado do Rio Grande do Sul, o *Bispo Kinsolving* apoiou os esforços de evangelização entre os japoneses de São Paulo e Paraná, e o trabalho do *Rev. José Orthon*, um pernambucano de origem inglesa e anglicana, mas que fora membro de Igreja Congregacional, na abertura, a partir de 1925, de cerca de uma dúzia de Pontos Missionários na Baixada Santista (hoje quase todos desaparecidos) e na Capital Federal, o Rio de Janeiro.

Em 1925, atendendo a uma sugestão do *Bispo Kinsolving*, a Convenção Geral da PCUSA elegeu um dos seus mais denodados colaboradores, o *Rev. William M.M. Thomas* como seu Bispo Sufragâneo, sendo o mesmo Sagrado também na Paróquia de São Bartolomeu, em Nova Iorque, em 28 de dezembro daquele ano. Àquela altura, a agora Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos do Brasil, com 28 clérigos, já contava com 13.535 membros batizados, mantendo os mesmos percentuais anuais de crescimento que a Igreja Presbiteriana do Brasil.

O *Bispo Kinsolving* trabalhou arduamente como missionário no Brasil durante 37 anos, sendo 30 dos quais no exercício do Episcopado. Aposentou-se em 06 de janeiro de 1927, em razão de uma cardiopatia, vindo a falecer três anos depois, aos 67 anos de idade. O Distrito ficara sob os cuidados do *Bispo Sufragâneo Thomas*, que, por não ter direito à sucessão, teve que ser eleito como titular em 1928. O *Bispo Thomas* trabalhou no Brasil 45 anos como missionário, sendo 25 dos quais como Bispo. Tinha grande fervor evangelístico, aliado às obras de cunho social, era um

educador, e procurou fazer o clero refletir sobre a realidade nacional e sobre o papel da Igreja Episcopal no nosso País.

Sobre ele escreve Kickofel: *“Thomas acreditava que a Igreja Episcopal tinha uma valiosa contribuição a dar ao povo brasileiro. Ela mantinha a verdade evangélica e as ordens apostólicas. Era uma igreja católica com uma missão especial para o protestantismo brasileiro. Era a única igreja católica com heranças e sentimentos protestantes... era a única denominação evangélica, no sentido original do termo, que oferecia um culto que conservava a prática e a fé católicas”*. Foi Thomas que supervisionou a revisão do Livro de Oração Comum, de 1930, procurando afastá-lo do modelo norte-americano. Ele era um entusiasta do LOC, e esperava que todos – clérigos e leigos – o usassem sempre. Seu lema era: *“Governemo-nos pelo Livro de Oração Comum”*.

Kinsolving e *Thomas* eram ambos evangélicos da *“Igreja baixa”*, vestindo apenas a chamarra e a roquete (nunca capa e mitra) e o clero vestia cassoque preto com faixa, uma sobrepeliz branca longa e o tippet (não estola), dentro daquela tradição. Os cultos principais eram as Orações: Matutina e a Vespertina, com a celebração mensal da Ceia do Senhor sobre a Santa Mesa (não chamavam de altar), coberta apenas por uma toalha branca de linho. Eles davam grande importância à pregação, tanto em seu conteúdo bíblico quanto em sua homilética e retórica, gerando uma Igreja de grandes pregadores.

Com as mudanças que estavam ocorrendo na PCUSA, a Igreja no Brasil, na década de 1930, recebeu os primeiros missionários de linha liberal, *Raymond Fuessle* e *Martin Fifth*. Este último bebia muito, freqüentava cassinos, jogava, e dançava no carnaval, inclusive nos domingos, para escândalo geral, terminando por voltar aos Estados Unidos (sendo precursores, décadas antes, do que se tornaria comum na Província, no século XXI..., inclusive entre seus líderes...).

Com a Revolução de 1930, e a vinda de muitos gaúchos com *Vargas*, o trabalho episcopal se expandiu no Rio de Janeiro. Dentre esses gaúchos estava o ex-seminarista e membro comungante *Lindolpho Collor* (avô do presidente *Collor*), Ministro do Trabalho e sistematizador na CLT.

No cinquentenário da Missão Episcopal, em 1940, tivemos a eleição e Sagração do primeiro Bispo Anglicano brasileiro, o Sufragâneo, *Athalício Theodoro Pithan*, Pároco da cidade de Bagé, e alto grau na maçonaria.

Em 1949 o *Bispo Thomas* se aposenta, falecendo dois anos depois nos Estados Unidos, quando fazia a sua devocional diária com o LOC em português. A aposentadoria do *Bispo Thomas* encerra, por um lado, os 60 anos de clara hegemonia evangélica no anglicanismo missionário brasileiro, e por outro, o período do Distrito Missionário.

DIOCESES (1949-1965)

Com a expansão do trabalho missionário nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, o Concílio do Distrito, em 1949, deliberou por sua divisão em três Dioceses, o que foi aprovado pela Câmara dos Bispos e pela Convenção Geral da PCUSA: **Diocese Brasil Meridional**, com sede em Porto Alegre e território sobre o leste do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; **Brasil Sul-Occidental**, com sede em Santa Maria, e território sobre o Oeste do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e **Brasil Central**, com sede no Rio de Janeiro, com território sobre os Estados do Paraná, São Paulo e Distrito Federal (Rio de Janeiro) e territórios a serem ocupados acima dos seus limites norte.

Para as novas Dioceses, foram eleitos os seguintes Bispos: Diocese Brasil Meridional: *Athalício Theodoro Pithan*; Brasil Sul-Occidental: *Egmont Machado Krischke* e Brasil Central: *Louis Chester Melcher*, missionário norte-americano exaltado seguidor da linha anglo-católica. O órgão dirigente seria o Conselho Nacional, instalado em 1950, ficando sob a direção de norte-americanos da nova linha. Presidente: *Bispo Melcher*, Secretário Executivo *Rev. Curtis Fletcher*.

Em 1952 foram aprovados a Constituição e os Cânones.

A partir de 1961 começou as conversações com a PCUSA, visando a autonomia da agora Igreja Episcopal Brasileira, que deveria se tornar a 19ª Província da Comunhão Anglicana, o que veio a acontecer em 1965, se procurando afirmar a identidade nacional.

Durante esse período, com as mudanças de linha que tiveram lugar na PCUSA, a vinda de missionários e livros, a ida de clérigos para os EUA, vai-se, progressivamente, debilitando a influência evangélica e crescendo a influência anglo-católica, com reflexos no evangelismo, pois *“por que evangelizar um povo que já é batizado?”*.

PROVÍNCIA

Com a criação da nova Província, tivemos, depois, nova mudança de nome, para Igreja Episcopal do Brasil. A grande questão era de natureza financeira, pois os salários e pensões, até então, vinham da PCUSA, desmotivando a mordomia dos leigos e acomodando o clero.

Foi criado um *“Plano Decenal”*, com a redução progressiva dessa verba em 10% ao ano, além da criação de um Fundo de Aposentadoria local. Se o dinheiro norte-americano acomodava, com seu paternalismo, a falta dele provocou uma *“crise de vocações”* e a debandada parcial do clero para a vida secular, já que não possuía nem a teologia, nem a prática de *“fazedores de tendas”*.

Há uma mudança de nomenclatura e a criação de novas Dioceses: **Meridional, Sul-Occidental, Central, Setentrional (Norte e Nordeste), Brasília (Centro Oeste) e Pelotas**. A Diocese Setentrional, com sede no Recife, desmembrada da Diocese Central, foi criada pelo Sínodo Nacional de 20 de maio de 1997, com comunidades em Belém-PA, Recife-PE e Salvador-BA, tendo como seu primeiro Bispo o *Revmo. Edmund Knox Sherrill*, um protestante de *“Igreja baixa”*, teologia neo-ortodoxa, com pitadas evangélicas e carismáticas. Os cultos em português já vinham se realizando desde a década anterior. O seu pioneiro no Recife foi o *Rev. Alfredo Rocha da Fonseca Filho*. Para a implantação da nova Diocese foram convidados missionários ingleses da Sociedade Missionária da América do Sul (SAMS) e foi trazido do Rio de Janeiro o Reverendo paulista *Paulo Ruiz Garcia*.

A primeira geração de Bispos brasileiros teve uma origem evangélica e uma influência posterior anglo-católica: *Pithan, Simões, Kriscke, Kratz, Soria, Ruiz*, o que vai acarretando mudanças teológicas e litúrgicas (vestes, celebração dominical da eucaristia etc.) naquela direção, um afastamento do convívio com os outros evangélicos (que era a prática anterior) e um declínio no evangelismo. A segunda geração já reflete nova mudança que estava ocorrendo na PCUSA, a partir dos anos 1960, com o anglo-catolicismo sendo substituído pelo liberal-catolicismo como tendência hegemônica.

Com a aposentadoria e/ou a morte da geração anterior, com os primados, primeiro do *Revmo. Olavo Ventura Luiz* (do *“grupo de Santa Maria”*), e, a seguir, do *Revmo. Glauco Soares de Lima*, a, agora Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, vai se direcionando para o liberal-catolicismo, mantidas as exterioridades anglo-católicas com um conteúdo liberal, que afeta a ética e o evangelismo (de *“todos os batizados estão salvos”* para *“todos estão salvos = universalismo”*). A IEAB se torna a única Igreja cristã declinante no Brasil, além da Igreja de Roma, com o fechamento de comunidades, o surgimento de comunidades de idosos e a substituição de um espírito de *“protestantismo de missão”* por um *“protestantismo de migração”*, fechado, mais preocupado com a manutenção do que com a expansão.

Como a Diocese Setentrional, depois denominada de Diocese Anglicana do Recife, era uma Diocese Missionária, e, como tal, não-autônoma, a eleição de um Bispo Coadjutor, em 1984, para substituir o *Bispo Sherrill*, que se aposentaria em final de 1985, início de 1986, este não foi eleito pelo Concílio Diocesano, mas pelo Sínodo Nacional. O candidato local, *Rev. Paulo Garcia* foi derrotado por um católico-liberal (com pitadas de Teologia da Libertação), e que não conhecia o Nordeste nem como turista, Deão da Catedral de Santa Maria, *Rev. Clóvis Eryl Rodrigues*, que permaneceria no Recife até 1997, em tensão com o evangelicalismo local, mas que cooptaria uma minoria que hoje ocupa os cargos chaves da Província (ex-evangélicos tornados liberais).

Com a elevação da Diocese do Recife ao status de Autônoma, a substituição do *Bispo Clóvis* pelo atual Bispo Diocesano já se fez por eleição local, não sem resistência de setores da Província,

que a encaravam como “*uma ameaça para o futuro da Igreja*”, e tentaram impedir a sua homologação.

CRISE

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) foi-se tornando uma aliada e seguidora da ex-PCUSA, depois ECUSA, hoje TEC, primeiro com o Liberalismo moderno, e, depois, com o Liberalismo Pós-Moderno, ou Revisionista, radicalizando o seu discurso e a sua prática em favor de uma inclusividade e de uma diversidade ilimitada, em matéria de doutrina e de moral, negando a autoridade normativa das Sagradas Escrituras, a unicidade de Jesus Cristo como Salvador (macro-ecumenismo), e a própria existência da verdade, ou a possibilidade do seu conhecimento, como se vê nos documentos emitidos durante o breve primado do *Revmo. Orlando Santos de Oliveira* e do agora primaz (o ex-irmão livre, ex-presbiteriano) *Revmo. Maurício Andrade* e do seu Secretário-Geral (o ex-congregacional renovado, ex-batista) *Francisco de Assis Silva*, ambos ex-militantes da Aliança Bíblica Universitária (ABU). A maioria dos seus Bispos votou contra a Resolução 1.10 sobre Sexualidade Humana, na Conferência de Lambeth de 1998.

A Diocese do Recife sofreu, em 2002, um cisma, encabeçado pelo *Rev. Paulo Garcia*, que foi para a Igreja Episcopal Carismática, e outro pelo *Rev. Leonides Menezes* para a Igreja Episcopal Evangélica, sem razões teológicas que os justificasse, além de projetos pessoais, e ambos do chamado “*Movimento de Convergência*”.

A posição firme do Bispo, do Clero e do Povo desta Diocese em defesa da fé bíblica e apostólica e contra o revisionismo, custou todo tido de pressão e cooptação, terminando pela deposição do Bispo em um processo politicamente motivado e espúrio, a excomunhão de 32 clérigos e a exclusão da maioria das comunidades, não convidadas para o irregular pretenso Concílio de nº. 24. Desde setembro de 2005, reconhecidas nossas Ordens e Ministérios, estamos sob a Autoridade Primacial da Igreja Anglicana do Cone Sul da América, na pessoa do *Revmo. Gregory J. Venables*.

Enquanto isso, por influência da crise norte-americana, vimos aportar no Brasil várias jurisdições anglicanas Continuanes (sem comunhão com a Sé de Cantuária), embora algumas de suas lideranças tenham demonstrado limitados conhecimentos de Anglicanismo.

CONCLUSÕES

Com o Ocidente, a Cristandade e o Anglicanismo em crise, era de se esperar que o Brasil não ficasse imune a seus efeitos, notadamente quando a Província se afastou totalmente de suas origens e das convicções que motivaram os *Bispos Kinsolving* e *Thomas*. Belas e sacrificiais páginas foram escritas no passado. E elas não foram em vão, pelas vidas que foram atingidas.

A Diocese do Recife, com convicção e serenidade, procura resgatar o espírito dos pioneiros, na crença de que o Anglicanismo se constitui em uma opção válida de vida cristã, mais do que necessária para o confuso quadro por que passam as Igrejas reformadas no Brasil, atingidas pelo fundamentalismo, pelo liberalismo e pelo sincretismo, debilitadas pelo caudilhismo.

Das lições do passado se pode tirar esperanças!

Fixação de aprendizagem:

1. Por que o Anglicanismo inglês e japonês teve um mínimo impacto evangelístico no Brasil?
2. Quais as marcas da missão norte-americana liderada por Kinsolving?
3. O que levou a Província do Brasil a mudar de corrente?
4. Como analisa o panorama anglicano brasileiro?

DÉCIMO CAPÍTULO: IDENTIDADE

INTRODUÇÃO

A Filosofia clássica já afirmava que “o **ser é aquilo que é; o que não é, é o não-ser**”. E um personagem de Shakespeare nos coloca diante do dilema existencial básico: “*Ser ou não ser: eis a questão!*”. Ressalvando os fatores genéticos, e as peculiaridades de cada ser humano, a identidade de pessoas e grupos sociais é construída culturalmente, na História. As culturas mais simples, especialmente isoladas, e os tempos de mudanças menores e mais lentas concorrem para a estabilidade das identidades. A urbanização, o cosmopolitismo e os momentos de mudanças amplas, profundas e prolongadas (crises) concorrem para crises de identidade. A identidade é fundamental para o ser em si e para o ser no mundo. Esta pressupõe convicções, práticas, valores que caracterizam e diferenciam.

O ser humano define a sua identidade pela sua idade, seu sexo, seu lugar de nascimento, pela família, etnia, cultura nacional e regional, profissão, vinculação a movimentos sociais e religião. As instituições, movimentos e grupos sociais definem sua identidade pelo seu legado histórico, suas crenças e seus propósitos. No século passado, as ideologias políticas foram fatores determinantes na Civilização. A crise das ideologias, conforme analisa Phillip Jenkis, em sua obra “*A Próxima Crisandade*” reforça a posição de Samuel Huntington em “*O Choque de Civilizações*”, sobre o “*Retorno do Sagrado*”, ou a revalorização da variável religiosa para a vida dos povos e o futuro da humanidade.

Uma identidade religiosa isolacionista tem a ver com o sectarismo e o fanatismo, o temor do impacto das outras identidades. A valorização excessiva do modo de ser dos outros, contudo, indica uma crise na própria identidade. A pertença a uma instituição religiosa se dá por tradição, por acomodação ou por opção.

O Anglicanismo é um gênero de uma espécie: o Cristianismo. Ser Anglicano é, antes, ser cristão.

O Cristianismo, porém, por uma série de razões, se expressa em uma diversidade de ramos ou formas.

O conjunto de nossas marcas distintivas é denominado de **ethos anglicano**, elaborado ao longo dos séculos, sofre processos de mudanças, mas não subsistiríamos com uma rejeição ou ruptura do mesmo. Seríamos outra coisa.

Afinal, quem somos, como Anglicanos?

01. SOMOS UMA IGREJA

Creemos em Jesus Cristo, como único Senhor e Salvador, e que Ele, pelo derramamento do Espírito Santo, gerou um Povo da Nova Aliança, a universal assembléia dos remidos, o conjunto dos eleitos, o que se denomina de **Igreja**. Esta tem a tarefa de anunciar e viver o Evangelho, as Boas Novas do Reino de Deus. Ela existe por iniciativa de Deus, que a assistirá, a despeito de todas as adversidades, até o Dia Final. Suas marcas espirituais são: a unidade, a santidade e a apostolicidade. O pecado fracionou institucionalmente a Igreja.

O Anglicanismo tem sempre se definido como “*um ramo provisório da Igreja de Cristo*”. Se somos um ramo, reconhecemos que há outros; se somos provisórios, reconhecemos que um dia haverá “*um só rebanho e um só pastor*”, e intercedemos por isso.

É por nos vermos como Igreja, que definimos os nossos membros como **eclesianos**.

02. SOMOS UMA IGREJA HISTÓRICA

Há ramos do Cristianismo que são recentes. Há ramos que ignoram ou negam a presença e a ação do Espírito Santo na História, até julgando que a Igreja viveu uma longa “*apostasia geral*” entre Constantino e Lutero. O Anglicanismo tem as suas raízes nos primórdios do Cristianismo. Por um lado, valoriza o legado histórico, em sua herança apostólica; por outro lado, o Anglicanismo é a sua própria História. A nossa identidade não pode se dar sem o conhecimento e a adesão a essa História. É a soma do nosso passado quem dá conteúdo ao nosso presente, e se projeta no futuro.

03. SOMOS UMA IGREJA BÍBLICA

Há uma revelação geral de Deus na natureza, e Jesus Cristo é a revelação encarnada, mas a narrativa dos feitos da revelação está contida, de modo especial, nas Sagradas Escrituras Canônicas do Antigo e do Novo Testamento, que aponta para Cristo, e é legitimada por Ele. Ela é a nossa regra suprema de fé e de vida. Nada devemos ensinar ou exigir que seja crido, que não esteja respaldado pelo testemunho bíblico. O Livro de Oração Comum (LOC), em todas as suas partes, expressa o ensino bíblico.

A Tradição, a Razão e a Experiência não são consideradas “*fontes de revelação*” adicionais à Bíblia, mas ferramentas adequadas para a sua melhor compreensão e aplicações.

O Anglicanismo – como todos os ramos do Cristianismo – tem sido desafiado pelo literalismo fundamentalista e pelo ceticismo liberalista. O acervo de uma maneira séria de fazer teologia tomando em conta as Sagradas Escrituras, é uma marca do Anglicanismo.

04. SOMOS UMA IGREJA CATÓLICA

Não somos descendentes das heresias dos primeiros séculos, mas da expressão majoritária da Igreja, em seu consenso, que as rejeitou e combateu, procurando preservar a pureza da fé e o legado apostólico. Essa corrente majoritária, **católica**, portadora de uma mensagem universal, para todos os povos, nos deixou alguns fundamentos:

- a) A escolha dos livros canônicos do Novo Testamento;
- b) A explicitação dos Sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor;
- c) A definição das Doutrinas fundamentais contidas no Credo Apostólico e no Credo Niceno;
- d) A forma de governo eclesiástico herdada dos Apóstolos e dos Pais Apostólicos: o Episcopado (mais as ordens do Presbiterado e do Diaconato).

Outros ramos do Cristianismo se vinculam a essas mesmas bases, e com eles compartilhamos da catolicidade da Igreja. Como católicos, valorizamos a totalidade da Cristandade, em seu conjunto de pensamentos e feitos ao longo dos séculos, e em suas expressões ao longo do espaço global, nos diversos lugares e culturas.

05. SOMOS UMA IGREJA REFORMADA

A despeito dos nossos antecedentes Celtas e Romanos, somos, também, resultado da Reforma Protestante do século XVI. Não negamos que os ramos não reformados (no Oriente e no Ocidente) sejam expressões genuínas do Corpo de Cristo, mas rejeitamos as inovações doutrinárias que se afastam da Igreja Primitiva e/ou se chocam com o ensino escriturístico, bem como superstições. Compartilhamos com os ramos reformados em nossa ênfase absolutamente cristocêntrica: a salvação unicamente pela graça, mediante a fé e a ênfase na autoridade suprema das Sagradas Escrituras. Os nossos “*XXXIX Artigos de Religião*” (distantes do imobilismo de Roma e de Constantinopla, e do extremismo Anabatista), tem muito a ver com as pautas doutrinárias convergentes das diversas **Confissões de Fé** das Igrejas Reformadas, o mesmo se diga da nossa liturgia.

Creemos no princípio dinâmico de que, diante dos constantes desvios da natureza humana, “*a Igreja reformada está sempre se reformando*”, e que a Bíblia, na língua e na linguagem do povo, deve estar aberta a todo o povo, no princípio do “*livre exame*” (que não deve ser entendido como “*livre interpretação*”), e na diversidade de dons no Corpo: o sacerdócio universal d todos os crentes.

A edição de 1662 (como a de 1552) do Livro de Oração Comum (LOC), como padrão doutrinário e litúrgico, é uma expressão e garantia do nosso caráter reformado. Somos protestantes, não como criadores de uma nova fé, mas como reformadores, purificadores e revitalizadores da fé católica e apostólica.

06. SOMOS UMA IGREJA MISSIONÁRIA

Embora localizada nas Ilhas Britânicas – e fruto da ação missionária – embora, a partir do século XVI seja uma Igreja nacional na Inglaterra, a “*ecclesia anglicana*” sempre se viu como portadora de uma missão de anunciar as Boas Novas e estabelecer Igrejas além de suas fronteiras^[1], chegando, em nossos dias, a 164 países, com trabalho missionário começando em novas terras.

Contemporaneamente, o conteúdo dessa missão foi definido como: proclamar, ensinar, integrar, servir e se manifestar profeticamente em defesa da integridade da criação e contra as iniquidades dos sistemas deste mundo.

Cristo criou a Sua Igreja com uma missão ampla e integral, a partir do Seu próprio exemplo.

Cada Anglicano é chamado a ser um missionário, com seus talentos naturais, seus dons espirituais e sua vocação.

No final de cada culto, na despedida, somos exortados a estarmos no mundo na paz de Cristo, para viver o exemplo junto a todas as pessoas, servindo ao Senhor com alegria, no poder do Espírito Santo.

07. SOMOS UMA IGREJA LITÚRGICA

Os Anglicanos levam a sério a beleza e a ordem no culto. Por um lado, valorizamos o que foi elaborado nos primeiros séculos da História da Igreja, seus símbolos, cerimônias e ritos, bem como as contribuições de todas as épocas e lugares; por outro lado, defendemos a inculturação litúrgica, relacionando-a a cada povo.

Nossas raízes, sem dúvida, estão nas Ilhas Britânicas, e, em particular, na Reforma Inglesa. O Livro de Oração Comum (LOC) foi uma compilação de uma variedade de ricas contribuições litúrgicas, em forte intercâmbio com o que estava sendo feito pelos luteranos, graças ao gênio, a piedade e a ortodoxia do Arcebispo Thomas Cranmer. Hoje, quase todas as 38 Províncias e as Dioceses Extra-provinciais da Comunhão Anglicana, têm sua própria edição do LOC, mantendo os princípios históricos em comum, mas com uma cor local. Cada Bispo Diocesano é detentor do “*ius liturgicum*” para autorizar ritos. Estes não podem ser inovados por Presbíteros, Diáconos ou leigos, sem autorização episcopal.

A posição clássica é que as palavras do LOC não esgotam a liturgia, nem essa deve descartar essas palavras, mas mantê-las, intercaladas pelo espontâneo.

Um culto Anglicano não é uma missa romana ou bizantina, ou um culto batista ou pentecostal, mas algo próprio, peculiar, como as vestes próprias do seu clero e ministérios leigos. Os Anglicanos têm um compromisso de preservar a estética na adoração.

08. SOMOS UMA IGREJA CARISMÁTICA

A pessoa e a obra do Espírito Santo são centrais no Anglicanismo. Confessamos o Espírito Santo nos Credos e nos XXXIX Artigos de Religião e o invocamos nos ritos e orações do LOC. Refletimos sobre o seu papel como inspirador, consolador, operador da conversão e da santificação, doador de dons e condutor a toda a verdade. Relacionamos a atual ação do Espírito Santo com sua atuação especial: a inspiração dos autores da Bíblia e a iluminação dos seus leitores, que deve prevalecer sobre as revelações particulares. O Batismo com o Espírito Santo é vinculado à conversão, e não como uma “*segunda bênção*”, conquanto creiamos na contemporaneidade dos dons, e de seguidas experiências de aprofundamento da relação com o Espírito Santo, inclusive místicas.

Creemos que o Senhor purifica e consagra os talentos ou dons naturais e outorga dons espirituais a cada cristão, para a edificação do conjunto do Corpo de Cristo.

Celebramos, com alegria, o Dia de Pentecostes, e associamos a quadra que se segue no Calendário Eclesiástico com a Missão da Igreja.

09. SOMOS UMA IGREJA SACRAMENTAL

Creemos na Sacralidade da Criação e no contínuo uso dos elementos da criação como canais de bênçãos de Deus para a raça humana. Esses elementos do mundo material: o ar, a água, os alimentos, o contato com as plantas e animais, o contato com outros seres humanos podem ser elementos visíveis que transmitem uma graça invisível. Usamos a imposição de mãos para Ordenar, comissionar e abençoar, bem como o óleo da oração pela saúde. Os Sacramentos do Batismo e da Eucaristia (criados pelo próprio Cristo) e outros Ritos Sacramentais são de suma importância para a vida da Igreja. Há um mistério sacramental na arte sacra, particularmente na liturgia. O Rito Sacramental da Ordenação confere autoridade para o ministério. Temos elaborado, com piedade e base bíblica, ritos para diversas ocasiões da vida.

A comunicação e a ação de Deus têm base mais ampla que apenas o discurso.

10. SOMOS UMA IGREJA HIERÁRQUICA

Deus é o Senhor de tudo, e, pelo mandato cultural outorgado à humanidade, cria instituições de governo, leis e autoridades. O apóstolo Paulo escreve que: *“Todo poder vem de Deus”*. Ele separou a tribo de Levi para o sacerdócio da Antiga Aliança. Jesus separou os apóstolos dentre os discípulos, e estes criaram os ministérios dos Diáconos, Presbíteros e Bispos (seus sucessores). Há tarefas, direitos e obrigações para cada um desses ministérios, e estes coordenam e equipam os demais ministérios. Segundo a diversidade de dons dos fiéis.

A Igreja não pode, simplesmente, reproduzir os sistemas políticos humanos: ditadura, monarquia ou democracia. Uma **hierocracia**, de mútua responsabilidade e prestação de contas, com um poder partilhado (autoridade dispersa), sob o Espírito e Palavra, é necessária para a ordem na Igreja.

Essa é a visão Anglicana, que vem sendo aperfeiçoada e fazendo necessários ajustes locais.

11. SOMOS UMA IGREJA INCLUSIVA

O Anglicanismo não se exercita pela padronização ou universalização em tudo, em cada detalhe. Creemos em aspectos essenciais de fé e vida, mas que a diversidade cultural e as limitações da mente humana justificam o direito à diversidade em aspectos secundários, tais como liturgia e aspectos doutrinários periféricos. Em nosso meio há espaço para *“tradicionais”* e *“renovados”*, aspersionistas e imersionistas, calvinistas e arminianos, órgão de tubos e bateria. *“No essencial unidade; no não essencial diversidade”*: esse princípio é denominado de **inclusividade** ou **compreensividade**, e, por afirmar os essenciais, ele tem limites. O liberalismo é que, a partir dos EUA, tem afirmado, cada vez de forma mais incisiva e extremista, uma inclusividade ilimitada, com a Igreja sendo um espaço para todas as crenças e formas de comportamento. Essa não é a compreensão histórica anglicana. Como já se afirmou: *“Diferimos em vestes e cerimônias, não em doutrinas”*.

12. SOMOS UMA IGREJA AFETIVA

“Vejam como eles se amam!”, era a percepção dos pagãos diante do impacto do Cristianismo primitivo. Em uma de suas pioneiras reuniões internacionais, o Conselho Consultivo Anglicano (ACC) chamou a atenção para um elemento central na manutenção da Comunhão Anglicana: os laços de afeição.

O Anglicanismo tem sido um espaço de acolhida para pessoas com diversas histórias, e tem enfatizado o lugar da afetividade na comunidade dos remidos. Nossa disciplina é sempre em primeiro lugar pastoral e recuperativa, e não policial e punitiva.

Essa afetividade, ausente em grupos fanatizados, estreitos, legalistas e moralistas (e que nos cercam e influenciam) é fruto do Espírito (amor) para a cura espiritual, emocional e física dos fiéis, para o ajuste do Corpo, e não uma tolerância ilimitada com o mal, uma permissividade ou um relativismo.

É nossa ênfase o suporte (apoio) mútuo em amor.

13. SOMOS UMA IGREJA ECUMÊNICA

Os Anglicanos estiveram participando da primeira Conferência Ecumênica Mundial, realizada em Edimburgo, na Escócia, em 1910, e nos movimentos que o seguiram: *Fé e Ordem*, *Vida e Missão*, e *Conselho Missionário Internacional*. Foi o então Arcebispo de Cantuária, *Geoffrey Francis Fisher*, quem fez a oração consagratória na Assembléia fundacional do Conselho Mundial de Igrejas, em Amsterdã. As Províncias Anglicanas têm estado envolvidas nos Conselhos continentais, nacionais e locais de Igrejas e/ou de pastores.

Durante todo o século XX estabelecemos comissões bi-laterais de diálogo e estudo com diversos ramos do Cristianismo: Romanos, Bizantinos, Pré-Calcedônios, Pré-Efesianos, Vétero-Católicos, Moravianos, Luteranos, Presbiterianos, Metodistas. Temos acordo de reconhecimento de ordem e ministério, e intercomunhão, com os Vétero-Católicos da União de Utrech e com os Luteranos europeus do Acordo Porvoo. Integramos a fusão de várias denominações em uma Igreja Unida: Sul da Índia, Norte da Índia, Paquistão e Bangladesh. As Resoluções das Conferências de Lambeth foram sempre de apoio aos movimentos pela unidade dos cristãos, preservando a nossa identidade e contribuições.

O termo “*ecumenismo*”, porém, é apenas usado nos documentos oficiais da Comunhão Anglicana, para se referir às Igrejas que compartilham do conteúdo doutrinário dos Credos Apostólico e Niceno. Não se usa a expressão “*macro-ecumenismo*” nos diálogos inter-religiosos ou ações cívicas inter-religiosas, quando se trata de religiões não cristãs.

A Conferência de Lambeth, 1998, deu início ao diálogo com os Batistas, advogou um acercamento ao Movimento Pentecostal e às Jurisdições Anglicanas Continuanes, e uma observação mais atenta ao fenômeno neo/iso/pós/pseudo-pentecostal.

A busca da unidade da Igreja não somente é coerente que a nossa auto-identificação como uma parcela provisória da mesma, mas em obediência à Oração Sacerdotal do Senhor: “*Que todos sejam um, para que o mundo creia*”.

14. SOMOS UMA IGREJA EVANGÉLICA

A ênfase central do Anglicanismo tem sido com a Proclamação e a vivência do Evangelho de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Na Ceia do Senhor, nas várias fórmulas da Grande Oração Eucarística, nos reunimos e reafirmamos o Plano da Salvação, como expressão da Graça e do Amor de Deus, manifestada no Seu Filho crucificado e ressuscitado. Conclamamos as pessoas ao arrependimento e à fé. Em cada culto lemos, normalmente, quatro passagens das Sagradas Escrituras: Antigo Testamento, Salmo, Novo Testamento e Evangelho. As Boas Novas do Evangelho fluem dos Sermões e da Eucaristia. A conversão, a santidade e o imperativo missionário integram o nosso ideário. Somos irmãos dos que confessam essa mesma fé, nos outros ramos da Igreja.

A Igreja Anglicana, de certo, é uma Igreja Evangélica!

OBSTÁCULOS

A Pós-modernidade, como expressão do “*espírito do século*”, nos trouxe a superficialidade, a instabilidade, o individualismo, o subjetivismo e o relativismo. Falta clareza ao mundo! Os seres se

tornam, nas palavras da música: “*metamorfoses ambulantes*”. É a civilização da falta de nitidez, a civilização do *self-service* e seus pratos “*pluralistas*”.

Pessoas chegam às nossas Paróquias ainda presas ao seu passado de outras denominações. As livrarias e a mídia cristã bombardeiam outros conteúdos. Pastores são tentados pelo mito da “*grama mais verde*” de outras Igrejas. Não valorizam a nossa identidade, e não a priorizam no ensino aos arrolados em suas comunidades.

Há membros por tradição, por acomodação, ou por conveniência, não por convicção e opção consciente. Reconhecemos os possíveis riscos para os Seminaristas menos convictos, quando estudando em estabelecimentos não denominacionais ou de outras denominações.

Mais do que crises de identidade, o que presenciamos, muitas vezes, é uma ausência de identidade, ou, até, uma desvalorização da identidade.

CONSOLIDANDO

O que poderíamos destacar como necessário para se forjar, se consolidar, uma identidade anglicana?

1. O Estudo das Sagradas Escrituras com a nossa abordagem instrumental da Razão (senso comum + ferramentas filosóficas e científicas), Tradição (como ela foi lida e entendida ao longo dos séculos) e Experiência (comunitária e individual);
2. O Estudo da nossa História;
3. O Estudo da nossa Doutrina e Teologia (especialmente a Ecclesiolgia);
4. O Estudo da nossa Ética e nossa Pastoral;
5. O Estudo da nossa Liturgia, particularmente do Livro de Oração Comum (LOC);
6. O Estudo dos Cânones Provinciais e Diocesanos;
7. O Estudo dos Documentos Oficiais da Comunhão Anglicana, particularmente das Conferências de Lambeth;
8. O Estudo de Teólogos Anglicanos, tanto clássicos quanto contemporâneos;
9. O manter-se informado sobre o que acontece na Comunhão Anglicana, na Província e na Diocese;
10. O integrar-se à vida diocesana.

CONCLUSÕES

O Anglicanismo é um ramo do Cristianismo, com uma longa história e um rico legado, de presença mundial, atraindo as mais diversas classes sociais, com uma diversidade de métodos, ênfases e abordagens, valorizando o saber, promovendo o serviço e o exercício da cidadania responsável.

O confuso e fragmentado cenário religioso brasileiro, com o estrelismo personalista, a crise de ética e o crescente sincretismo, está a clamar por propostas alternativas. Cristãos nominais, ou insatisfeitos com suas experiências de idolatria, superstição ou legalismo, estão também a clamar por propostas alternativas.

Creemos, firmemente, que o Anglicanismo tem tudo para preencher esses vazios, e ser uma das mais válidas alternativas para o nosso povo.

Para tanto, é necessário, preliminarmente, que os Anglicanos sejam anglicanos. Ser é conhecer, é viver, é *“vestir a camisa”*, é vibrar, é acreditar, é compartilhar com convicção e alegria.

Não iremos a lugar algum se não conhecermos e não tivermos uma firme e sólida convicção do que pretendemos ser.

A Igreja que tem um John Stott, um C.S. Lewis, um J.I. Packer, um Michael Greene, um Alister McGrath, não pode ser formada por encabulados ou complexados de inferioridade.

Corações ao Alto!

O Senhor nos tem reservado um espaço e um papel no seu Reino. Sectários? Nunca! Nem invertebrados ou amargos. Apenas autênticos!

Anglicanos? Sejam!

Fixação de aprendizagem:

1. Por que o tema Identidade é central para nosso ramo do Cristianismo?
2. Quais as dificuldades para a consolidação de uma Identidade Anglicana entre nós?
3. Quais os itens mais importantes para se definir um(a) anglicano(a)?
4. Que devemos fazer para consolidar essa Identidade?

DÉCIMO-PRIMEIRO CAPÍTULO: A CRISE

INTRODUÇÃO

Pode-se definir uma crise como um período prolongado de mudanças amplas e profundas. As crises acontecem nas vidas dos indivíduos e instituições, bem como das Civilizações. Com o ocaso da Modernidade e o advento, ainda errático, da chamada Pós-Modernidade, a Civilização Euro-Occidental passa por uma crise. As crises trazem insegurança, porque antigos padrões parecem estar desaparecendo, e os novos padrões ainda não estão claros e cristalizados. As crises são momentos de dificuldades, mas, também, de oportunidades, e, o que vale salientar, não se pode fugir delas.

A presente crise tem um rebatimento no segmento religioso, a partir da Europa e Estados Unidos, impactando, de forma mais ou menos aguda, os povos periféricos. A Modernidade tinha visto surgir a ideologia do modernismo e a teologia do liberalismo. A Pós-Modernidade está vendo surgir a ideologia e a teologia do Pós-Modernismo. Ambas têm implicado em um fato singular na História, de uma religião “*implodir*” pela autonegação.

Não se pode dizer que o Anglicanismo, como um combinado de fatos históricos, convicções e práticas estejam, em seu conjunto, em crise. Ele está sólido e em expansão em mais de 150 países, pela sua riqueza intrínseca e por sua relevância. Em uma dúzia de países situados no epicentro da Civilização Euro-Occidental ele vive a mesma crise da maioria dos outros segmentos do Cristianismo. Podemos falar, sim, em uma crise principal – que é decorrência da anterior – no aspecto institucional, organizacional da Comunhão Anglicana, quando o eixo se desloca do hemisfério norte para o hemisfério sul, e o norte liberal, até então hegemônico e no “*centro do mundo*”, não aceita esse deslocamento ideológico.

A grande questão central da crise no advento da Pós-Modernidade diz respeito à negação da Verdade, como possibilidade. É nessa questão central que o Cristianismo Histórico se choca com o Secularismo fora dos seus muros e com o Revisionismo dentre deles.

Tomar consciência e analisar a crise é o primeiro passo para podermos enfrentá-la sem maiores temores e com maiores possibilidades de êxito. Ela não é a primeira, nem será a última na História da Igreja, essa Igreja que o seu Criador e Senhor prometeu acompanhar e assistir até o final dos tempos.

ANTECEDENTES

Há duas décadas, no início do movimento Nova Era (“*New Age*”) li um folheto escrito por seus propagadores, onde dizia que as três frases que maiores danos causaram a humanidade foram: “*Não terás outros deuses diante de mim*”, “*Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida, e ninguém vem ao Pai senão por mim*”, e “*Somente Alá é Deus, e Maomé o seu profeta*”. O texto atacava o monoteísmo como a causa principal dos conflitos humanos, e mais ainda as pretensões de exclusividade no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo, expressões do monoteísmo semítico. Esse ataque inclui a denúncia contra a noção de Revelação, de um Deus que se comunica, se autodefine, define a vida e a história, e faz prescrições religiosas e morais.

Registramos uma Crise de Civilização com a transição do que poderíamos denominar de pré-modernidade (a última fase da Idade Média) para a modernidade (Idades Moderna e Contemporânea, na divisão clássica). A hegemonia política e intelectual da Europa sobre o mundo já tivera início com o Império Romano, suas instituições e o seu Direito, e a Grécia, com o seu pensamento filosófico (civilização greco-romana).

Essa hegemonia prossegue, posteriormente, com a consolidação do poder espiritual e temporal do papado e o Sacro Império Germânico-Romano, na Idade Média. A crise da Pré-modernidade e o advento da Modernidade provocaram profundas mudanças na Civilização, mas não alteraram – antes consolidaram a hegemonia europeia (eurocentrismo).

Essa crise tem início na segunda metade do século XV e durante todo o século XVI. O nacionalismo europeu leva à derrocada do Sacro Império e o declínio do poder temporal do papado, bem como ao declínio do feudalismo, dando lugar aos Estados Nacionais soberanos. O modo de produção feudal dá lugar ao capitalismo mercantil. A aristocracia vai sendo substituída pela burguesia, como classe dominante. Com os Descobrimentos, o mundo se alarga sob o colonialismo europeu: Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda.

No campo religioso, aquela cosmovisão de um Cristo débil, demônios fortes, santos e anjos importantes, espiritual e emocionalmente opressiva, legitimadora do poder religioso e temporal da Igreja de Roma, foi confrontada pela Reforma Protestante, com sua ênfase na Palavra, na Graça, no livre exame e no sacerdócio universal dos crentes. A redescoberta dos Clássicos Gregos pelo Renascimento dá um novo ao saber humano.

A Modernidade vai se estabelecendo com a noção da autonomia do ser humano em relação a Deus e às instituições religiosas, uma primazia da razão, uma valorização primeiro da Filosofia e depois da Ciência, como ferramentas do saber ilimitado (com a desvalorização da Teologia), a crença na bondade natural do ser humano (erradicada a noção de pecado), a crença em uma história linear e ascendente. O bom ser humano, exercitando a sua razão, lançando mão das descobertas científicas ia construindo uma história em que cada momento seria melhor do que o outro (noção de *"progresso"*), em um profundo otimismo.

O estabelecimento do Estado de Direito e da Democracia Liberal, bem como a velocidade das grandes descobertas científicas e tecnológicas pareciam dar razão a essa maneira de pensar. Surgiram os grandes sistemas de pensamento, as chamadas meta-narrativas, as ideologias, com suas propostas de utopias globais. Dentre estas, o Liberalismo, o Nazismo e o Marxismo.

Pretendeu-se interpretações universais e valores universais, que, na realidade, eram interpretações e valores euro-ocidentais, universalizados, primeiro pelo Colonialismo, depois pelo Neo-Colonialismo (independência formal com dependência cultural e econômica), e, mais recentemente, pela sua terceira expressão, a Globalização ou mundialização do modo de vida norte-americano (agora mais forte do que o europeu, embora da mesma matriz).

O movimento cultural mais importante e impactante desse período foi o Iluminismo. O pretendido obscurantismo das eras religiosas estava por desaparecer. Chegara a libertação do ser humano do obscurantismo religioso. Chegara a *"Era das Luzes"*, a iluminação, com a autonomia do ser humano e sua capacidade, agora livre, de criar novas e melhores instituições e modos de vida.

Podemos, ainda, destacar a Revolução Industrial, a urbanização e a secularização (autonomia das esferas humanas, dissociadas do sagrado) como características da Modernidade.

É claro que nesse mesmo tempo milhões de seres humanos continuavam a viver como silvícolas ou como camponeses isolados, e que as velhas civilizações da Ásia e as suas religiões (Bramanismo, Budismo, Jainismo, Sikismo) não foram atingidas por essa Modernidade, ou o foram minimamente, com o Islã, a cristandade oriental e o judaísmo. A Modernidade e o Iluminismo tiveram algum impacto na Igreja de Roma, que reprimiu o *"Modernismo"* como heresia. Entre as Igrejas Protestantes Históricas, primeiro na Europa, e depois na América do Norte, a história seria outra. Elas seriam seriamente afetadas pelo que veio a ser conhecido como Liberalismo: uma religião que incorporava o que vinha de fora dela, se auto-negava, tentava ser relevante e, ao contrário, declinava.

O século XX ainda tivera início sob o signo do otimismo. A Igreja, com sua missão civilizatória, seria aliada das forças *"esclarecidas"* seculares. Aquele seria o *"século cristão"*.

Duas Guerras Mundiais, o Holocausto dos Judeus, os horrores do nazismo, do stalinismo e de outras ditaduras pretensamente libertárias, a fome, os refugiados, a bomba atômica, a proliferação da criminalidade e do consumo das drogas, a desagregação da família, a crise de valores. Algo havia dado errado com a Modernidade. Parecia que não se poderia negar a noção do mal. Como andava a Cristandade àquela altura?

CRISTIANISMO E MODERNIDADE

A Modernidade foi, no geral, um período fecundo para o Cristianismo, e podemos destacar alguns desses episódios marcantes para a sua História:

01. A **Reforma Protestante**, como movimento religioso, mas muito mais do que isso, sua reflexão teológica, suas confissões de fé, seu impacto cultural, e seus movimentos internos, em desdobramento: Puritanismo, Pietismo, Metodismo, Avivalismo, Pentecostalismo, Ecumenismo. O Protestantismo teve nexos de causalidade com o Capitalismo e com a Democracia Liberal, bem como com movimentos por reformas sociais;
02. A **Expansão Missionária**, começando com a Igreja de Roma, com os Descobrimentos, e prosseguindo com o Protestantismo. A Igreja sai da Europa e Oriente Médio para todos os continentes. As Igrejas Orientais, contudo, permaneceram mais restritas, em virtude das limitações impostas pelo poder político ou comunista, majoritários nas áreas onde se situam.

Como período cultural, podemos ver a Modernidade como interregno entre a queda de dois muros: o da Bastilha e o de Berlim.

Enquanto as missões consolidavam em todo o mundo a fé cristã histórica, tornando essa expressão bíblica e clássica majoritária até hoje, na Europa, primeiro, e na América do Norte, depois, ela sofreria o impacto do Iluminismo racionalista, e ora responderia se fechando e atacando (Integrismo Católico Romano, Fundamentalismo protestante), ora se abrindo demasiado, terminando por absorver o espírito do século, em perigoso processo de descaracterização: Liberalismo.

Se a intenção inicial do Liberalismo foi estabelecer um intercâmbio da Teologia com a Filosofia e a Ciência do seu tempo, procurando tornar a fé relevante para a nova situação cultural, a absorção dos paradigmas iluministas, porém, teve um efeito desastroso para a cristandade ocidental, com o esvaziamento das Igrejas.

Uma leitura racionalista das Sagradas Escrituras, uma soteriologia universalista e uma ética relativista minaram os alicerces da herança apostólica. Esse fenômeno se dá via luteranismo da Alemanha e Escandinávia; via presbiterianismo na Suíça, Holanda e Escócia; via batismo e metodismo na Inglaterra e via congregacionalismo nos Estados Unidos.

No Anglicanismo o impacto foi menor e o avanço mais lento, em um desdobramento do latitudinarismo e da Igreja Larga, com o surgimento do Liberal Catolicismo e do Liberal Protestantismo no final do século XIX, e que vai ser tornar hegemônico primeiro nos Estados Unidos a partir dos anos 1960.

Com o Liberalismo Moderno teve início um processo de autonegação do Cristianismo, com fortes desdobramentos no período seguinte, sendo a raiz da crise que passamos hoje.

O Protestantismo, com sua ênfase inicial na soteriologia e na autoridade das Escrituras, se construiu frágil em Eclesiologia, não tendo criado mecanismos para salvaguardar a sua doutrina, e quando o seu paradigma maior – a Bíblia – foi frontalmente atacado pelo Liberalismo, o resultado foi dos mais desastrosos. O Episcopalismo Anglicano e o seu apego ao Livro de Oração Comum (LOC) permitiram uma maior resistência por mais tempo, e na maioria dos países, ao avanço do Liberalismo.

Seria a Pós-Modernidade uma ruptura com a Modernidade, ou o seu aprofundamento com outros paradigmas e outra linguagem?

CRISTIANISMO E PÓS-MODERNIDADE

A Pós-Modernidade chega como uma nova revolução cultural no Ocidente. No resto do mundo muita gente continua vivendo na Pré-Modernidade, na Modernidade ou em um pouco de tudo. Por um lado ruíram, rapidamente, os quatro mitos sustentadores da Modernidade: **Bondade natural, Razão, Progresso e Utopias Globais**, mas, fora do espaço euro-ocidental, a China e a Índia

ressurgem como potências emergentes, e antigas propostas, como o Confucionismo e o Bramanismo exibem sinais de vitalidade, bem como o Budismo e outras religiões orientais. Com os petrodólares e a emigração para o Ocidente, e a alta taxa de natalidade, o Islã se apresenta como uma forte ameaça expansionista. Extremismos violentos se manifestam nas diversas religiões.

No interior do ocidente, porém, presenciamos um conflito entre o Cristianismo Histórico, um *“retorno do sagrado”* vago e, muitas vezes, esotérico, Estados agressivamente secularistas e teologias que absorvem algumas marcas negativas do novo momento ideológico: individualismo, subjetivismo, experiencialismo, consumismo neo-hedonista, dentre os quais se destaca a Teologia da Prosperidade.

O Secularismo como ideologia dos Estados Ocidentais representa não uma ruptura, mas uma exacerbação da herança iluminista, agressivamente anti-religiosa, especialmente no que diz respeito à expressão dos pontos de vista religiosos e participação no espaço público, cultural e político. A religião seria tolerada como algo apenas para a subjetividade, para o *“recôndito da alma”*, irrelevante. Toleram-se uma religiosidade, uma espiritualidade, no campo dos sentimentos e da mística. A religião, para o Secularismo, é associada ao atraso e à ameaça a liberdade.

O grande problema, porém, é o surgimento do Liberalismo Pós-Moderno, que, de dentro das Igrejas, adota os paradigmas e a agenda secularista.

Há um mal estar com o monoteísmo, uma negação da possibilidade de qualquer Revelação. Nada se pode saber sobre a Divindade, nem o que ela pensa sobre a Criação. Não há intervenção de Divindade na História, nem na vida das pessoas. Não há meta-narrativas válidas. Não se pode conhecer a verdade. Ela é apenas a provisória *“verdade”* de cada um. Em decorrência, a Bíblia perde todo e qualquer valor normativo (inclusive para a moralidade) a Igreja é uma instituição religiosa dentre tantas, e Jesus Cristo um caminho dentre todos; o dado objetivo da pluralidade é substituído pelo Pluralismo como ideologia (com um caráter *“prescritivo”*, segundo análise de Allister McGrath). Todo diálogo religioso se deve fazer com crença de que todas as propostas são não só de igual valor, mas, no fundo, de igual conteúdo.

Quem defende essa visão dentro das Igrejas – geralmente em cargos de mando – se vêem como portadores de uma mensagem civilizatória, e vêem aos que defendem as doutrinas e postulados éticos tradicionais do Cristianismo como inimigos da Civilização, a serem duramente denunciados e combatidos.

Essa é a raiz da crise da Comunhão Anglicana, conforme foi presenciada na Conferência de Lambeth de 1998, e que teve como momento mensurador a votação por uma amplíssima maioria da Resolução 1.10 sobre a Sexualidade Humana, e a reação posterior da minoria derrotada. Mais do que diferenças o que se foi evidenciando foi a existência de duas religiões inteiramente diferentes e conflitantes no interior da mesma instituição, e inadequação dos órgãos e mecanismos dessa instituição para dirimir o problema.

AS DUAS RELIGIÕES

A Comunhão Anglicana, em nossos dias, pode ser representada por uma mansão, que, olhada de fora parece ser apenas uma grande casa, mas que dentro há dois apartamentos separados por paredes, onde os dois setores da família habitam cada um em seu espaço, com seus próprios costumes e amizades. 90% em um apartamento e 10% no outro, sendo que esse setor minoritário tem maior poder aquisitivo e insiste em ocupar o andar de cima...

Podemos, então, verificar contrastes marcantes entre o que a Bíblia ensina e o que afirmam os liberais Pós-modernos, como bem destacou *Moheb Ghailil*.

01. É Jesus o Único Caminho?

“Respondeu-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14:6); Pedro: *“E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos”* (At 4:12). Paulo afirma que *“toda língua confessará a Jesus Cristo*

como Senhor” (Fl 2:9-11). Para o ex-deão da Catedral de São Francisco, na Califórnia, a afirmativa de João 14:6 é *“infeliz, imperialista e politicamente incorreta”* e foi, lamentavelmente, colocada na boca de Jesus pelo evangelista. Para a Bispa Presidente da Igreja Episcopal dos EUA (TEC): *“Essa é uma construção estreita, que tende a eliminar outras possibilidades”*. Para ela os Muçumanos, os Sikhs ou os Jainistas chegam a Deus *“de um modo radicalmente diferente”*. E o Dr. Marcus Borg, da Catedral de Portland, afirmou: *“Eu não penso que Deus se importa se somos cristãos, judeus, muçumanos, budistas ou o que seja. O que importa é uma relação profunda com Deus”*.

02. A Ressurreição

Jesus afirmou que ressuscitaria no terceiro dia (Mt 20:18-19). Pedro testemunhou o fato da ressurreição (At 2:23-25), e para Paulo: *“...se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa fé, e nós estamos ainda em nossos pecados”* (1 Co 15:17). Para o Bispo da Diocese de Washington: *“A estória da ressurreição corporal de Jesus é, no melhor, uma conjectura, os relatos da ressurreição nos Evangelhos são contraditórios e confusos... o significado da Páscoa não é que Jesus realmente retornou à vida, mas que mesmo a morte não pode encerrar o poder de sua presença em suas vidas”*.

03. A Bíblia

Para Jesus, suas palavras não haveriam de passar (Lc 21:33); para Paulo, toda Escritura é inspirada por Deus (2 Tm 3:16-17); e para Pedro, elas não tiveram origem humana, mas homens falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo (2 Pd 1:20-21).

Documento da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil considera a Bíblia como um livro religioso útil para a devoção privada e para a liturgia, e não se pode nela buscar base para doutrinas ou normas de comportamento. Outro documento da mesma IEAB nega a existência de uma verdade, afirma várias verdades, e que as afirmações dos autores bíblicos foram para o seu contexto, e não para hoje, inclusive quando trata de homossexualismo. A Bispa Presidente da TEC afirmou não achar que os escritores das Escrituras tivessem qualquer noção do que fosse o homossexualismo. O Bispo da Pensilvânia disse: *“Nós escrevemos a Bíblia, nós podemos reescrever a Bíblia”* e que *“A sua interpretação varia de acordo com as necessidades dos ouvintes”*.

04. A Salvação

Jesus afirmou ser a porta, e que os que por ela entram são salvos (Jo 10:9), e essa unicidade de Cristo como Salvador é afirmada por Paulo (Rm 10:9-13) e por Pedro (At 4:12). Para a Bispa Presidente da TEC, a salvação é sair dos interesses próprios e ajudar a necessidade das outras pessoas.

05. Evangelismo

Jesus mandou fazer discípulos de todas as nações (Mt 28:19-20), tarefa que foi enfatizada por Paulo (2 Tm 4:2) e por Pedro (At 10:42-43), enquanto isso a Diocese Episcopal de Los Angeles pediu desculpas a hindus de todo o mundo pelas tentativas dos cristãos em convertê-los. Isso foi dito pelo Bispo J. J. Bruno em cerimônia *“macro-ecumênica”* com 100 (cem) líderes hindus, que incluiu os seus cânticos sagrados. No Brasil, tais cerimônias incluem pais ou mães-de-santo.

06. A Igreja

Para o apóstolo Paulo, a Igreja é o Corpo de Cristo, do qual ele é o Salvador (Ef 5:23; Cl 1:18). Para a teóloga liberal Sally McFague, o Corpo de Cristo é toda a Criação. Para a IEAB a Igreja é um ente social, cultural, religioso, afetivo e litúrgico, onde não há lugar para doutrinas ou normas comportamentais, ou seja, uma inclusividade ilimitada, onde cabem todas as crenças e todas as formas de comportamento.

07. Os Credos

Para o Cristianismo Histórico, os Credos contém explicitações de suas doutrinas centrais, que devem ser cridas e confessadas. Os liberais os vêem, apenas, como *“documentos históricos”*, pois como afirmou a Bispa Schori: *“Você não tem que*

professar exatamente o mesmo entendimento sobre o conteúdo central da fé... o importante é a adoração em conjunto”.

08. O Casamento

A Bíblia tem afirmado a origem divina e a santidade do matrimônio heterossexual (Mc 10:6-9; 1 Tm 3:2-3; Hb 13:4), mas a Diocese de Olympia, em sua 96ª Convenção deliberou afirmar: *“a plena inclusão em todas as áreas da vida da Igreja Episcopal de todos os nossos qualificados irmãos e irmãs que são solteiros ou parceiros heterossexuais, as pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, e aqueles heterossexuais não-celibatários, e aqueles divorciados, bem como a sua plena inclusão na vida plena da Igreja Episcopal e da Comunhão Anglicana”.*

Documento da IEAB recomenda que as instâncias diocesanas não perguntem da preferência sexual dos candidatos ao ministério. 56 (cinquenta e seis) Dioceses dos EUA rejeitaram em seus Concílios a Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth, 1998, que afirma a normatividade da heterossexualidade, e que considerou, por mais de 80% dos Bispos presentes, ser a prática homossexual *“incompatível com as Sagradas Escrituras”.*

O Primaz do Cone Sul, *Revmo. Gregory J. Venables*, tem afirmado que está sendo pregado na Comunhão Anglicana dois Evangelhos.

A questão central não é de ética sexual. Essa é a ponta de um *iceberg*, e, apenas uma expressão de algo mais profundo, relacionado à unicidade de Jesus Cristo como Senhor e Salvador, a unicidade da Igreja como agência da salvação e a autoridade e normatividade das Sagradas Escrituras.

INTOLERÂNCIA

McGrath se refere ao núcleo do Secularismo e do Liberalismo como *“pluralismo prescritivo”*, ou seja, *“diversidade na marra”*, e pergunta se o mesmo *“está preparado para permitir que o Cristianismo seja Cristianismo, e não forçá-lo a ser a manifestação de uma realidade desconhecida e desconhecível, mas, mesmo assim, totalizante, universal”.*

Para aquele teólogo anglicano, o Modernismo e o Pós-Modernismo são satélites intelectuais do Iluminismo, ligados a agendas totalizantes e hegemônicas. Para essa ideologia impositiva:

Todas as religiões devem ser vistas da perspectiva pluralista, a única que permite que sejam observadas em sua luz apropriada. É onde acontece o fato de religiões não se coadunarem com os pressupostos deste paradigma em particular, elas são forçadas a se conformar a eles – no caso o Cristianismo, é colocado sob pressão para abandonar suas crenças tradicionais, as que o definem, crenças na ressurreição e divindade de Jesus Cristo, e a doutrina da Trindade. Isso é o mesmo que stalinismo intelectual. Em fazer essa asserção, estou deliberadamente apontando a agenda e raízes modernistas comuns que estão por trás do pluralismo prescritivo, do nazismo e do stalinismo. Todos três são colônias intelectuais do modernismo, governados pelas mesmas regras e arrogâncias, ainda que possam variar em relação a questões de detalhe local.

No lado de fora, o Secularismo agressivo pressiona a agenda do *“politicamente correto”*, procurando erradicar os símbolos religiosos e deslegitimar o discurso religioso na esfera pública, especialmente do Cristianismo. Particularmente na Europa Ocidental e na América já se vive em um novo ciclo de perseguição religiosa, que, em breve, poderá chegar aos países periféricos. No lado de dentro, o Pós-Modernismo Liberal igualmente agressivo, procura controlar as instituições religiosas e redigir as suas normas institucionais. No caso do Anglicanismo, enquanto as Sagradas Escrituras são desqualificadas, se presencia um fundamentalismo dos Cânones e das fronteiras geográficas.

Os defensores da fé bíblica e histórica vão sendo espremidos, tratados como cidadãos de segunda classe, levados na conversa de que é preciso *“diálogo”*, *“escuta”*, *“discernimento”*, para serem vencidos pelo cansaço, como uma espécie em extinção. Promove-se uma *“limpeza*

teológica”, como as *“limpezas étnicas”* dos Bálcãs. A *“sacralidade”* das fronteiras geográficas das Dioceses e Províncias vai se transformando em *“campos de concentração religiosos”*. *“Você será aceito por todos se aceitar a todos e a tudo”*, é o novo dogma.

É um momento muito sério da História da Igreja com esses *“Cavalos de Tróia”*. Por isso, o Primaz do Cone Sul, *Revmo. Gregory J. Venables*, expressa sua acurada análise da situação:

Eu creio que a divisão do momento presente é sobre como definir o Cristianismo: que Deus falou; que a Bíblia é a Palavra de Deus; que Jesus é a Palavra de Deus Encarnada; e que Ele é o único meio de reconciliação com Deus. Isso marca a verdade fundacional do verdadeiro Cristianismo.

O que devemos sempre enfatizar, no caso de Anglicanismo, é que a mais ampla maioria pensa exatamente como o Primaz Gregory; está cansada de uma *“década perdida”* desde a Conferência de Lambeth, 1998, não pretende permitir ser tiranizada pela minoria organizada e rica dos países centrais, começa a se mexer e a esboçar reações, procurando compreender mais profundamente as raízes da crise e a buscar saídas que preservem a fé uma vez entregue aos santos.

MODELOS

A Comunhão Anglicana tem instituições internacionais historicamente recentes. Apenas o Arcebispo de Cantuária tem sido um símbolo e uma autoridade moral por mais tempo. A Conferência de Lambeth é da segunda metade do século XIX, enquanto o Conselho Consultivo Anglicano e o Encontro dos Primazes são da segunda metade do século passado. Eles não são Sagrados, nem imutáveis, e devem se adequar à nova conjuntura, pois parecem não estar respondendo adequadamente a presente crise.

O Bispo David Anderson (CANA) presidente do Conselho Anglicano Americano fez recente estudo estatístico sobre o número de membros da Comunhão Anglicana, que é oficialmente de 77 milhões. Acontece que dos 25 milhões de batizados na Igreja da Inglaterra, apenas um (1) milhão e seiscentos (600) mil são comungantes regulares, e dos dois (2) milhões e quatrocentos (400) mil batizados da Igreja Episcopal (EUA), que já teve três (3) milhões e meio há quarenta anos, também cerca de um (1) milhão e seiscentos (600) mil freqüentam suas Paróquias e Missões. Realisticamente, isso reduz o total de membros, ao nível mundial, para cinqüenta e cinco (55) milhões e oitocentos (800) mil. Destes, cerca de 70% estão na Nigéria, em Uganda e em Quênia. 80% integram o Movimento Ortodoxo Sul-Global. Enquanto isso, as antigas e ricas Províncias euro-ocidentais são diminutas em número de membros.

Em suma, as Províncias antigas e ricas, com pouca gente, são dominadas pelo Liberalismo, enquanto a maioria das Províncias, novas e pobres, está cheia de gente e são ortodoxas. Por razões históricas aquelas Províncias euro-ocidentais dominavam a máquina administrativa da Comunhão Anglicana e ditavam a ideologia, a agenda e os espaços para as maiorias. Estas cansaram, e estão partindo para estabelecer a própria agenda e espaço. A Conferência sobre o Futuro Global do Anglicanismo (Jerusalém, junho de 2008), convocada por líderes do Sul-Global é um passo nessa direção.

Ao desrespeitar e rejeitar a Resolução 1.10 sobre Sexualidade Humana, de 1998, os liberais fragilizaram a legitimidade da Conferência de Lambeth, fato agravado pela recusa de Bispos a ela comparecer, por não haver espaço para deliberações, além de que o Arcebispo convidou as Províncias do Canadá e dos Estados Unidos sem arrependimento, e deixou de convidar bispos ortodoxos (considerados *“válidos, porém irregulares?”*).

Todas as decisões de reafirmação da autoridade das Escrituras e toda condenação a Ordenação de clérigos homossexuais praticantes e a benção sobre uniões do mesmo sexo, feitas, reiteradamente pelo Encontro dos Primazes e apoiadas pelo Conselho Consultivo Anglicano, na última década, tem caído no vazio, bem como não funcionou o Painel de Referência como instância arbitral. O Relatório de Windsor não tem sido levado adequadamente a sério, e sua proposta sobre um Pacto Anglicano corre o risco de esvaziamento com a segunda redação mais vaga e a dilatação do possível prazo para a sua conclusão. O Arcebispo de Cantuária apresentou,

inicialmente, um comportamento de isenção, depois tirou uma licença e agora parece mais comprometido com o modelo *Cânones + Fronteiras Geográficas vs. Bíblia e Tradição*.

Como falei para o Arcebispo de Cantuária, quando o mesmo me recebeu no Palácio de Lambeth, após sermos desvinculados da IEAB, o precedente das exceções de modelos organizacionais que sempre tivemos na Comunhão Anglicana pode ser um ponto de partida válido para um redesenho que preserve a unidade sem a custa da verdade. Mas, hoje, me pergunto se isso ainda é possível, humanamente falando.

A crise quase não tem chegado a 150 dos 164 países onde o Anglicanismo se faz presente, mas esse não é o caso do Brasil, em razão de a IEAB ser caudatária do liberalismo norte-americano, e cuja direção atual tem um discurso mais claro e mais extremado do que sua matriz norte-americana.

A Diocese do Recife, nesse rincão periférico do mundo, tem involuntariamente estado no epicentro da crise, em virtude de sua fidelidade à Palavra de Deus, ao Anglicanismo Histórico e à memória dos pais fundadores em nosso país.

Nossa Diocese não age, nem reage isoladamente, mas, comprometida e integrada à Igreja Anglicana do Cone Sul da América e ao majoritário Movimento Ortodoxo do Sul-Global, vai analisando a crise, procurando entender as suas causas e as suas possíveis soluções, em conjunto, e buscando o discernimento do Espírito Santo.

Como essa não é a primeira, nem será a última crise na Igreja até à volta de Jesus, e como temos exemplos na História, e cremos na Providência, haveremos de superá-la, com decisões firmes, construindo novos modelos que preservem a herança e o conteúdo, para a glória de Deus.

Fixação de aprendizagem:

1. Por que a Civilização Ocidental está em crise?
2. Por que o Cristianismo Ocidental foi atingido por essa crise?
3. O que há de peculiar com a crise da Comunhão Anglicana?
4. Como reagir proativamente aos desafios desse tempo de transição?

DÉCIMO-SEGUNDO CAPÍTULO: PERSPECTIVA

INTRODUÇÃO

Temos estudado o Anglicanismo, como ramo histórico da Igreja de Cristo, sua longa história, seu conteúdo doutrinário, seus princípios éticos, sua abordagem pastoral, seu ministério, sua organização, sua identidade, e, por último, a crise que vem presentemente atravessando. Sabemos que as crises, por mais amplas, prolongadas e profundas que sejam, elas são transitórias. Um dia elas terminarão, para que viva um novo momento histórico, até que outras crises venham a surgir, e, assim, prossegue a história, conosco – a humanidade – em seu permanente processo de construção, como atores centrais desse drama, que teve início, e que, um dia, terá fim.

As crises são dolorosas, e é natural que se queira ver o seu final. Todos querem concorrer para o seu término, e, quanto seja possível, controlar o seu curso. Nessas circunstâncias se procura analisar as causas, os desdobramentos e as conseqüências. Mais importante ainda, se procura elaborar os cenários alternativos possíveis para o próximo estágio, e para o estágio final.

Que a Civilização Ocidental globalizada e pós-moderna está em crise já o sabemos, o sentimos, e o sofremos. Que essa crise tem afetado, de fora e de dentro a Cristandade, é também evidente. Que a crise atingiu o Anglicanismo, é uma realidade do nosso cotidiano. Estamos, nas palavras de Paulo ao Areópago, *“tateando como se o pudéssemos achar”*.

Como o sambista, nos perguntamos: *“Como será o amanhã?”*.

Há uma certeza cada vez mais forte de que um modelo (diga-se de passagem, historicamente recente) já se foi. Um outro modelo virá. Mas, qual? E quando?

A essa altura, além de acompanhar os acontecimentos, procurando nos manter bem informados e orar por eles, somos chamados pelo Senhor da História e Senhor da Igreja, a participar do processo, que é de desconstrução e de reconstrução. Isso requer discernimento, desprendimento, espírito de sacrifício, riscos de martírio, escolha correta dos companheiros de luta e de vinculação aos movimentos corretos.

É isso que a Diocese do Recife tem procurado fazer, em nossos encontros de lideranças, em nossos Concílios Ordinários e Extraordinários. Temos avaliado a conjuntura, temos intercedido, temos tomado posicionamentos. Nossa vinculação, cada vez mais estreita, e o breve caminho de um vínculo regular e institucional permanente com a Igreja Anglicana do Cone Sul da América, é parte importante dessa caminhada, bem como nossa participação no Movimento ortodoxo do Sul-Global.

Nossos relacionamentos com as Redes Anglicanas dos Estados Unidos e do Canadá; com o Movimento Parceiros Por uma Causa Comum; com o Anglican-Mainstream, no Reino Unido; com a Ekklesia, nos Estados Unidos, onde mantemos uma relação de Diocese Companheira com a Diocese de Springfield (ortodoxa, mas ainda integrando a Igreja Episcopal dos EUA), nossa amizade com bispos, professores, ministros, jornalistas, webmasters e leigos dos mais diversos países, indicam a ampla rede de relacionamentos sadios de nossa Diocese e a nossa decisão de caminharmos nessa crise, não isolados, mas no conjunto do que há de melhor entre o povo de Deus nesse ramo da Igreja.

Como Diocese, fizemos uma opção pela verdade, que é Jesus Cristo Encarnado, Crucificado e Ressurreto. Fizemos uma opção pela autoridade das Escrituras canônicas do Antigo e do Novo Testamento e pelos Credos, como expressão do núcleo central das doutrinas do legado apostólico. E fizemos a opção, igualmente, por estarmos ombreados com os que partilham dessas convicções e sofrem por elas.

Temos que depositar as nossas ansiedades na cruz. Não nos é digno o caminho da fuga, nem o caminho da adesão ao mal. A Sua Graça nos basta. No mais, é mantermos serenidade,

maturidade, compromisso, trabalhar na “*santa rotina*” missionária, fazer o que está ao nosso alcance, e deixar que a cada dia baste o seu próprio mal.

Como costumava dizer meu avô: “*Não há bem que sempre dure, nem mal que sempre perdure*”.

MODELOS

Se tomarmos o Anglicanismo como o conjunto dos fiéis que se auto-identificam como tal, pelo apelo a uma herança histórica e um *ethos* em comum, poderemos, na atualidade, representá-lo por quatro círculos concêntricos:

O **Primeiro Círculo** é formado pelas Províncias e Dioceses Extra-Provinciais em plena comunhão com a Sé de Cantuária.

O **Segundo Círculo** inclui aquelas Dioceses, Convocações, Paróquias e Missões que estão sob a Autoridade Primacial ou como membros extraterritoriais de entidades do Primeiro Círculo: CANA, Amia, Rede Anglicana do Canadá, Conferência Internacional da Rede Anglicana dos EUA (Quênia, Uganda, Cone Sul), Diocese do Recife, Missão Episcopal na Itália etc., em número cada dia crescente.

O **Terceiro Círculo** é constituído pelas Jurisdições Continuanes, que fazem parte de Redes (Networks) Anglicanas e Causa Comum (EUA), juntamente com parceiros dos primeiro e segundo círculos. O próprio Arcebispo de Cantuária disse no III Encontro Sul-Sul, no Egito, em 2006, que as Redes são uma realidade nova que integram a Comunhão Anglicana.

Assim, o **Primeiro Círculo** tem um vínculo direto, e os **Segundo e Terceiro Círculos** vínculos indiretos com a Sé de Cantuária, todos dentro do guarda-chuva da Comunhão Anglicana.

O **Quarto Círculo** é integrado pelas Jurisdições Anglicanas Continuanes isoladas, que não fazem parte de Redes, ou, no caso dos EUA, da Causa Comum (que está lá mais formal do que meramente fraternal).

Em um processo dinâmico, Dioceses, Paróquias e Jurisdições poderão mudar de Círculos, ou até, vermos criados novos Círculos, ou mecanismos de relacionamento entre os mesmos.

O **Círculo Primeiro** nunca foi absoluto no Anglicanismo, nem as tais “*fronteiras geográficas*” nunca se constituíram em dogmas. Por séculos, tivemos Paróquias da Igreja da Inglaterra dentro do território da Igreja da Escócia; a Convocação de Igrejas Norte-Americanas na Europa faz justaposição territorial sobre a Diocese da Europa (Igreja da Inglaterra) e sobre as Dioceses Extra-Territoriais de Portugal e da Espanha.

Além disso, há situações dentro das Províncias que também são atípicas: as províncias (internas) da Província da Austrália possuem ampla autonomia, e as Dioceses australianas têm poder de veto sobre decisões da Província dentro de sua área (uma resolução provincial só vale nas Dioceses se os respectivos Concílios Diocesanos aprovarem), e a Província da Nova Zelândia tem territórios diocesanos justapostos para as três etnias: europeia, maori e polinésia, e um triunvirato de Primazes com um representante de cada uma delas.

Por isso, o Arcebispo de Cantuária – quando me recebeu no Palácio de Lambeth – disse que, naquela tarde, ele e os Bispos Diocesanos da Igreja da Inglaterra estavam justamente debatendo as exceções do passado ou ora existentes como precedentes para novos arranjos no futuro. Essa flexibilidade – denominada de redesenho – poderia ser o caminho para o futuro da Comunhão Anglicana.

Os liberais são contra, pois já que descartaram a Bíblia e a Tradição, só lhes resta a “*sacralidade*” dos Cânones e das fronteiras territoriais rígidas. Eles tentaram criar o mecanismo das Supervisões Episcopais Delegadas, com bispos ortodoxos supervisionando dentro de outras Dioceses que não a sua, mas isso requeria a concordância de um Bispo Visitador, a concordância do Bispo Local e a concordância das comunidades, o que terminou não funcionando nos Estados Unidos e no Canadá. Uma Supervisão Episcopal Alternativa funciona na Igreja da Inglaterra, com

os chamados “*Bispos Voadore*”, que são quatro que cuidam das Paróquias que não aceitam a Ordenação feminina.

Quando o Encontro dos Primazes propôs Supervisores Primaciais Alternativos sobre Dioceses e Paróquias dos EUA, com a concordância da Primaz daquela Província, a proposta foi rejeitada pela Câmara dos Bispos, assim como pelos ortodoxos locais, que não confiaram em ninguém que fosse de confiança de sua Primaz ultra-liberal.

Houve exceções, há exceções e exceções estão sendo tentadas, estas nem sempre com êxito, diante dos impasses e das distintas correlações de força.

Como diria um ideólogo contemporâneo em seu livro-título: “*O que fazer?*”.

WINDSOR

As tensões começaram a aumentar na Comunhão Anglicana com a decisão da Diocese de New Westminster, Província de Columbia Britânica, no Canadá, com o apoio do seu Bispo, Michael Ingham, de autorizar o rito de benção de uniões entre pessoas do mesmo sexo. A seguir, a imprensa internacional noticia com grande destaque a eleição pela Diocese de New Hampshire, nos Estados Unidos, de um ex-casado e pai de duas filhas, que assumira a prática da sua homossexualidade publicamente, com o seu parceiro, o Rev. Vicky Gene Robinson. Essa eleição foi confirmada pela Convenção Geral da Igreja Episcopal (EUA), seguindo-se a Sagração com um número expressivo de bispos, aposentados e na ativa, apesar do apelo de várias Províncias de todo o mundo.

No Brasil, os Bispos – Diocesano e Sufragâneo – e o Conselho Diocesano da Diocese do Recife, publicaram a “*Afirmção do Recife*”, reiterando o apoio à Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth, 1998, condenando a Sagração de Gene Robinson e suspendendo o seu relacionamento institucional com a Igreja Episcopal (EUA) e com a Diocese de New Westminster, no Canadá. O Primaz da IEAB emitiu nota de apoio à Sagração, tendo por base a autonomia provincial e a cultura, sem qualquer menção às Escrituras, em nome da Província, sem para isso ter recebido autorização seja da Câmara dos Bispos, seja do Conselho Executivo da Província.

O Arcebispo de Cantuária e o Encontro dos Primazes criaram uma comissão de alto nível, presidida pelo Primaz da Província das Índias Ocidentais (Caribe), *Revmo. Drexel Gomez*, para elaborar um documento analisando a conjuntura e fazendo sugestões de encaminhamento de soluções. Esse documento ficou conhecido como o Relatório de Windsor. O Bispo da Diocese do Recife foi convidado para a cerimônia da sua divulgação, dando entrevista em contraponto a uma reverenda lésbica à televisão pública inglesa BBC nas escadarias da Catedral de São Paulo, em Londres.

O Relatório reconhece a culpa das Igrejas do Canadá e dos Estados Unidos em caminharem descoladas do conjunto em seu vanguardismo, demanda um arrependimento e uma moratória nas Sagrações de homossexuais, reafirma o caráter ortodoxo e reformado da Comunhão Anglicana, e propõe a redação de um Pacto Anglicano com as doutrinas e padrões éticos que deveriam ser compartilhados por todos. O Arcebispo de Cantuária, em um primeiro momento, chegou a declarar que as Províncias que assinassem o Pacto seriam consideradas membros plenos da Comunhão Anglicana, e as que não o fizessem, teriam o status apenas de membros associados, posição que o mesmo, tempos depois, voltou atrás.

Uma primeira versão do Pacto foi encorajadora, mas a segunda versão, por pressão das Províncias liberais, significou um evidente recuo em seu caráter afirmativo, e a data para a conclusão do processo de redação e escuta às Províncias se pretende estender de 2010 para 2015, implicando no seu esvaziamento. A IEAB condenou a existência de qualquer Pacto, pois, os liberais que a dominam pretendem que a Comunhão Anglicana se dê apenas em laços afetivos, sem conteúdo ético ou doutrinário.

Um dado complicado nos Estados Unidos é que cada Diocese liberal tem uma minoria conservadora, e que cada Diocese conservadora tem uma minoria liberal, o mesmo acontecendo no interior da maioria das Paróquias e Missões. Muita gente saiu para outras denominações, para

jurisdições anglicanas Continuanças ou para Paróquias sob a autoridade de outras Províncias, outras Dioceses e Paróquias estão em processo de saída, mas questões patrimoniais e salariais, bem como o tradicionalismo institucionalista concorrem para que ortodoxos permaneçam ainda no interior da Igreja Episcopal, adotando uma postura opinionista (*“minha opinião é firme que Jesus ressuscitou, mas aceito conviver com quem duvida e quem negue”* = inclusividade ilimitada).

Diante da perseguição a Paróquias ortodoxas no interior de Dioceses liberais, e o não funcionamento da chamada Supervisão Episcopal Delegada Alternativa (DEPO), o Arcebispo de Cantuária, acatando uma recomendação do Encontro dos Primazes, criou o Painel de Referência, como uma comissão internacional de arbitragem, para mediar e aliviar essas situações. Isso suscitou muitas esperanças, que terminaram por se frustrar, pois o Arcebispo de Cantuária teria o direito de determinar que processos seriam, ou não, encaminhados ao Painel, e acatar, ou não, as deliberações, que também seriam acatadas ou não pelas Dioceses perseguidoras. Foi mais um esforço em vão. A Diocese do Recife foi a primeira a encaminhar um processo, entregue na portaria do Palácio de Lambeth pelo secretário executivo do Anglican-Mainstream, e que foi indeferido, com a opção do Arcebispo por enviar diplomatas para se pronunciar sobre o contencioso.

Nem o Relatório de Windsor, nem o Painel de Referência, nem as Resoluções dos Encontros dos Primazes tiveram qualquer resultado prático em mudar o curso dos liberais, nem aliviar as perseguições aos ortodoxos. A Igreja Episcopal pediu desculpas porque suas atitudes causavam desconforto na Comunhão Anglicana, mas que não pretendia mudar de posição, por achar que as mesmas eram corretas. Com o veto à proposta de Supervisão Primacial Alternativa, feita pelo Encontro dos Primazes à Igreja Episcopal, e com o convite aos Bispos que apoiaram (e alguns sagraram) Gene Robinson, sem arrependimento, pelo Arcebispo de Cantuária, a Conferência de Lambeth, 2008, todos os esforços de uma década foram perdidos e voltaram à estaca zero, gerando uma descrença de que qualquer solução possa vir a ser encaminhada pelos Instrumentos de Unidade/Instrumentos de Comunhão, e que um realinhamento é inevitável, resultado de outras iniciativas.

Vale ressaltar que o Arcebispo de Cantuária ao não convidar o Bispo Gene Robinson; o Bispo de Harare, em Zimbábue; o Bispo do Recife e os Bispos da Amia e da CANA fez questão de esclarecer que um não-convite para Lambeth não significava que esses bispos não pertenciam à Comunhão Anglicana, mas que ou suas presenças causariam tensões, ou os mesmos se encontravam com ordens válidas, porém irregulares... Posteriormente ele oficialmente desconvidou o Bispo da Diocese de São Joaquim, na Califórnia, EUA, quando aquela Diocese se desvinculou da Igreja Episcopal para estar sob a autoridade da Província do Cone Sul.

Tendo em vista a experiência positiva do surgimento de fóruns regionais como a Conferência dos Bispos Anglicanos da África, que está encaminhando localmente questões daquele Continente, se tentou criar algo similar nas Américas, a CAPAC (Conferência de Províncias e Dioceses Anglicanas das Américas), mas a iniciativa não foi à frente por falta de apoio formal de algumas instâncias (a Diocese do Recife era uma das integrantes).

REALINHAMENTO

Uma instituição com o caráter internacional (164 países) e com a longa história, como a Igreja Anglicana, tem o seu processo de mudanças, na presente crise, necessariamente lento, em uma velocidade muito menor do que gostaríamos. Mas são assim os processos históricos. Não dá para os conservadores simples deixarem a Comunhão Anglicana, por duas razões: a **primeira** é que nós somos os continuadores do que o Anglicanismo sempre representou; e, a **segunda**, é que nós somos a imensa maioria, e nunca majorias deixam instituições. São as minorias que deixam, ou são deixadas, como aconteceu com as heresias dos primeiros séculos. Com a falta de poder jurisdicional por parte dos Instrumentos de Unidade/Instrumentos de Comunhão, e a autonomia de Províncias e Dioceses, o processo segue necessariamente lento, mas segue.

Não temos ainda uma clara opção de modelo institucional. O monárquico absoluto da Igreja de Roma não nos serve; tampouco os modelos de vínculos ainda mais frágeis e plurais das federações (como os Luteranos) ou das alianças (como os Metodistas, os Presbiterianos e os Batistas).

Talvez tenhamos mais o que aprender com as Igrejas Orientais. O Patriarca Ecumênico de Constantinopla (Istambul), como foco de história e símbolo de unidade, primeiro entre iguais, tem menos autoridade ainda que o Arcebispo de Cantuária, embora seja eleito pelo Santo Sínodo e não nomeado por indicação do Primeiro-Ministro, com um viés político. Mas, cada uma das Igrejas autocéfalas pode existir ao lado de outras. Nos Estados Unidos, Paróquias Ortodoxas ligadas ao Patriarcado de Moscou, da Romênia, da Bulgária ou da Sérvia podem coexistir na mesma cidade, todas prestando honra ao Patriarca Ecumênico, mas vinculadas ao seu próprio Patriarcado. Um Colégio de Bispos dos vários ramos dirige uma associação nacional que represente os interesses coletivos.

É isso que vai acontecendo com a *Causa Comum* norte-americana: temos a Convocação das Igrejas Anglicanas na América (CANAm), ligada à Nigéria; a Missão Anglicana nas Américas (AMiA), ligada à Ruanda; os episcopados missionários vinculados ao Quênia e Uganda; as Paróquias e Missões ligadas ao Cone Sul; aquelas que ainda estão na Igreja Episcopal (Rede Anglicana) e algumas jurisdições Continuanças, como a Igreja Episcopal Reformada, apontando para Cantuária como foco histórico e simbólico, cada uma ligada ao seu "*Patriarca*", mas formando uma nova jurisdição ortodoxa, sob o Moderador, *Revmo. Robert Duncan*, da Diocese de Pittsburg, que deixou a TEC.

No Canadá as Igrejas da Rede (Network) estão todas sob a autoridade do Cone Sul, e um outro grupo ortodoxo (ACiC) está sob a autoridade de Ruanda, mas com intercomunhão entre si.

Se olharmos mais de perto para o diagrama dos quatro círculos concêntricos representando o Anglicanismo, veremos que dentro do primeiro círculo há um número expressivo de Províncias que ou romperam ou suspenderam comunhão com a Província dos EUA, com a Diocese de Westminster ou com a própria Igreja do Canadá. Ou seja, estão no primeiro círculo, mas não se reconhecem, nem se relacionam. Enquanto isso, os ortodoxos do primeiro, do segundo e do terceiro círculo se reconhecem plenamente, não se importando em que círculo estão, e, ainda, respeitamos o quarto círculo. Quer dizer, as relações são mais pluricirculares do que intracirculares.

As fronteiras geográficas, que são, ao lado dos Cânones, as últimas trincheiras para o domínio liberal, são desconhecidas, cada vez mais, pela maioria ortodoxa, que vai firmando um novo tipo de fronteira: a fronteira ideológica. Como bem descreveu o *Rev. John Sutton*, da SAMS-UK, a Comunhão Anglicana vai se tornando, como uma empresa *holding*, uma rede de redes, ou como falei ao Congresso de Pittsburg, redes de assemelhados.

Enquanto a maioria das Províncias Asiáticas se isola do conflito e as Províncias da África vão consolidando uma entidade regional forte, ortodoxos de 17 Províncias promovem, em Jerusalém, a Conferência sobre o Futuro Global do Anglicanismo (GAFCON), simbolicamente em Jerusalém, para comunhão e apóio mútuo, avaliação da conjuntura, estabelecimento de metas de ação conjunta na missão. Alguns Bispos comparecendo, também, para "*marcar presença*" na Conferência de Lambeth; outros não. O importe é a não aceitação do fato de que a minoria liberal rica do primeiro mundo dite a agenda e o espaço. Usando a imagem, os ortodoxos estão tomando a brideira nos dentes...

Uma Conferência de Lambeth (2008), planejada para não ter sessões deliberativas se fragiliza e perde a antiga legitimidade como fórum mundial. A proposta da segunda versão do Pacto Anglicano (revisto e piorado) propõe maior autoridade ao Arcebispo de Cantuária, um fortalecimento do fórum onde os liberais têm maior presença: o Conselho Consultivo Anglicano (ACC), e esvazia o poder do Encontro dos Primazes, que, consultivamente, somente se reunirá quando convocado pelo Arcebispo de Cantuária, sem capacidade de auto-convocação. Na prática é o que já está acontecendo, quando o Arcebispo de Cantuária não convocou o Encontro dos Primazes para avaliar a resposta da Igreja Episcopal (EUA), em sua resposta ao que lhe foi exigido, antes convidado todos os seus Bispos para a Conferência de Lambeth. Os ortodoxos já estão cientes desses movimentos no jogo de xadrez e não pretendem ficar passivos, mas, reagir proativamente.

Por outro lado, uma é a figura simbólica permanente do Arcebispo de Cantuária; outra é a figura pessoal do *Revmo. Rowan Williams*, que é historicamente transitório.

Como se percebe, o processo de realinhamento não é algo para o futuro, mas já está acontecendo. O reconhecimento mútuo dos ortodoxos em qualquer dos círculos, e a criação de novos organismos vai consolidando o processo. Com o possível fracasso do Pacto Anglicano, uma arma importante proposta pelos ortodoxos é a redação de um novo Catecismo Anglicano, a ser confessado e ensinado pelos ortodoxos de todas as jurisdições, em escala mundial, como uma base de crença em comum.

Nesse momento, pode-se diferenciar a postura racionária dos liberais aferrados aos Cânones e às fronteiras geográficas (ironia = criadas no século IV para impedir a circulação de Bispos hereges), tentando manter o domínio pela rigidez institucional, sem levar em conta as Escrituras e o legado histórico da Igreja em termos de doutrina e de ética, e a postura dos ortodoxos em manter estas últimas, alterando o modelo institucional.

Estamos presenciando o parto de um novo modelo Anglicano, enquanto alguns autores vão mais além, crendo que a crise está provocando uma nova Reforma.

CONCLUSÃO

Um dado a ser levado em conta é a diversidade de situações dentro da Comunhão Anglicana.

Há as Províncias e Dioceses ortodoxas, ou de ínfima minoria liberal, que não se sentem diretamente atingidas pela crise, pois, no geral, continuam acreditando e fazendo o que sempre foi sua história, e tendem a se isolar, ou a não se envolver mais diretamente nos conflitos.

Há outras que, igualmente ortodoxas, são pobres, enfrentam grandes desafios para manter o seu evangelismo e a sua obra social, e terminam por ter que depender de verbas oriundas das Províncias e Dioceses liberais, o que, mesmo se mantendo fiéis à sua doutrina, as fazem optar pelo silêncio e pela omissão por força da necessidade de sobrevivência. A soma desses dois grupos resulta em algo bem expressivo.

Há, por outro lado, Províncias e Dioceses ortodoxas que estão sendo cobradas pelos seguidores do Islã, de outras religiões não-cristãs, e de outras denominações cristãs, se elas são iguais às suas co-irmãs do Ocidente em suas heresias e relativismo moral. A estas não resta outra opção do que uma clara afirmação de identidade e uma denúncia do caráter desviante daquelas suas co-irmãs.

Um terceiro grupo é formado pelas Províncias e Dioceses de maioria liberal, cuja escalada de discriminação e perseguição às minorias ortodoxas é cada vez mais crescente. Elas estão, principalmente, no mundo anglo-saxão, mas possuem seguidores nos países periféricos, como o Brasil.

Em todas elas se registra uma grande evasão de fiéis, e uma busca dos ortodoxos por uma proteção provisória por parte de outras Províncias, almejando o dia quando terão as suas próprias jurisdições, e as mesmas reconhecidas pelo conjunto do Anglicanismo.

Nesse conflito entram em jogo os conceitos de legalidade e de legitimidade. As instituições liberais passam a depor, cassar, excomungar, expulsar clérigos e comunidades, procurando desqualificá-los como Anglicanos. Quanto menos anglicanismo histórico elas professam e quanto maior for a escalada de atos repressivos, menos os mesmos terão algum efeito prático, pela erosão da legitimidade dos algozes.

O formalismo institucional vazio, ou negador do conteúdo, não pode suplantam a autoridade moral dos que preservam a herança bíblica e histórica, sendo reconhecidos pelo seu povo, pelas autoridades públicas, pela sociedade civil, pelas outras denominações, e, mais importante ainda, pelo conjunto do Anglicanismo.

O ciclo de afirmação de um fundamentalismo canônico é uma sacralidade das fronteiras territoriais, e a profusão de bulas punitivas vai se esgotando rapidamente, deixando as instituições liberais fortemente desgastadas. A deposição do ministério de J.I. Packer (considerado uma das cem personalidades mais importantes do cristianismo, e uma das 25 personalidades mais importantes do evangelicalismo no século XX) pela Diocese de New Westminster, no Canadá, não teve efeito prático algum, senão aumentar a revolta e o protesto contra tais atos inquisitoriais, até que o mesmo recebeu uma carta de reconhecimento de ordem e ministério do Primaz do Cone Sul, à semelhança do clero excomungado do Recife.

Esse modelo de cassação, iniciado no Brasil, e adotado hoje, principalmente nos Estados Unidos e no Canadá, vai caindo no vazio. Nos Estados Unidos, a Diocese de San Joaquin, ao trocar a Igreja Episcopal (EUA) pela Província do Cone Sul, teve o seu Bispo cassado e o seu clero deposto (o que deve acontecer em breve com outras Dioceses daquele país), em um filme que a Diocese do Recife dolorosamente já viu.

Por sua vez, o discurso revisionista liberal vai ficando cada vez mais claro, com a defesa do batismo sem invocar a Trindade, ou a oferta da Ceia do Senhor a não-cristãos, a Ordenação de homossexuais praticantes e a benção de uniões do mesmo sexo, o questionamento da autoridade das Escrituras e do papel singular da Igreja, mas, principalmente, e cada vez mais, a negação da unicidade de Jesus Cristo como Senhor e Salvador.

Por trás de velhos prédios, velhas vestes e velhas palavras, o que existe é um outro conteúdo. De fato, já existe, há muito tempo, uma denominação congregacional com essa proposta, e para onde esses pseudo-anglicanos deveriam se mudar; se não estivessem presos às benesses materiais de suas instituições: a Igreja Unitária-Universalista.

O Arcebispo de Cantuária insiste no Processo de Windsor e no Pacto Anglicano, quando a sua segunda versão não trouxe senão decepção e desesperança, e insiste em um interminável “diálogo”, onde todos sejam escutados e onde todos saiam satisfeitos, chegando-se a uma nova síntese ou a uma aceitação mútua das diferenças, na linha de uma inclusividade ilimitada e do pluralismo multicultural relativista.

Enquanto isso, muitos fiéis do espaço liberal vão “*votando com os pés*”, por não aceitarem aquelas heresias, ou por estarem impacientes com líderes ortodoxos acomodados, opinionistas ou tardios e lentos em se mover.

As fronteiras territoriais vão sendo entendidas como as das Províncias Anglicanas e não as dos Estados Nacionais onde elas se situam. Daí, quando um Primaz recebe Paróquias que saíram ou foram expulsas daquelas Províncias, embora situadas nos territórios daqueles países, eles não estão cruzando fronteiras territoriais provinciais, mas acolhendo seus ex-membros na continuidade dos vínculos com a Comunhão Anglicana. E isso vai acontecer, no futuro próximo, em uma incidência cada vez maior. Convocações serão criadas, Bispos Missionários enviados, Dioceses e Paróquias recebidas sob a Autoridade Primacial e/ou no interior das próprias Províncias e Dioceses ortodoxas, em caráter provisório ou definitivo.

A Diocese de Attabasca, no Canadá, por decisão conciliar reconheceu o caráter anglicano das Paróquias e clérigos expulsos por sua Província (Rede Anglicana), deliberando manter comunhão com os mesmos e com a Província do Cone Sul. A Diocese de Springfield, embora integrando a Igreja Episcopal (EUA) tem um status de Diocese Companheira com Recife, aprovada sucessivamente, por unanimidade, por três anos seguidos, pelo seu Concílio, com o seu Bispo vindo ao Recife e o Bispo do Recife indo ao seu Concílio. Várias Dioceses e um grande número de Paróquias nos Estados Unidos desconhecem as deposições e excomunhões perpetradas pela IEAB contra a Diocese do Recife, acolhendo plenamente o seu Bispo e os seus clérigos.

Ao lado disso, entidades como a CANA, a AMiA, as Missões de Quênia, Uganda e Cone Sul nos Estados Unidos são reconhecidas pelos ortodoxos que ainda têm estado no interior da Igreja Episcopal (EUA) e pelo conjunto de Províncias do Sul-Global, que totalizam mais de 80% dos fiéis da Comunhão Anglicana. O mesmo acontece com a Rede do Canadá e a Diocese do Recife, gênese de uma nova Província.

Enquanto as Províncias liberais são pequenas, e tendem a diminuir, uma Província como a Nigéria, com o programa evangélico 1+1 = 3, caminha para ser 25% da população do país.

O eixo demográfico-eclesiástico já se deslocou do norte para o sul, e tende a continuar nesse processo durante o próximo período histórico. As redes de assemelhados estão se formando, se expandindo, se fortalecendo, e se reconhecendo mutuamente, a despeito dos atos de força das instituições dominadas pelos liberais e da omissão dos Instrumentos de Comunhão. Elas não vão mais aceitar passivamente que a minoria detentora de poder institucional imponha a sua agenda ou limite o seu espaço, mas prosseguirão na missão que o Senhor as confiou, confessando a sua doutrina, em um processo de renovação e unidade.

É possível que não tenhamos uma solução mais ampla e mais profunda nos próximos anos, e que tensões continuem entre as duas religiões que se abrigam no mesmo guarda-chuva. Mas, a visão dos ortodoxos é a de gastar o mínimo de tempo e de energia possível nesses conflitos, e, sim, trabalhar na missão e na construção de instituições meios, dentro dos laços de afeição, do reconhecimento e do apoio mútuo das diversas redes de assemelhados. O GAFCON, a Declaração de Jerusalém, o surgimento da Fraternidade de Anglicanos Confessantes (FCA) e o nascimento da nova e ortodoxa Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA), são sinais de esperança na construção de um novo tempo.

Como afirmou, com autoridade, o Primaz das Índias Ocidentais (Caribe), *Revmo. Drexel Gomez*, um dos líderes do Movimento do Sul-Global: *“No meio dessa crise o Anglicanismo nunca foi tão atual nem tão pujante”*.

A fé na Providência do Senhor da Igreja conduz a maioria ortodoxa da Comunhão Anglicana à paz interior e à serenidade para enfrentar os desafios e o martírio, continuando o sagrado depósito da fé apostólica e promovendo a missão integral da Igreja, até que Ele venha.

Fixação de aprendizagem:

1. Por que se diz que os atuais Instrumentos de Unidade/Comunhão estão superados em sua presente forma e atribuição?
2. Quais as principais conclusões e sugestões do Relatório de Windsor?
3. O que se entende por Realinhamento?
4. Como você antevê o Anglicanismo no futuro?